

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

ANA LUIZA OLIVEIRA POSTINGHER

**Fascismo no Brasil: da perlaboração do testemunho em *K.*: relato de uma busca ao
infamiliar da previsão em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski**

Campo Grande – MS

2024

ANA LUIZA OLIVEIRA POSTINGHER

Fascismo no Brasil: da perlaboração do testemunho em *K.*: relato de uma busca ao infamiliar da previsão em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Wellington Furtado Ramos.

Área de Concentração: Literatura, Estudos Comparados e Interartes.

Linha de Pesquisa: Representação, Cultura e Literatura.

Campo Grande – MS

2024

ANA LUIZA OLIVEIRA POSTINGHER

Fascismo no Brasil: da perlaboração do testemunho em *K.: relato de uma busca ao infamiliar da previsão em A nova ordem*, de Bernardo Kucinski

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, na Área de Concentração “Literatura, Estudos Comparados e Interartes”, Linha de Pesquisa “Representação, Cultura e Literatura”, sob a orientação do Prof. Dr. Wellington Furtado Ramos.

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Campo Grande, MS, 2 de Fevereiro de 2024.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às memórias de Ana Rosa Kucinski, Wilson Silva e também dos 69 mortos no Araguaia – uma tragédia de que, imperdoavelmente, a escola me privou;

À ex-presidenta Dilma Rousseff, militante corajosa, honrada e torturada repetidas vezes pelo Estado brasileiro;

À professora doutora Inara Barbosa Leão, que me serviu de mestre de Psicologia, Sociologia, Marxismo e humanidade e, surpreendentemente, foi quem me apresentou o Freud de quem mais gosto;

À minha avó Dulce-Léa Cesar Oliveira, que, quando, na infância, apresentou-me às obras de Chico Buarque e Aldir Blanc, sempre deu às coisas seu nome verdadeiro e nunca chamou de revolução o golpe sobre o qual cantavam;

À minha mãe Vanêssa Cesar Oliveira, que incutiu em mim o amor pela literatura, pela Língua Portuguesa e pela profissão: professor;

Aos palestinos mortos em Gaza desde 1948 pelo estado genocida de Israel: “nunca mais” significa nunca mais para todos.

RESUMO

Este trabalho se pretende uma análise dos livros *K.: relato de uma busca* (2011) e *A nova ordem* (2019), de Bernardo Kucinski, com enfoque nos ensaios freudianos “Lembrar, repetir e perlaborar” (1914) e “O infamiliar” (1918). Para tanto, divide-se em quatro partes – sendo a primeira delas uma introdução teórica –, as quais, a partir da segunda, buscam mimetizar os momentos descritos por Freud como aqueles essenciais no processo do analisando em sua busca pela cura. Por sua proposta testemunhal e paródica, o trabalho se dedica a discutir as relações possíveis entre a obra sabidamente ficcional de Kucinski e a realidade, refletindo sobre o conceito de *mimesis* desde Aristóteles, até uma de suas proposições finais, aqui apresentadas pelo texto de Luiz da Costa Lima (1981), da *mimesis* enquanto entrelugar: representação das representações do sujeito que escreve a obra, a qual se encontra, de forma inesperada, com as representações do sujeito que a lê. Para discutir questões relativas à memória, história e repetição, deram-se como essenciais outros ensaios de Freud (2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e) e também ensaios de Adorno (2015a; 2015b; 2015c; 2021a; 2021b) e Benjamin (2012; 2020), além de textos mais recentes de autores brasileiros como Márcio Seligmann-Silva (2010; 2022) e Jaime Ginzburg (2017), que respaldaram reflexões sobre a violência constitutiva da história, do estado e, portanto, da literatura brasileiros, e autorizaram a adoção de autores como os europeus supracitados para dar conta de nosso contexto, reafirmando sua pertinência e atualidade para analisar o que quer que seja produzido numa República ainda tão entremeada pelo fascismo como a nossa.

Palavras-chave: *K.: relato de uma busca*; *A nova ordem*; Bernardo Kucinski; literatura de testemunho; Ditadura Cívico-Militar Brasileira.

ABSTRACT

*This work aims to analyze the books *K.: relato de uma busca* (2011) and *A nova ordem* (2019), by Bernardo Kucinski, with a focus on the Freudian essays “Lembrar, repetir e perlaborar” (1914) and “O infamiliar” (1981). Because of that, the work is divided into four parts – the first of which is a theoretical introduction –, which seek, from the second one, to mimic the moments described by Freud as those essential in the analysand's process in its search for a cure. Due to its testimonial and parodic proposal, the work proposes to discuss the possible relationships between Kucinski's known fictional work and reality, reflecting on the concept of mimesis since Aristotle, up to one of his final propositions, presented here by the text by Luiz da Costa Lima (year) of mimesis as in-between: a representation of the representations of the subject who writes the work, which meets, in an unexpected way, with the representations of the subject who reads it. To discuss issues related to memory, history and repetition, were used other essays by Freud (2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e) and also essays by Adorno (2015a; 2015b; 2015c; 2021a; 2021b) and Benjamin (2012; 2020), in addition to more recent texts by Brazilian authors, such as Márcio Seligmann-Silva (2010; 2022) and Jaime Ginzburg (2017), which supported reflections on the violence constitutive of Brazilian history, the Brazilian state and, therefore, the Brazilian literature, and authorized the adoption of authors such as the Europeans mentioned above to account for our context, reaffirming their relevance and importance to analyze whatever is produced in a Republic still as permeated by fascism as ours.*

Keywords: *K.: relato de uma busca; A nova ordem; Bernardo Kucinski; testimonial literature; Brazilian Civic-Military Dictatorship.*

SUMÁRIO

1 “Habitar a morte significa permanecer estranho ao mundo” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 147): um país sem memória, que não pôde enterrar seus mortos, está fadado à interminável infamiliaridade da repetição de seus horrores	7
1.1 À guisa de Introdução: a pertinência da Psicanálise numa sociedade reificada	7
1.2 O escovar a contrapelo da história do Brasil: da Ditadura Cívico-Militar à Nova Ordem bolsonarista – a ficção de Kucinski como ato.....	11
2 Lembrar: entre a <i>mimesis</i> e o pastiche – quando um sujeito se torna autor, fá-lo ainda inserido no mundo, e as possibilidades de se relacionar com o mundo de um texto que se sabe representação.....	20
2.1 Memória retrospectiva vs. memória prospectiva: <i>Das Unheimliche</i>	29
2.1.1 “Tudo neste livro aconteceu, mas quase tudo foi inventado” (KUCINSKI, 2016a, p. 9).....	38
2.1.2 Tudo neste livro é inventado, mas quase tudo acontecerá	47
3 Repetir: o silenciamento dos testemunhos e a dialética do fascismo	51
3.1 As espirais de Kucinski: um inventário de repetições.....	59
3.1.1 Da Era Vargas à ameaça de retorno do AI-5 caso a esquerda se radicalize demais	59
3.1.2 O assédio às famílias dos desaparecidos e o historiador materialista que, sem intenção, reproduz o silenciamento e apagamento de vítimas	64
3.1.3 A reiterada violência da Universidade de São Paulo e o assassinato dos professores pela Nova Ordem	69
3.1.4 As incontáveis mortes dos corpos “desaparecíveis” e o imperativo capitalista de destruir de uma vez o mundo	73
3.1.5 Um país em que os padres vão para a fogueira	81
3.1.6 O poder (libertador ou destrutivo) da Psicanálise	93
3.2 O perigo da memória e a tentativa de Ariovaldo de captar sonhos	101
4 Perlaborar: a busca árdua e consciente pela libertação	103
4.1 A literatura ultrapassando a realidade: um passeio entre a Casa da Morte, em Petrópolis, a Torre de Marfim da USP e as notas de rodapé de um Brasil futurista	104
4.1.1 Algozes inesperados	107
4.1.2 A distopia e a possibilidade de se antever o futuro	111
4.2 A literatura suturando a realidade: o velório de corpos ausentes	112
4.3 A literatura a serviço da realidade: quando o autor se percebe sujeito do e no mundo, faz-se o narrador benjaminiano	115
<i>Post Scriptum</i>	119
REFERÊNCIAS	121

1 “Habitar a morte significa permanecer estranho ao mundo” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 147): um país sem memória, que não pôde enterrar seus mortos, está fadado à interminável infamiliaridade da repetição de seus horrores

1.1 À guisa de Introdução: a pertinência da Psicanálise numa sociedade reificada

Esta dissertação se propõe a analisar os romances *K.: relato de uma busca* (2011) e *A nova ordem* (2019), de Bernardo Kucinski, pensando-os, principalmente, à luz de dois textos de Sigmund Freud, a saber, “Lembrar, repetir e perlaborar” (1914) e “O infamiliar” (1918). Dividindo o trabalho em três partes que se seguem a esta introdução, busquei, em sua estrutura, replicar os momentos distintos propostos por Freud rumo à cura do trauma, apontando aquilo que de infamiliar perpassa cada um desses momentos. Deste modo, a parte 2 do trabalho se intitula “Lembrar: entre a *mimesis* e o pastiche – quando um sujeito se torna autor, fá-lo ainda inserido no mundo, e as possibilidades de se relacionar com o mundo de um texto que se sabe representação” e dá conta da estranheza evocada pelo trabalho com as memórias retrospectiva e prospectiva quando alocadas em livros de ficção que anunciam seu referente na realidade, mas que se permitem a invenção e a caricatura.

A parte 3 do trabalho se intitula “Repetir: o silenciamento dos testemunhos e a dialética do fascismo” e se dá como um inventário de repetições, o qual busca demonstrar de que modo a falta de um trabalho ativo de recuperação e reflexão sobre a memória nos torna, enquanto indivíduos e enquanto sociedade, fadados ao eterno retorno de males já acontecidos, mas nunca elaborados. Aqui, proponho-me a relacionar os momentos históricos a que os livros de Kucinski fazem referência, bem como outros que os antecedem e que a eles se seguem, apontando sua incômoda semelhança e o modo como, sob essa perspectiva, temos a impressão de que os romances de Kucinski nunca terminam, mas interligam-se entre si como episódios de uma mesma (H)istória não tornada consciente. O infamiliar, aqui, encontra-se no ver acontecer de novo e de novo o que já aconteceu sem que se chegue a uma consciência esclarecedora que permita ao sujeito percepção clara desse fato: a sensação de *déjà-vu*, de se conhecer algo que não se sabe nomear, de viver e ler novamente um mesmo enredo que se repete com cenários e personagens distintos: nisso consiste *Das unheimliche*.

A quarta e última parte do trabalho, “Perlaborar: a busca árdua e consciente pela libertação”, é a em que me proponho a pensar a literatura como ato de perlaboração, de ativa tomada de consciência sobre o trauma que busca cessar as repetições que fazem dele recorrente. Tornando à clássica discussão que retomo na parte 2 desta dissertação sobre o

conceito de *mimesis* e a relação da literatura com a realidade, analiso, nesta parte 4, excertos de *K.* e de *A nova ordem* a partir dos quais penso essa relação segundo três possibilidades, a saber: “a literatura ultrapassando a realidade”, em que me dedico àquilo de histórico que apenas a literatura pode dar conta de representar porque sobre si não existem registros: o fascismo busca apagar os fatos apagando as provas de que eles aconteceram; “a literatura suturando a realidade”, em que aponto a literatura como possibilidade de ação concreta sobre o mundo, como simulacro que pode representar o leitor enquanto sujeito do e no mundo e com o qual o leitor pode se relacionar de forma material; e, por fim, “a literatura a serviço da realidade”, em que tiro a literatura do papel de sujeito, de agente, e a aloco no papel de instrumento, tanto de seu autor, sujeito que a escreveu, quanto de seu leitor, sujeito que dela pode se utilizar de maneiras infundáveis. Dialogando com Walter Benjamin, reflito sobre as possibilidades inauguradas por obras como *K.* e *A nova ordem*, cuja escritura e posterior existência se dão como escovação a contrapelo da história, mas cuja leitura e assimilação também podem se configurar assim.

Além de Freud e de Benjamin, os demais autores utilizados para respaldar este trabalho serão elencados ao final do próximo tópico desta parte 1; no entanto, antecipando eventuais questionamentos sobre as escolhas epistemológicas desta dissertação, que, embora pense e analise sociedade e história sob um viés materialista histórico-dialético, utiliza-se largamente de conceitos e elaborações freudianas, concluo este tópico citando Theodor Adorno, tão caro a este trabalho quanto os outros dois autores supracitados, que, em ensaio publicado em 1966, intitulado “Sobre a relação entre sociologia e psicologia”, defende os escritos de Freud, afirmando, contrariamente às críticas então em voga sobre a Psicanálise, que o foco dado a Freud àquilo que de individual tinham os sujeitos, à sua psique, experiências familiares e recordações infantis, era, antes, expressão sintomática da reificação da sociedade capitalista do que simples ignorância burguesa da existência de uma sociedade em que os sujeitos se inserem e que transformam e pela qual são transformados, ao se relacionarem com ela. Para Adorno (2015b), as proposições de todo separadas da sociologia com as quais Freud optou por descrever o funcionamento e a formação dos indivíduos apontam para o caráter antinatural da sociedade capitalista e a reduzem a mera consequência, dentre muitas outras possíveis, das pulsões humanas.

A Psicanálise freudiana separa o que há de humano nos sujeitos do sociologismo porque a sociedade capitalista em que os sujeitos se inserem não é uma de economia humana, mas cujo foco é o capital, em que os indivíduos são transformados em mercadorias e seu valor passa a ser quantificado a partir de sua capacidade de produzir. Os sujeitos, portanto, não se

reconhecem na sociedade de que fazem parte, estando sua relação com ela cindida. O foco que os revisionistas gostariam que a Psicanálise desse às influências externas/sociais na formação do indivíduo, para Adorno, não passa de falácia vazia, que, ingenuamente, esquece-se de que não há conceito cuja formação não seja social, de modo que, mesmo sem o dizer explicitamente, falar sobre o indivíduo e pensar a individualidade é já refletir sobre sociedade. Escreve Adorno (2015a), em ensaio anterior, intitulado “A psicanálise revisada” (1952):

De forma muito semelhante, os revisionistas concebem de forma acrítica a separação entre indivíduo e sociedade, segundo a espécie de uma teoria cognitiva primitivamente realista. Enquanto falam incessantemente sobre a influência da sociedade sobre o indivíduo, eles esquecem que não apenas o indivíduo, mas a própria categoria da individualidade são um produto da sociedade. Em vez de destacar o indivíduo dos processos sociais, para então descrever as influências formadoras dos últimos, uma psicologia social analítica teria que descobrir forças sociais determinantes nos mecanismos mais íntimos do indivíduo. Falar, em geral, de influências sociais é duvidoso: mera repetição da representação ideológica que a sociedade individualista faz de si mesma. Na maioria das vezes, através de influência externa, somente se reforçam e são trazidas à luz tendências que já são pré-formadas no indivíduo. Quanto mais profundamente a psicologia sonda as zonas críticas no interior do indivíduo, tanto mais pode perceber de forma adequada os mecanismos sociais que produziram a individualidade. Ao contrário, tanto mais ilusório se torna o emprego de noções sociológicas na psicologia quanto mais irrefletidamente se situa na superfície a ação recíproca entre mundo interno e externo. (p. 52).

Tratar o indivíduo solitariamente, para Adorno (2015a), fornece “expressão adequada a uma realidade em que os seres humanos são realmente atomizados e separados um do outro por um abismo intransponível. Esta é a legitimação objetiva d[o] método [de Freud]: penetrar nas profundezas arcaicas do indivíduo e tomá-lo como absoluto que somente se vincula à totalidade através de sofrimento e penúria da vida” (p. 62-63). O que anseiam os críticos, afirma Adorno, é “agir como se a sociedade [capitalista] fosse a dos seres humanos e determinada por seu eu mais íntimo” (p. 63), o que atribui a ela naturalidade e inevitabilidade. Para Freud, é justamente uma ferida, um trauma, uma cisão, inevitavelmente acontecida na vida de todos os indivíduos, que o faz “conceder especial peso aos processos individuais na infância” (ADORNO, 2015a, p. 48). É sobre essa ferida que repousa a existência da sociedade capitalista: cinde-se o sujeito de sua humanidade, separa-se-lhe dos demais sujeitos, aliena-se-lhe o trabalho e o introduz-se a uma existência de mercadoria, reificada.

Segundo Adorno (2015a), a proposta totalizadora de leitura do caráter dos indivíduos e da sociedade em que se inserem os revisionistas da Psicanálise “é um ideal que só seria realizável numa sociedade não traumática” (2015a, p. 48). Continua o autor:

Quem, tal como a maioria dos revisionistas, critica a sociedade atual, não pode se furtar ao fato de que ela é experienciável em choques, em golpes repentinos e abruptos, condicionados precisamente pela alienação do indivíduo em relação à

sociedade, que com razão é ressaltada por alguns revisionistas quando falam de um ponto de vista sociológico. O caráter que eles hipostasiam [como sendo o do sujeito] é bem mais o efeito de tais choques do que de uma experiência contínua. Sua totalidade é fictícia: poderíamos denominá-lo um sistema de cicatrizes que somente poderiam ser integradas sob sofrimento, e nunca completamente. **Perpetrar essas feridas é propriamente a forma pela qual a sociedade se impõe ao indivíduo, não aquela continuidade ilusória a favor da qual os revisionistas prescindem da estrutura formada por choques da experiência individual.** Mais do que o olhar de soslaio efêmero às circunstâncias sociais destes revisionistas, Freud salvaguardou a essência da socialização ao se deter firmemente na existência atomizada do indivíduo. (2015a, p. 48-49, grifo meu¹).

Justamente sobre o trauma repousa toda a proposição teórica deste trabalho. O trauma que, uma vez acontecido, perpassa toda a existência do sujeito e passa a constituí-lo. Trauma do qual o sujeito (não) se lembra e cujas experiências repete até que seja possível tomar consciência dele, compreendê-lo e (tentar) elaborá-lo. Esse impulso único e fragmentário, esse trauma inicial, apontado por Freud como basilar na formação e na existência do sujeito, é o que constitui, para Adorno (2015a), um de seus maiores méritos: alude ao modo como os indivíduos estão sempre em descompasso com a realidade que os cerca, sempre em dissonância com o presente, afeitos ao passado, (re)encenando-o, inconscientes de que o fazem.

A compreensão da história de forma dialética, negando o fascismo do discurso de uma progressão linear, aponta para a reincidência da violência e, portanto, de traumas que fazem do preconceito, da pobreza, da exclusão, da guerra, do abuso e da ganância manifestações de um todo que liga presente, passado e futuro num sistema intrincado de apagamentos e repetições. Como na clínica psicanalítica freudiana, a saída para a sociedade seria, para autores como Adorno e Benjamin, a memória ativa, através da qual alguma elaboração e, portanto, alguma liberdade, seria possível. Assim como os sujeitos, a nível individual, precisam tornar conscientes traumas recalçados na busca pela cura, é preciso também, a nível social, que os sujeitos se libertem da alienação que não lhes permite compreender os processos históricos que fazem da sociedade o que é, a fim de que sejam capazes de construir uma sociedade em que, talvez, não seja mais preciso separar a psicologia da sociologia, em que o trauma, a violência, não sejam mais fundantes da experiência dos sujeitos do mundo. Até lá, usaremos a Psicanálise, que, quando nos fala de um homem regido por pulsões de morte e de destruição, no século XXI, ainda nos parece tudo, menos obsoleta.

¹ Decidi, ao longo do trabalho, manter, nas citações, os grifos de seus respectivos autores em itálico e os eventuais grifos feitos por mim em negrito, para diferenciá-los.

1.2 O escovar a contrapelo da história do Brasil: da Ditadura Cívico-Militar à Nova Ordem bolsonarista – a ficção de Kucinski como ato

Em nota escrita em 1978, Roberto Schwarz (2014) afirma ter errado o prognóstico feito por ele no ensaio “Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas”, escrito entre 1969 e 1970, em que afirmava que a revolução contrária à Ditadura Cívico-Militar em vigor não poderia ser feita pelos intelectuais da esquerda brasileira, uma vez que estes “eram muito mais anticapitalistas de elite que propriamente socialistas” (p. 46). Sobre a literatura brasileira, o prognóstico de Schwarz era de que os escritores permaneceriam tentando conhecer o povo brasileiro, o qual muito admirariam, mas com o qual não se identificariam, prometendo sempre dedicar-se à sua luta “com muita sabedoria literária – num capítulo posterior ao último do livro” (p. 46). Felizmente, sobre isso, Schwarz estava mesmo enganado.

No oitavo capítulo, “A escrita do luto e a promessa da restituição”, de seu livro *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*, Idelber Avelar (2003) escreve que é “a literatura pós-ditatorial latino-americana [que] se encarrega da necessidade não só de elaborar o passado, mas também de definir sua posição no novo presente instaurado pelos regimes militares: um mercado global em que cada canto da vida social foi mercantilizado” (p. 237). O papel da literatura no período pós-ditatorial encontra-se além da proposição passiva de intelectualidade criticada por Schwarz em seu ensaio: a literatura passa a ter papel de ação, de instrumento na elaboração de um passado que não está completamente no passado, porque os perpetradores da violência permaneceram em seus cargos, com suas glórias, e a vida cotidiana, os sistemas econômico e social, afirmaram-se exatamente aqueles objetivados pela ditadura, para início de conversa. Seligmann-Silva (2022) escreve que “No Brasil, [...] [o] processo de redemocratização [...] foi orquestrado pelos algozes e seus cúmplices. A transição ficou nas mãos do que realizaram a violência e de seus aliados, o que até hoje tem cerceado a busca de verdade e justiça [no país]” (p. 198-199). Quem se manifesta contra o sistema capitalista após finda a ditadura, portanto, ainda se manifesta contra a ditadura, porque esse sistema é a expressão da vitória de um grupo que, no Brasil, só se retirou do poder em 1985 por mera formalidade.

Sobre a elaboração do passado, Theodor Adorno (2021a) escreve em “O que significa elaborar o passado” (1963) que, ao contrário do que pretendem os algozes dos males praticados, a elaboração do passado se dá por meio de sua recordação e do trabalho intelectual e prático na busca para que ele não se repita. A lógica de Adorno, a elaboração enquanto ação, converge com o processo descrito por Freud (2020a) em “Lembrar, repetir e perlaborar” como sendo o

trabalho terapêutico na busca pela cura: há que se reconduzir o passado (p. 157). Para Freud, aquilo que fica esquecido pelo sujeito não deixa de constituí-lo enquanto sujeito, pelo contrário: aparece em sua vida psíquica enquanto repetição que o leva a atuar novamente as lembranças e os traumas recalcados em sua vida cotidiana. A elaboração, ou, especificamente no caso da tradução utilizada por mim aqui, a perlaboração², seria a condição essencial para cessar as repetições, curando o sujeito.

Lembrar o passado é dar sentido ao presente, é agir sobre ele, contra a lógica mercantil do capitalismo. Sobre isso, Avelar (2003) escreve:

A mercantilização nega a memória porque a operação própria de toda nova mercadoria é substituir a mercadoria anterior, lançá-la à lata de lixo da história. [...] Apagar o passado *como passado* é a pedra angular de toda mercantilização, inclusive quando o passado também passa a ser mercadoria, negando-se assim enquanto passado, ao oferecer-se, já convertido em mercadoria reificada, como substituto compensatório de tudo o que nele houve de derrota, fracasso, miséria. [...] Se insistirmos na inevitável permanência de um resto, estamos insistindo também na irredutibilidade do luto a uma simples lógica de mercado, de intercâmbio [...].

[...] Ao produzir incessantemente o novo e descartar o velho, o mercado também cria um exército de restos que apontam para o passado, como se exigissem uma restituição do que se perdeu. (p. 238, grifo do autor).

Neste trabalho, apresento *K.: relato de uma busca* (2011) e *A nova ordem* (2019), de Bernardo Kucinski, como tentativas de elaboração do passado, de dar corpo a restos que o sistema mercantil do capitalismo pós-ditatorial desejaria legar à lata de lixo, apagar de suas origens. Utilizo-me, para tanto, especialmente, de dois ensaios de Sigmund Freud (2020a; 2020b), “Lembrar, repetir e perlaborar” (1914) e “O infamiliar” (1918), sendo a estrutura do trabalho embasada no primeiro, apresentando os capítulos desta dissertação como os momentos do trabalho clínico descritos por Freud.

Em *K.*, acompanhamos a saga de K., homem judeu, morador de São Paulo, que se vê diante do desaparecimento de sua filha, professora de Instituto de Química da Universidade de São Paulo – USP, pelas mãos dos militares brasileiros. Apesar dos evidentes paralelos entre a história do livro e a experiência real de seu autor, Bernardo Kucinski, cuja irmã, Ana, foi desaparecida pelos militares, Kucinski (2016a) afirma em sua epígrafe que “tudo [...] [no] livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (p. 11). O que essa afirmação faz, ao contrário de nos provar o caráter ficcional do livro, é apontar para o fato de que a ditadura ainda é um período

² A palavra alemã *Durcharbeiten*, do título original do ensaio, “*Erinnern, Wiederholen und Durcharbeiten*”, vem do verbo alemão *arbeiten*, que significa trabalhar, laborar. Segundo Gilson Ianini e Pedro Heliodoro Tavares (FREUD, 2020a), organizadores da edição do texto aqui utilizada, o prefixo *Durch-*, utilizado por Freud, dá ao verbo “noção de atravessamento que perfaz uma ação [...] que vai do início ao fim” (p. 162-163), que seria melhor representada, em português, pela palavra perlaboração, ativa, que demanda trabalho, consciência, esforço, do que simplesmente elaboração, que, como nos avisa Adorno (2020a), pode ser distorcida para significar um esquecimento passivo daquilo que já aconteceu.

sem respostas, ainda significa a dúvida, o apagar absoluto de histórias, o assujeitamento de suas vítimas, a impossibilidade da experiência do luto por parte dos que ficaram vivos.

Ao passo em que, no livro, acompanhamos as espirais de memórias e repetições de seu protagonista – que, durante toda a narrativa, concebe paralelos entre o desaparecimento de sua filha e o que aconteceu à sua irmã, desaparecida pela polícia nazista na Alemanha, quando da Segunda Guerra Mundial –, metalinguisticamente, temos em *K.*, enquanto relato, mesmo que ficcional, de fatos históricos apagados pela História – com letra maiúscula – do Brasil, ato de perlaboração dessa história e daquilo que constitui a verdade sobre nosso país. Em “Sobre o conceito de História” (1940), Walter Benjamin (2012) escreve:

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de “tempo agora” [...].

[...] O historicismo apresenta a imagem “eterna” do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz “era uma vez”. Ele permanece senhor das suas forças, suficientemente viril para mandar pelos ares o *continuum* da história.

[...] A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo: ela utiliza a massa dos fatos, para com ele preencher o tempo homogêneo e vazio. A historiografia materialista, por outro lado, tem em sua base um princípio construtivo. [...] O materialista histórico aproxima-se de um objeto histórico somente quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma **oportunidade revolucionária na luta pelo passado oprimido**. (p. 249-251, grifo meu).

O tempo saturado de agoras a que Benjamin faz referência nos leva a pensar na atemporalidade do inconsciente freudiano, que também não reconhece a existência dos sujeitos de forma homogênea e linear, mas como mônada em que um trauma inicial se liga a outras experiências, as quais passam a existir como repetições indissociáveis entre si e apenas compreensíveis se olhadas como uma cadeia, em retrospecto. O historiador marxista tem o papel de perceber de que modo os agoras que constituem a história se ligam uns aos outros e como sua repetição resulta no agora do presente. Compreendendo o presente, o historiador marxista, como o analista freudiano, torna-se capaz de lançar luz sobre o(s) passado(s) que o constitui(em) e, assim, buscar agir sobre o futuro, libertando-o do eterno retorno. Percebendo sua reincidência no presente, o historiador marxista é aquele capaz de possibilitar que o passado seja (p)e(r)laborado.

Livros como *K.* se dão como luta por um passado oprimido. Levam em conta a crença de Adorno (2021a) de que o fascismo está logo ali, virando a esquina, entremeado na sociedade criada por ele, nos sujeitos que nada mais são do que tipos sociais derivados da cultura/civilização em que se inserem (FREUD, 2011) e que, alienados da memória de seu país,

não precisam recorrer a muitos sofismas para se convencerem de que o problema da ditadura foram os erros cometidos que a levaram a cair, não necessariamente a sua existência e muito menos a tortura e o assassinato dos que foram suas vítimas (ADORNO, 2021a).

Como se lê no “*Post Scriptum*” de *K.*, em que o narrador, escrevendo em primeira pessoa, relata, em texto datado de 31 de dezembro de 2010 – 25 anos após finda, no papel, a Ditadura Cívico-Militar Brasileira –, ter recebido o telefonema de uma mulher, que diz a seu filho que sua tia desaparecida quarenta anos atrás – A., a filha do protagonista de nossa história – contatara-a num restaurante no Canadá, dando seu nome e sobrenome. A mulher deixa seu nome e um telefone, para contato. O narrador, no entanto, afirma que não retorna sua ligação:

Lembrei-me dos primeiros meses após a desapareção; sempre que chegávamos a um ponto sensível do sistema, surgiam pistas falsas do seu paradeiro para nos cansar e desmoralizar. Esse telefonema – concluí – é uma reação à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela Ordem dos Advogados do Brasil, na qual uma artista de teatro personificou o seu desaparecimento. O telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado. (KUCINSKI, 2016a, p. 168, grifos meus e do autor).

K. é o relato da testemunha – Bernardo Kucinski, seu autor, que de fato viveu o período ditatorial brasileiro – ficcionalizado³ na experiência de outra testemunha – *K.*, nosso protagonista –, segundo o conceito de Agamben (2008). Constitui-se como a possibilidade de dar voz a vozes caladas, desaparecidas, dizendo o que foram impedidas de dizer. Em seu ensaio “O arquivo e o testemunho”, Agamben escreve que a impossibilidade de falar sobre Auschwitz deve estar atrelada apenas ao seu horror e à dificuldade de traduzi-lo em palavras. Tentar calar relatos sobre Auschwitz (ou sobre a Ditadura Cívico-Militar, no caso do Brasil) por se temer

³ Seligmann-Silva (2022) escreve no capítulo “O local do testemunho”, de seu livro *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, sobre autoescrituras – como é o caso de *K.* – enquanto performance ficcional. Afirma ele, no entanto, haver profunda diferença entre o *status* de ficção e o de mentira, dizendo que “além de a fantasia não ser necessariamente avessa à verdade, a mentira não existe da mesma forma dentro e fora da literatura” (p. 188). Para o autor, é preciso que analisemos e critiquemos as autoficções a partir de outros paradigmas, diferentes dos “ditames neoclássicos do estético” (p. 191), já que elas se encontram num entrelugar ainda mais absoluto do que a literatura simplesmente ficcional, porque pretendem ter peso também de testemunho sobre a realidade.

Jaime Ginzburg (2017) escreve que, segundo Walter Benjamin, “A analogia, crivo epistemológico do estético [...] constitui um princípio de rigor metodológico, abrindo [...] horizontes reflexivos a que a dedução talvez não tivesse condições de acessar” (p. 124). Daí que seja provavelmente mais pungente falar sobre a nossa história por meio da ficção, como faz Kucinski, e não por meio de um texto jornalístico – que, inclusive, ele facilmente poderia escrever.

Ginzburg (2017) continua, escrevendo sobre a escritura dos sobreviventes e o modo como devemos pensá-las e analisá-las: “A expressão dos sobreviventes é elaborada de maneira problemática, colocando em questão a própria possibilidade de a linguagem ser capaz de representar a experiência. O grau de violência vivido em Auschwitz seria de tal modo intenso que, tangenciando o indizível, escaparia à linguagem a possibilidade de formulá-lo. A literatura enfrentaria então domínios como a inviabilidade extrema de representação e o silenciamento, em que a significação das palavras não dá conta do horror vivido como trauma” (p. 158). Justamente pela impossibilidade da linguagem de dar conta da experiência do trauma, a escritura do trauma em geral se dá de modo fragmentário, como observamos em todos os romances de Kucinski. Sobre a possibilidade de a ficção representar a realidade e o modo como o faz, discorro mais a fundo no capítulo 2 deste trabalho.

encará-los, por se negar a aceitar sua veracidade, é conceder novamente a vitória aos algozes. Sobre isso, Agamben cita um excerto de *Os afogados e os sobreviventes* (1984), de Primo Levi, em que o autor transcreve o que um general das SS teria dito aos prisioneiros de um campo de concentração:

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo [não] lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança [...]. Nós ditaremos a história [...]. (LEVI, 1984, p. 1 *apud* AGAMBEN, 2008, p. 157).

Ao passo em que a ligação entre o conceito de memória e *K.* é evidente, de que modo aferir tal conceito a um livro distópico como *A nova ordem*, cujo enredo trata de um Brasil contemporâneo – por suas similaridades com o período em que foi publicado –, alocado num futuro indeterminado? Em “Lembrar, repetir e perlaborar”, Freud (2020b) escreve: “podemos dizer que o analisando não se *lembra* de mais nada do que foi esquecido e recalado, mas ele *atua* com aquilo. Ele não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele *repete* sem, obviamente, saber que o repete” (p. 154, grifos do autor).

Enquanto *K.* se dá como perlaboração da história, como ato concreto de revolta contra um passado opressor, como denúncia materialista histórica do silenciamento e assujeitamento advindos da tradição histórica do país, *A nova ordem* apresenta os resultados da falta de memória do país, o modo como, sem conhecer a própria história, o país, traumatizado, repete-a, sem se dar conta de que o faz. *K.* nos fala de uma memória retrospectiva, ao passo em que *A nova ordem* nos apresenta a estranha e inquietante memória prospectiva, em que, aquilo que não foi resolvido no passado e sequer é lembrado no presente, retorna como ato que causa sensação de infamiliaridade e, ao historiador benjaminiano (1994), possibilita o absurdo de ser capaz de prever, de certo modo, o futuro – ao término do capítulo IX, de *A nova ordem*, “As restrições do Major Humberto ao protocolo de suplício e seu entusiasmo pela figura do psicanalista informante”, o Major Humberto anuncia a Ariovaldo o sucesso da operação Quimera, que fará com que seus trabalhos de tortura sejam oficialmente incorporados ao organograma das Forças Armadas num centro próprio que iria se chamar “Departamento de Operações da Inquisição, subordinado ao Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)” (KUCINSKI, 2019, p. 83). O tragicômico representado pela semelhança da sigla àquela adotada em 1970 pela repressão para nomear o órgão responsável pelas prisões, desaparecimentos, torturas e mortes daqueles considerados “ameaças à segurança nacional”, torna-se apenas trágico quando lançamos luz sobre a homenagem feita por Jair Messias Bolsonaro a Carlos

Brilhante Ustra – chefe do DOI-Codi entre 1970 e 1974 –, quando de seu voto pelo *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e sua posterior eleição à presidência da república, em 2018. Em 2019, ano da publicação de *A nova ordem* e, portanto, posteriormente à sua escritura, Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Messias e então Deputado Federal, afirmou em entrevista a possibilidade da criação de um novo AI-5, caso “a esquerda se radicalizasse” (MAZUI, 2019). Na terceira parte deste trabalho, apresento um inventário dessas anunciadas coincidências.

Apesar dos erros admitidos por Schwarz (2014) quanto ao prognóstico feito por ele sobre os intelectuais de esquerda do Brasil e a literatura brasileira, seu ensaio citado no início desta justificativa apresenta um panorama bastante acurado do que era o Brasil anterior a 64 e do papel que os políticos de esquerda e as classes intelectual e artística do Brasil haviam assumido nessa época. Explicando a atuação do Partido Comunista (PC) no governo de João Goulart, Schwarz escreve:

Se o PC teve o grande mérito de difundir a ligação entre imperialismo e reação interna, a sua maneira de especificá-la foi seu ponto fraco, a razão do desastre futuro de 1964. Muito mais anti-imperialista que anticapitalista, o PC distinguia no interior das classes dominantes um setor agrário, retrógrado e pró-americano, e um setor industrial, nacional e progressista, ao qual se aliava contra o primeiro. Ora, esta oposição existia, mas sem a profundidade que lhe atribuíam, e nunca pesaria mais do que a oposição entre as classes proprietárias, em bloco, e o perigo do comunismo. O PC[,] entretanto[,] transformou em vasto movimento ideológico e teórico as suas alianças, e acreditou nelas, enquanto a burguesia não acreditava nele. [...] Noutras palavras, posta de lado a luta de classe e a expropriação do capital, restava ao marxismo [brasileiro] uma tintura rósea que aproveitava ao interesse de setores (burguesia industrial? burocracia estatal?) das classes dominantes. (p. 12-13).

Quaisquer semelhanças com os anos anteriores a 2018 não são mera coincidência. Longe de mim cometer o erro apontado por Adorno (2021a) e, numa leitura anacrônica, converter os vencedores – a democracia – “em responsáveis por aquilo que os vencidos praticaram enquanto eles próprios ainda se encontravam por cima” (p. 33). Os apontamentos de Schwarz entram aqui como aviso, como explanação de que, se circunstâncias x permitiram a ascensão de um governo fascista no Brasil, dadas as mesmas circunstâncias, mesmo que em outro momento temporal, antecipar um resultado semelhante significa compreender os fatos históricos, como o afirma Benjamin (1994), para quem:

O historicismo se contenta em estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração em que sua época entrou em contato com uma época anterior,

perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um “agora” no qual se infiltraram estilhaços do messiânico. (p. 232).

A nova ordem, livro do presente que fala sobre o futuro, permite-nos entrever em Bernardo Kucinski um historiador consciente, capaz de reconhecer na sociedade sua contemporânea os mecanismos (ADORNO, 2021b) que, no passado, fizeram dela antro do fascismo. Nesse sentido, como afirmado por Benjamin (1994), o historiador consciente seria capaz de antever o futuro, apropriando-se do passado, “de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo” (p. 224). Este será o tema da terceira parte deste trabalho, na qual me demorarei em demonstrar tal premissa, associando diversos excertos deste livro a momentos históricos que provavelmente os anunciaram a Kucinski e, posteriormente, associando excertos do livro a momentos que o sucederam e que fizeram dele, em retrospecto, como que premonitório.

A nova ordem também nos respalda a pensar a lógica freudiana (2020a) de “Lembrar, repetir e perlaborar” como metalinguística, indo para além do texto, mesmo que ainda dentro do texto. Porque a possibilidade de escrever um texto como *A nova ordem* significa um escovar da história a contrapelo (BENJAMIN, 1994, p. 225), significa recordar o passado, perceber sua repetição no presente e transformá-lo em fato histórico na tentativa não só de lhe preencher as lacunas e obrigá-lo a encarar seus restos – como em *K.* –, mas, assumindo diante dele a postura messiânica de lhe apontar os mecanismos, antever seus desenlaces, interpelá-lo quanto ao passado spectral que nele (re)atua (AVELAR, 2003a, p. 248).

Enquanto Schwarz (2014) nos conta sobre a apatia de intelectuais e artistas nos primeiros anos da Ditadura, sobre o modo como se contentaram em permanecer em suas bolhas sociais, conversando apenas consigo mesmos, legando seu marxismo a discursos inspiradores, aulas interessantes e filmes e músicas repletos de boas metáforas, Kucinski (2019) dá ao primeiro capítulo de seu livro o título: “A nova ordem proclama seu advento. O fechamento das universidades e a morte do pensamento crítico”. Mais adiante, no capítulo VII do mesmo livro, “O general Fagundes celebra o desbaratamento da subversão. O extermínio dos utopistas capturados”, lemos a reflexão do general Fagundes sobre a demografia que constitui o que chama de utopistas:

Os utopistas são pessoas comuns. Indistinguíveis. E não se expõe[m], são espertos, sutis, não praticam violência. Muito diferentes dos black blocs que depredavam bancos, mascarados e vestidos de preto, fáceis de serem identificados. A maioria dos utopistas são estudantes, filhinhos de papai. Outra categoria é a dos artistas e intelectuais que os apoiam sem, no entanto, romper os laços com as instituições. Cada um deles foi identificado e localizado. Poucos escaparam, os que se embrenharam na mata ou estão em trânsito. Talvez uns dez por cento, conclui o general, ao ler os relatórios. (KUCINSKI, 2019, p. 64-65).

Estudantes, e artistas e intelectuais com medo de romper os laços com as instituições: é como se os algozes se lembrassem melhor do que outrora aconteceu, como se, nas palavras de Adorno (2020a), sua tentativa de apagar a memória fosse “muito mais um resultado da consciência vigilante do que resultado da fraqueza da consciência frente à superioridade de processos inconscientes” (p. 36). Porque o que Schwarz nos conta mais adiante em seu ensaio é que a práxis marxista antididatorial adveio das universidades mesmo contra a vontade de seus já sagrados professores: sem querer, seus discursos inspiradores de fato inspiraram seus estudantes, que decidiram partir para ação, o que levou a Ditadura a pensá-los enquanto massa politicamente perigosa e concluir, só então, que seria necessário “liquidar a própria cultura viva do momento” (p. 9), a qual incluía as universidades:

Em suma, [de 1964-1968], nos santuários da cultura burguesa a esquerda da[va] o tom [...].

[...] Com altos e baixos essa solução de habilidade durou até 1968, quando nova massa havia surgido, capaz de dar força material à ideologia [dos artistas, intelectuais e professores]: os estudantes, organizados em semiclandestinidade. Durante esses anos, enquanto lamentava abundantemente seu confinamento e a sua impotência, a intelectualidade de esquerda foi estudando, ensinando, editando, filmando, falando etc., e sem perceber contribuíra para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anticapitalista. (p. 8-9).

Neste trabalho, debruço-me sobre uma leitura comparatista entre *K.: relato de uma busca* e *A nova ordem*, pensando os textos que constituem os romances de forma imanente, mas também a existência desses romances associada ao período histórico/social de sua publicação. Enquanto *K.* se daria como a tentativa de elaboração de um passado nos termos de Adorno (2021a), lembrando-o e o escrachando, na busca por escancarar seus mecanismos e impedir sua repetição, *A nova ordem* seria a expressão da angústia – não necessariamente de seu autor, uma angústia social, histórica (BENJAMIN, 1994) – frente ao reconhecimento daquilo que é familiar, mas fora recalcado no inconsciente social (FREUD, 2011), e por isso não é compreendido de imediato quando torna a se apresentar, a ser atuado, a se repetir. Ambos os livros falam de um Brasil traumatizado, melancólico porque incapaz de completar seus lutos, em que algo dos horrores de sua história, ou “algo da cena traumática [experenciada] sempre permanece incorporado, como um corpo estranho [infamiliar], dentro do sobrevivente” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 146). Um país de desaparecidos, que não pôde enterrar seus mortos e viver seus lutos, é um país que habita a morte e habitá-la “significa permanecer estranho ao mundo” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 147).

Como talvez já se tenha tornado claro, além de Freud, outros autores caros à esta pesquisa são Theodor Adorno e Walter Benjamin, os quais, embora escrevem sobre a Europa do século XX, refletem, acima de tudo, sobre o horror e a pulsão humana de destruição que, no

contexto capitalista, é levada a seu extremo (FREUD, 2020d). Para auxiliar as aproximações desses autores com a história – e o presente – do Brasil, foram de grande importância os autores Márcio Seligmann-Silva (2010; 2022) – e seus livros *A atualidade de Walter Benjamin e Theodor W. Adorno* e *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico* – e Jaime Ginzburg (2020) – e seu livro *Crítica em tempos de violência. Pensar a Literatura Brasileira e a crítica literária*, ambas entremeadas pela violência que constitui nosso país, bem como, especificamente, a literatura produzida no Brasil quando da Ditadura Cívico-Militar e sobre a Ditadura Cívico-Militar também foram tarefas a que Seligmann-Silva (2022) e Ginzburg (2020) se mostraram indispensáveis.

Ainda em “O que significa elaborar o passado”, Adorno (2021a) escreve que “o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas” (p. 53). Em ensaio posterior, “A educação após Auschwitz”, o autor (ADORNO, 2021b) completa essa ideia, escrevendo que “o perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão” (p. 136) e afirma que toda a educação, em todos os seus níveis, só deveria, após Auschwitz, falar sobre Auschwitz. “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica” (p. 132). Além da relevância de pesquisar um autor brasileiro contemporâneo, creio que a existência deste trabalho se justifique na medida em que pretende se debruçar sobre o único assunto a respeito do qual a educação no Brasil deveria se debruçar: o perigo do fascismo, seus mecanismos, suas causas e o modo de combatê-lo (ADORNO, 2021b, p. 131).

Ler e pensar Bernardo Kucinski, no Brasil, significa, em termos benjaminianos (1994), escovar a história a contrapelo, pensar o país a partir da margem, dar voz aos que foram desaparecidos, desassujeitados, silenciados. É um ato de vingança, mas também um ato de rebeldia e de ação messiânica: é afirmar que seremos ouvidos não importa o quão alto gritem os fascistas ou o quanto buzinem suas motocicletas em suas cruéis motociatas. De forma metalinguística, ler, pensar e estudar Kucinski significa, por meio do trabalho científico, da pesquisa literária, integrar, enquanto sujeitos de práxis, o processo de perlaboração da história do Brasil.

2 Lembrar: entre a *mimesis*⁴ e o pastiche – quando um sujeito se torna autor, fá-lo ainda inserido no mundo, e as possibilidades de se relacionar com o mundo de um texto que se sabe representação

Na era das catástrofes, a arte passa a ser pensada como arquivo histórico – proustianamente vinculado à noção de memória/escritura “involuntária”, a saber, inconsciente (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 97)

Quando trata do conceito de *mimesis*, desenvolvido originalmente por Aristóteles (2017) em sua *Poética*, Antoine Compagnon (2010), no capítulo III de seu livro *O demônio da teoria* (1998), “O mundo”, problematiza o estado da arte que a Filosofia e a Teoria Literária até então produziram a seu respeito, num eterno digladiar entre a literatura e a realidade, o qual, segundo ele, poderia ser resumido em termos de correntes de pensamento da seguinte forma: “segundo a tradição aristotélica, humanista, clássica, realista, naturalista e mesmo marxista, a literatura tem por finalidade representar a realidade, e ela o faz com certa conveniência; segundo a tradição moderna e a teoria literária, a referência é uma ilusão, e a literatura não fala de outra coisa senão de literatura” (p. 111).

Em suma, a discussão se concentrava no papel da literatura – copiar ou não o real – e na possibilidade de que a literatura pudesse fechar-se em si mesma e referenciar-se unicamente a si mesma, falando, portanto, somente de si mesma. Atesta Compagnon (2010), no entanto, que nenhuma das duas proposições se verificaria, uma vez que, a despeito da primeira, os autores, por mais que o quisessem, jamais poderiam reproduzir em suas obras a realidade tal e qual, fazendo de seus textos cópias do real⁵, já que nem eles, nem seus leitores e nem os críticos

⁴ Neste capítulo, a palavra “*mimesis*” aparecerá com três diferentes grafias, sendo elas *mimesis*, *mimèsis* e *mímesis*. Isso se deu para manter a grafia escolhida pelos autores citados em suas citações. Por minha vez, optei pela primeira grafia, no texto escrito por mim, para adequá-la ao modo como a palavra aparece escrita na minha versão da *Poética*, de Aristóteles, traduzida por Paulo Pinheiro e publicada pela Editora 34, em 2017.

⁵ Platão condenava a arte poética por considerar que a *mimesis* sobre a qual estava calcada equivalia à mentira: havia a realidade da qual o mundo em que vivemos era imitação e, ao buscar imitar o mundo, a *mimesis* se tornava dois graus distante da realidade e, portanto, da verdade – o que, para ele, era absolutamente condenável e justificaria a expulsão de todos os poetas da Cidade (COMPAGNON, 2010, p. 101). Quando escrevo, neste trabalho, sobre realidade, não me refiro à sua noção platônica, mas materialista, segundo a qual acessamos, sim, o mundo por meio de nossos sentidos e pensamentos, sendo ambos mediados pela linguagem, mas, se nos sentarmos sob uma árvore, independentemente do que pensemos sobre ela ou do juízo que façamos dela, seremos atingidos por um galho seu que se quebre e caia sobre nossas cabeças. A realidade existente que não acessamos não é a do Demiurgo de Platão, mas a da natureza, que aos homens é restringida pela mediação.

Embora a noção de imitação já figurasse entre os gregos da Antiguidade, a noção de cópia é mais recente e afeita à noção de autoria, que data do século XV, final da Idade Média, posteriormente à invenção da imprensa, desenvolvida entre os anos de 1439 e 1440, por Johannes Gutenberg, na Alemanha. Segundo Benjamin (2020), em seu ensaio “O contador de histórias: reflexões sobre a obra de Nicolai Leskov” (1936), “O primeiro indício do processo que culminará com a decadência da arte de narrar é o advento do romance no início da era moderna. O

literários, sujeitos que são, acessariam plenamente a realidade. Cada indivíduo, seja ele autor de literatura ou não, tem seu acesso à realidade mediado pelas representações sociais, que são socialmente motivadas, mas individualmente concretizadas, fazendo com que o real de cada sujeito nada mais seja do que uma versão simbólica de sua vivência subjetiva – enquanto ser social – no mundo.

Em contrapartida, queira-se um autor realista ou fantástico, toda obra literária possui relação com o mundo e, portanto, em alguma medida, com a realidade, já que é produzida por um sujeito que se constitui e existe em relação dialética com o mundo. Tudo o que pode ser criado por um sujeito é derivado das representações sociais feitas por ele ao longo da vida e, portanto, dá-se no entrelugar entre sua consciência individual e o mundo que o cerca.

Em outra síntese, Compagnon (2010) escreve que “a literatura é o próprio entrelugar, a interface” (p. 135). Escreve ainda:

Assim, novamente, a *mimèsis* não é apresentada como cópia estática, ou como quadro, mas como atividade cognitiva, configurada como experiência do tempo, configuração, síntese, *práxis* dinâmica que, ao invés de imitar, produz o que ela representa, amplia o senso comum e termina no reconhecimento.

[...] A *mimèsis* não tem, pois, nada mais de uma cópia. Ela constitui uma forma especial de conhecimento do mundo humano, segundo uma análise da narrativa muito diferente da sintaxe que os adversários da *mimesis* procuravam elaborar, e que inclui o tempo do reconhecimento. (p. 128-130, grifos do autor).

É o que reafirma Luiz Costa Lima (1981), em seu texto “Representação social e *mimesis*”, no qual aproxima o conceito de representações sociais ao de *mimesis*, afirmando de uma vez por todas não haver “um real previamente demarcado e anterior ao ato de representação” (p. 218) e, separando, para tanto, o conceito de real do de realidade. Escreve Lima (1981):

[...] o real não se confunde com a realidade. Se esta, entendida como natureza, é prévia e independente do homem, sua conversão em real se faz através de um processo duplo, paralelo, mas distinto: por sua nomeação – que não se restringe a dar nomes às

que distingue o romance da história tradicional [...] é o fato de não poder prescindir do livro. A difusão do romance só se torna possível com a invenção da imprensa” (p. 144). Por “arte de narrar”, Benjamin se refere ao ato de se contar histórias oralmente, sendo essas histórias de domínio da comunidade em que se inserem, direcionando a ela seus ensinamentos e prescindindo da autoria de um sujeito. Escreve Roland Barthes (2012), em seu ensaio “A morte do autor” (1968), que “[...] nas sociedades etnográficas, a narrativa nunca é assumida por uma pessoa, mas por um mediador, xamã ou recitante, de quem a rigor se pode admirar a performance (isto é, o domínio do código narrativo), mas nunca o ‘gênio’” (p. 58). Segundo ele, o autor “é personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade, na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal na Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da ‘pessoa humana’. [...] Então é lógico que, em matéria de literatura, seja o positivismo, resumo e ponto de chegada da ideologia capitalista, que tenha concedido importância à ‘pessoa’ do autor” (p. 58). Daí que a noção de cópia tal como a concebemos hoje, a partir da qual ideias, histórias e textos se tornam propriedades, derive-se também do pensamento positivista e seja, portanto, produto – com toda a ironia cabível ao uso do termo – da modernidade.

partes da realidade – e pela formulação de molduras determinadoras da situação decodificadora da palavra. (p. 223).

Os processos descritos por Lima (1981) são equivalentes aos processos de ancoragem e objetivação desenvolvidos por Moscovici (2007)⁶. Eles apontam a relação indissociável existente entre os sujeitos e a realidade, mas, ao mesmo tempo, sua impossibilidade de acessá-la – uma vez que o núcleo duro do real não existe. Nas palavras do autor, “não olhamos a realidade e a traduzimos numa forma classificatória. Ao contrário, é a forma classificatória que nos informa sobre a realidade, tornando certas parcelas suas significativas” (p. 220).

Para Luiz Costa Lima (1981), a *mimesis* é característica de todo texto literário, seja ele realista ou não, e se dá como um jogo, em que, “através do uso especial da linguagem [,a literatura], [o autor deve] fingir-se outro, experimentar-se como outro ou ainda usar a linguagem, não como meio de informação, mas como espaço de transformações cumpridas **não em função de um referente a que descreveria, mas possibilitadas pela própria ideação verbalmente formulada**” (p. 229-230, grifo meu).

É o que sintetiza Márcio Seligmann-Silva (2010), em seu livro *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*, quando afirma ser Adorno um dos autores que melhor diagnostica a verdade sobre a arte contemporânea, que, a saber “não está mais no registro da mímesis como imitação, mas sim de um outro tipo de mímesis, característico, por exemplo, da dança e da *performance*. **Trata-se de uma mímesis que é pura criação e nada imitação.** É, sim, aparição, espetáculo: *opsis*”⁷ (p. 95, grifos meus e do autor).

O jogo literário que faria de todo texto mimético (LIMA, 1981) decorreria da própria natureza dos homens e da arte: os textos se dão como produtos das subjetividades de autores, que, ao serem materializadas, carregam em si a possibilidade de provocar no leitor, receptor da obra, identificações com suas próprias representações – individuais, mas socialmente motivadas. Cito novamente Lima:

Referindo-nos pois ao que se passa tanto na prosa quanto na poesia, podemos dizer: a *mimesis* supõe em ação o distanciamento pragmático de si e a identificação com a

⁶ As representações sociais – conceito desenvolvido por Serge Moscovici (2007) – ocorrem por meio de dois processos: a **ancoragem**, através da qual o sujeito interpreta o objeto que lhe é apresentado, conferindo-lhe significações – sociais, coletivas –, às quais, por fim, atribuirá sentidos – individuais, subjetivos, mas desenvolvidos em relação dialética com a sociedade –; e a **objetivação**, por meio da qual o sujeito substituirá simbolicamente o objeto que lhe é apresentado por outro já seu conhecido, categorizando-o e tornando, assim, o objeto antes infamiliar num outro, seu familiar (RÊSES, 2003). A concepção de Serge Moscovici (2007) de representações sociais se embasa no conceito de representações coletivas desenvolvido por Emile Durkheim (1970). Moscovici, no entanto, considerava o modelo de sociedade pensado por Durkheim estático e tradicional demais, de modo que preferiu substituí-lo por um modelo mais dinâmico e fluido, o que o levou também a substituir o termo “coletivo” por “social”.

⁷ “OPSIS é um termo grego que significa visão e designa aquilo [que] é confiado ao olhar, à observação” (OPSIS, [s/d]).

alteridade captada nessa distância. Identificação e distância, identificação a partir da própria distância constituem os termos básicos e contraditórios do fenômeno da *mimesis*. Pensando-a pois em relação às representações sociais, diremos que ela é um caso particular seu, distinto das outras modalidades porque a *mimesis* opera a *representação das representações*. (p.230-231, grifos do autor).

Parto, portanto, da premissa de Lima (1981) – a *mimesis* como representação das representações⁸ (p. 231) –, para proceder à análise de *K.: relato de uma busca* (2011) e *A nova ordem* (2019), de Bernardo Kucinski. Como se lê na orelha da edição do livro publicada pela Companhia das Letras em 2016, “Poucas representações literárias do período da ditadura militar no Brasil atingiram resultado tão contundente. A experiência familiar do autor é base do enredo⁹, **mas sua força está na maestria da recriação ficcional**, mais de trinta anos depois de ocorrida a tragédia” (grifo meu).

A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), período real – por mais que muitos hoje ainda o tentem negar – da história do Brasil, foi, como qualquer outro evento de realidade, experienciado pelos sujeitos que a viveram de formas diferentes, sendo representada socialmente por eles de modo individual que criou, no entrelugar entre a realidade e a representação, o real da época para cada um.

Como escreve Jaime Ginzburg (2017), no capítulo “Theodor Adorno e a poesia em tempos sombrios”, de seu livro *Crítica em tempos de violência*: “Adorno acredita que, ao abordar a individualidade, um poema [uma obra artística/literária] é capaz de apontar elementos relativos a uma coletividade” (p. 130). O real de Bernardo Kucinski, sujeito, jamais poderia ser acessado por qualquer outro sujeito, mas, ao ser representado por B. Kucinski, autor, em texto literário, fez-se o jogo mimético que permitiu a identificação entre as representações sociais dos leitores e as do autor, no entrelugar que só existe na literatura.

⁸ Para que não restem dúvidas, é a noção de *mimesis* de Costa Lima (1981) que guiará as reflexões a esse respeito no decorrer do trabalho. É sobre ela que sustento a ideia de que, mesmo possuindo caráter testemunhal, a obra literária nunca se dá como cópia da realidade, mesmo que tenha a intenção de sê-lo – o que, inclusive, não me parece ser o anseio de Kucinski. Na esteira de Bakhtin, escreve Compagnon (2010): “A referência não tem realidade: o que se chama de real [real ≠ realidade material – ambos inalcançáveis, mas diferentes] não é senão um código. A finalidade da *mimèsis* não é mais a de produzir uma ilusão do mundo real, mas uma ilusão do discurso verdadeiro sobre o mundo real. O realismo [que se pretendeu a escola mais afeita à realidade] é, pois, a ilusão produzida pela intertextualidade: ‘O que existe por detrás do papel não é o real, o referente, é a Referência, a ‘sutil imensidão das escrituras’ (BARTHES. *S/Z*, P. 87)” (p. 108).

⁹ Apontou-me meu orientador sobre o modo como o texto da Companhia das Letras pode induzir um leitor desavisado a conclusões tanto quanto platônicas no que diz respeito à própria ideia de criação. Embora enfatize a importância da criação ficcional na obra de Kucinski, o modo factual como o referente é apresentado nessa apresentação – “A experiência familiar do autor é base do enredo” –, pode levar à falsa impressão de uma possibilidade de alcance da realidade na obra literária – há o ficcional, no livro, em que reside sua força, mas também aquilo que, por ser testemunhal ou se relacionar com a realidade, apreende-a. Embora, durante este trabalho, eu vá me deter largamente em fatos, possuo a pretensão de continuar afeita à perspectiva de Costa Lima (1981): a realidade é apreendida pelo autor por meio de suas representações, e são elas, que, de uma forma ou de outra, são representadas na obra literária.

Ademais, é possível enxergar *mimesis* também na estrutura de *K.*, pensando um processo descrito por Karl Marx como inerente ao capitalismo, sobre o qual Ginzburg (2017) escreve: “Em uma sociedade marcada por conflitos, a constituição da subjetividade lírica é atingida pela opressão. No contexto do capitalismo, essa opressão se articula com o princípio da **reificação** e o fetichismo da mercadoria, reduzindo o alcance da condição propriamente humana” (p. 129, grifo meu).

Como outrora ponderado, o golpe militar brasileiro visava à instauração do sistema capitalista no Brasil de uma vez por todas. Assim como o sistema se estrutura sobre a destituição dos sujeitos de sua subjetividade, os oprimidos, em *K.*, são destituídos de seus nomes. Para os militares, os sujeitos com que desapareciam não passavam de números inconvenientes, e o sistema que almejavam tinha como objetivo a reificação desses e dos demais sujeitos do Brasil. O livro mimetiza isso ao representar pessoas inteiras, com suas vidas, sonhos e ideais, por meio de iniciais que podem ou não fazer alusão a quem quer que seja.

O direito de narrar em primeira pessoa, em *K.*, é dado quase que exclusivamente aos algozes, com exceção do capítulo “Os desamparados”, narrado pelos pais do desaparecido marido de A. Os demais capítulos em primeira pessoa, “A cadela”, “A abertura” e “Paixão, compaixão”, são narrados, respectivamente, por um oficial subordinado que divaga sobre a predileção de seu chefe por animais, ao invés de pessoas; por Fleury, o tal chefe, que se comunica com um subordinado de nome Mineirinho; e pela amante de Fleury, que explica sua afeição pelo parceiro e de que modo sua relação começou. Os desaparecidos e aqueles que os procuram são chamados por suas iniciais, ao passo que podemos contar com nomes inteiros dados aos algozes, como o próprio Fleury – ou Zinho, como a amante o chamava –, Mineirinho, Lima, Fogaça, Rocha e Klemente, o delator. Além deles, a cachorrinha de A. e seu marido recebe um nome, Baleia, bem como os professores da Congregação uspiana do Instituto de Química têm seus nomes e sobrenomes divulgados e seguidos de longos apostos que apresentam suas carreiras e feitos acadêmicos:

Em torno da mesa de mogno, longa, pesada, de bordas entalhadas, como deve ser a mobília de uma universidade, sentam-se oito ilustres professores do Instituto de Química, chefes de departamento, cientistas de renome em suas áreas, entre eles **Ivo Jordan**, na separação isotópica de urânio, **Newton Bernardes** na física dos materiais, o **Metry Bacila**, pioneiro na biologia marinha. O Instituto de Química notabilizou-se pelo rigor científico, influência dos alemães Heinrich Hauptmann e Heinrich Rheinboldt, fundadores da química no Brasil, para onde vieram fugindo do nazismo.

No momento desta reunião, o Instituto tem apenas cinco anos de existência. **Giuseppe Cilento**, que coordenou sua criação juntando departamentos e pesquisadores de outras unidades da Universidade de São Paulo, também está na reunião. [...]

Preside a reunião o diretor do Instituto, professor **Ernesto Giesbrecht**, patriarca da química brasileira, membro da Academia Brasileira de Ciências,

comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, discípulo e orientando do próprio Rheinboldt. (KUCINSKI, 2016a, p. 141-142, grifos meus).¹⁰

Em *A nova Ordem*, por sua vez, não existem capítulos narrados em primeira pessoa, mas vemos, novamente, uma disparidade entre as personagens nomeadas do lado das vítimas e dos algozes. Acompanhamos, em diversos momentos, a saga do ex-engenheiro Angelino, transformado, num Brasil em que os livros foram proibidos, em um catador de papel – como na metáfora do historiador de Walter Benjamin¹¹ –, e, do outro lado, seguimos personagens como o Capitão Médico Ariovaldo, sua esposa, Marilda, o General Fagundes, o Major Humberto, o Sargento Messias etc. Quando, no entanto, temos mais da metade do texto que compõe o livro em suas notas de rodapé, as quais contêm os éditos¹² propostos pela Nova

¹⁰ Além destes, também constam no livro os nomes dos professores **Francisco Gerônimo Sales Lara**, **Gilberto Rubens Biancalana**, **Yukio Miyata**, **José Ferreira Fernantes** e do chefe de departamento “Professor Doutor **Otto Richard Gottlieb**” (KUCINSKI, 2016a, p. 143, grifo meu) – cujo nome é centro de um episódio relatado no capítulo “Nono visitante”, do posterior *Os visitantes*. Ao final do capítulo, também são citados os nomes do ministro **Armando Falcão**, do “magnífico reitor, **Orlando Marques de Paiva**” (KUCINSKI, 2016a, p. 148, grifo meu) e do então governador do estado de São Paulo, “**Paulo Egidio Martins**, outro que nunca se desculpou” (KUCINSKI, 2016a, p. 148, grifo meu). Discute-se ainda, na reunião, de modo corriqueiro, a recontração do então ex-professor aposentado **Henrique Tastaldi**.

¹¹ Walter Benjamin aproximava seu modelo de historiografia às personagens do colecionador e do catador de papéis. Cito Seligmann-Silva (2010), que o explica: “**O historiador deve acumular os documentos que são como que apresentados diante do tribunal da história. Em Benjamin, a cultura como arquivo e memória, graças ao viés crítico e revolucionário de seu modo de leitura, não deixa a sociedade e sua história se cristalizarem em museus e parques temáticos.** É o viés conservador da cultura como mercadoria que o faz, ao qual Benjamin opõe sua visada da cultura como documento e testemunho da barbárie. Seu projeto de historiografia calcada no colecionismo (que tem por princípio o *arrancar de seus objetos do falso contexto* para inseri-los dentro de uma *nova ordem comandada pelos interesses de cada presente*) e, por outro lado, **inspirado no trabalho do catador (que se volta para o esquecido e considerado inútil)** ainda hoje pode ser comparado a um pólen que guarda uma assombrosa força de germinação” (p. 52, grifos meus e do autor).

¹² De acordo com o *Vade Mecum Brasil* ([s/d]c), “**édito**” diz respeito às “(1) Decisões dos pretores romanos. 2) Ordem, mandado judicial”. O mesmo site, conceitua “ato-institucional” como “Declaração solene. Estatuto ou regulamento baixado pelo governo” ([s/d]a), “decreto-lei” como “Decreto com força de lei da época em que as atribuições do Legislativo eram exercidas pelo Poder Executivo. Tendo vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovava ou rejeitava, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo. Se nesse prazo não houvesse deliberação, o texto seria tido como aprovado. Fonte imediata de Direito Penal” ([s/d]b), e “medida provisória” como “Norma legislativa adotada pelo presidente da República que, pela sua definição, deve ser editada somente em casos de relevância e urgência. A MP começa a vigorar imediatamente após sua edição, mas, para virar lei, precisa ser aprovada pelo Congresso. Vigora por 60 dias, que podem ser prorrogados por igual período, caso não seja votada nesse tempo. Se não for aprovada pela Câmara e o Senado até o prazo final perde a validade desde sua edição, ficando o Executivo impedido de reeditá-la na mesma sessão legislativa” ([s/d]d). Não creio que as similaridades entre os significados dessas expressões sejam um acaso. Os Atos Institucionais adotados pelo governo militar entre 1964 e 1985 se enraizaram no imaginário popular como medidas autoritárias e déspotas, que não poderiam ser postas em vigor se num governo democrático. No entanto – e isso se explicita melhor com alguns dos exemplos analisados no capítulo 3 deste trabalho –, os decretos-lei e as medidas provisórias, ambos emendas à Constituição, são ainda ações juridicamente legais, as quais dependem unicamente da possibilidade de o presidente da república em exercício conseguir, para lhes fazer as vontades, o apoio dos membros do Congresso. Embora o significado de decreto-lei tenha sido escrito no passado, como se não fosse mais uma possibilidade, o governo Bolsonaro provou o contrário algumas vezes, outorgando decretos-lei os mais absurdos. A opção de Kucinski (2019) pelo édito me parece uma ironia. Ao não utilizar termos os mais comuns para dizer respeito às medidas tirânicas dos governos – ditatorial e democrático –, Kucinski parece mostrar o quão vazias são as expressões jurídicas, que se renovam e atualizam, como os governos o fazem, mas continuam carregando os mesmos significados, sendo dotadas dos mesmos poderes, permitindo os mesmos desmandos. Ademais, a linguagem jurídica dá conta de tornar impessoal o que foi feito por mãos de pessoas: há nomes e rostos por trás da Nova Ordem instaurada, mas o modo como

Ordem, estamos dando mais voz e espaço aos algozes novamente, mesmo que pela pena da Instituição, como foi feito no Brasil a partir de 64 por meio dos Atos Institucionais do governo ditatorial.

Entendo, ademais, o livro *A Nova Ordem* como que além da representação das representações: ao, na criação de sua distopia, evocar uma memória prospectiva da realidade do passado brasileiro, Kucinski escreveu uma paródia da representação das representações. Em termos de estrutura, *A Nova Ordem* se faz como o paródia da estrutura de um livro, subvertendo-a e alocando informações sem as quais não é possível dar sentido à história nas notas de rodapé, em que geralmente constam informações adicionais e externas à constituição da história e que, muitas vezes, sequer são lidas pelos leitores. Em termos de conteúdo, por sua vez, o romance se dá como uma “repetição diferencial” (AVELAR, 2003, p. 168), o que pode ser lido como uma redundância, já que, toda repetição, por mais semelhança que tenha com o evento primeiro, ao não ser o evento primeiro, diferencia-se dele inevitavelmente. Repletos de semelhanças com os anos que precederam a Ditadura Militar Brasileira, os anos anteriores à eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, permitiam a um leitor atento – do mundo e da história – entrever os desfechos possíveis dos acontecimentos que começavam a se delinear à época. Kucinski (2019), em *A Nova Ordem*, evoca as semelhanças apontadas e as ultrapassa, numa previsão assustadora, propondo seus desenrolares nos anos que se seguiriam à ascensão da Nova Ordem.

Tanto *K.* quanto *A nova ordem* se dão como literatura e como crítica da sociedade a partir dos quais são concebidos, o que, segundo Ginzburg (2017), ao invés de refutar, corroboraria ainda mais as hipóteses de ambos como *mimesis* e do segundo como paródia. Escreve Ginzburg que, no que dizia respeito à crítica e à figura do crítico, Adorno pensava no que chamava de paradoxo constitutivo da crítica cultural. Isso porque, para Adorno:

[...] toda atividade crítica é exercida dentro de um sistema cultural. Quando um intelectual se dedica a essa atividade, necessariamente incorporará, de algum modo, elementos do sistema de que faz parte e a respeito do qual se posiciona criticamente. O paradoxo consiste em que o crítico está dentro do sistema que pretende criticar, e portanto toda crítica do sistema será também uma crítica de si mesmo. Nos termos de Adorno, “o crítico dialético da cultura deve participar e não participar da cultura. Só assim fará justiça à coisa e a si mesmo. (ADORNO, 1998, p. 25 *apud* GINZBURG, 2017, p. 132-133).

Kucinski a apresenta e às regras que a constituem dá a impressão de que as decisões que a respaldam são legais e, portanto, ordeiras. Os éditos, vale dizer, como os atos institucionais, os decretos-lei e as medidas provisórias, não passam de enxertos à lei. Não a alteram e nem discutem de forma profunda e levando em conta a opinião e o bem-estar do povo. Os éditos são uma anomalia, a prova de que tudo o que está sendo feito pela Nova Ordem ocupa posição marginal em relação à lei do que seria um país democrático – o que pode ser estendido para a sua própria existência.

Quando se torna autor, o sujeito ainda se encontra inserido no mundo e o mesmo se dá com a figura do crítico – mesmo quando as duas se misturam.

Mais do que isso, no entanto, anacronicamente, é possível ler em *A nova ordem* uma citação do futuro pelo passado (AVELAR, 2003), como se os 704.000 brasileiros mortos (BRASIL, 2023) pelo descaso do governo Bolsonaro em relação à pandemia de COVID-19 reivindicassem, no texto de 2019, julgamento de uma população que não só elegeu o supracitado governo, como permitiu que ele concluísse seu mandato, como se o genocídio consciente que cometia se tratasse de dano colateral irrisório para fazer com que a economia do Brasil – fantasma absolutamente abstrato à época – continuasse florescendo – premissa que nunca se verificou. Tratam-se também de ações – do e no mundo – só permitidas no entrelugar da literatura: que os mortos gritem pedindo justiça e que suas vozes sejam ouvidas para além de seus túmulos. Como pondera Adorno: “não há outro lugar [senão na arte] em que o sofrimento encontre a sua própria voz” (ADORNO, 1973, p. 64; ADORNO, 1981, p. 423 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 107).

Lê-se, nas descrições do Édito 12/2019 e na nota de rodapé 21, que descreve uma normativa da Nova Ordem posta em prática depois de já finda a história do livro:

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi extinto pelo Édito 12/2019 que dispôs sobre a Nova Ordem da Saúde. O artigo 1 do Édito extingue o Ministério da Saúde, a Escola Nacional de Saúde Pública, o programa Mais Médicos, o Programa Saúde da Família (PSF) e a Farmácia Popular; o artigo 2 dissolve os Conselhos de Saúde; o artigo 3 extingue as Unidades Básicas de Saúde (UBS); o artigo 4 transfere para capitais privados os Ambulatórios e Hospitais do SUS e os Hospitais Universitários. (KUCINSKI, 2019, p. 168-169).

Nossa história já terminara havia anos quando a Nova Ordem introduziu uma terceira etapa de reprogramação do chip de customização, um formidável aperfeiçoamento permitindo a inserção [de] estímulos ao suicídio em idosos com indícios precursores de demência, Mal de Alzheimer e Mal de Parkinson. (KUCINSKI, 2019, p. 164).

No dia 27 de outubro de 2020, Jair Bolsonaro e o então ministro da Economia, Paulo Guedes, publicaram no Diário Oficial da União um decreto – mais tarde revogado – que previa “a elaboração de projetos, dentro da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde, para a privatização da construção, modernização e operação das UBS, no Distrito Federal e municípios de todo o país” (ANDES, 2020, [s/p]). Além de não consultar o Ministério da Saúde a respeito do decreto, Bolsonaro e Paulo Guedes afirmaram que a seleção dos projetos enviados e posterior repasse das verbas ficaria a cargo do Ministério da Economia. Em meio à pandemia

de COVID-19, a regra do teto de gastos retirou do SUS R\$ 36,9 bilhões entre os anos de 2018 e 2022. “Além disso, R\$ 11 bilhões em royalties do petróleo já foram desvinculados do orçamento da Saúde para serem usados na amortização da dívida pública desde a PEC 109/2021, que o desgoverno Bolsonaro utiliza para subordinar investimentos sociais ao teto de gastos. Somados os desvios, as perdas do SUS no período somam R\$ 70,6 bilhões” (PT, 2022, [s/p]).

No dia 21 de outubro de 2021, quando começávamos a registrar queda do número de internações e mortes em razão da COVID-19, Bolsonaro postou em suas redes um vídeo em que estabelecia “uma correlação falsa entre a conclusão do esquema vacinal, com a administração da 2ª dose, [...] [e] o desenvolvimento da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, a Aids” (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2021, [s/p]). Ainda em outubro do mesmo ano, Bolsonaro deu entrevista dizendo ter decidido não se vacinar contra a COVID e recomendando à população que fizesse o mesmo (G1, 2021, [s/d]). O Palácio do Planalto declarou, no entanto, sobre a carteira de vacinação de Jair Bolsonaro sigilo de 100 anos, sob a alegação de que “os dados [contidos na carteira] ‘dizem respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem’ de Bolsonaro” (RIBEIRO, [s/d], [s/p]).

Grande parte do discurso de Jair Bolsonaro contra o isolamento social, à época da pandemia, pautava-se em minimizar o perigo da doença, afirmando que ela seria letal “somente” (MOTA, 2020, [s/p]) para idosos – o que, além de ser mentira, demonstrava desprezo pela vida dos idosos. Bolsonaro afirmava que cabia às famílias das pessoas idosas cuidar de seus idosos – sem deixar de trabalhar fora de casa, é evidente – e que esse cuidado não podia ser deixado “na conta do Estado” (MOTA, 2020, [s/p]). Promulgada em 12 de novembro de 2019, a Reforma da Previdência havia sido o primeiro aceno do descaso do governo Bolsonaro para com a vida da população idosa do Brasil. Em investigação só concluída em abril de 2023, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investigou a atuação da operador privada de saúde *Prevent Senior*, que “adotou [como tratamento para seus pacientes] terapias experimentais com uso de medicamentos comprovadamente ineficazes contra a covid-19, como a cloroquina, a partir da influência do governo federal” (REDAÇÃO RBA, 2022, [s/p]). Sem sua anuência ou conhecimento, os pacientes da empresa “foram utilizados como ‘cobaias’ dos medicamentos defendidos pela postura ideológica, não científica, negacionista, dos apoiadores do Bolsonaro” (REDAÇÃO RBA, 2022, [s/p]). Na página intitulada “Quem somos” do site oficial da empresa, a *Prevent Senior* é descrita como “pioneira no atendimento ao Adulto+” (PREVENT SENIOR, [s/d], [s/p]), referindo-se à população da terceira idade.

A terceira parte deste trabalho se propõe a fazer um inventário mais longo e detalhado de outras dessas repetições passíveis de serem apontadas no interstício entre a obra de Kucinski e a história brasileira. Com essa breve exposição tangenciando o tratamento dado pelo governo de Jair Messias Bolsonaro ao SUS e à saúde da população brasileira, principalmente de sua parcela idosa, pretendi apenas dar corpo à afirmação de Adorno: “não há outro lugar [senão na arte] em que o sofrimento encontre a sua própria voz” (ADORNO, 1973, p. 64; ADORNO, 1981, p. 423 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 107). Era fácil prever em Bolsonaro um governante que deixaria desamparada a população, principalmente seus mais necessitados. Que suas ações nefastas tenham sido, no entanto, quase cópias das descritas por um manual distópico é algo assustador. Ver tais ações transcritas nas páginas de um livro que as atribui a vilões sádicos e obtusos é legitimador. Bolsonaro é um vilão porque age como um, porque dá corpo, na realidade, ao que a ficção prenuncia como abonável.

2.1 Memória retrospectiva vs. memória prospectiva: *Das Unheimliche*

Para que se alcance a *mimesis* é indispensável o uso da memória – categoria que dá título a esta parte do trabalho –, mesmo que, como proposto para a leitura de *A Nova Ordem*, esta se dê de modo prospectivo. Ao incômodo provocado pela insistência da memória – seja ela retrospectiva ou prospectiva – atribuo o conceito de *Das unheimliche*, de Sigmund Freud (2020), conforme também o fizeram, de certo modo, autores anteriores a mim.

É preciso primeiro que se explique o significado do termo inventado por Freud, o porquê de sua tradução para a Língua Portuguesa como “o infamiliar” e por que foi esta, e não as outras traduções possíveis do termo, a escolhida por mim.

Citando Schelling, Freud (2020e) conceitua *Das unheimliche*, ou o infamiliar, como “tudo o que deveria permanecer em segredo, oculto, mas que veio à tona” (p. 45). Continua ele mais adiante: “[o] infamiliar nada tem realmente de novo ou de estranho, mas é algo íntimo à vida anímica desde muito tempo e que foi afastado pelo processo de recalçamento” (p. 85). Compreendemos, portanto, que o infamiliar, ou a infamiliaridade, não é uma característica que possa ser atribuída às coisas ou aos conteúdos; é, antes, um momento – ou momentos – em que o sujeito é tomado por angústia ao perceber que algo que não reconhece ou não compreende de imediato lhe é conhecido, familiar. Infamiliar é uma palavra-conceito que carrega em si as possibilidades da palavra que lhe deu origem – familiar –, somadas ao prefixo *in-*, marca do recalçamento daquilo que pertence ao campo do familiar.

Em texto introdutório à edição brasileira de 2020 do texto freudiano, seus tradutores, Gilberto Ianini e Pedro Heliodoro Tavares (2020), explicam o processo que percorreram para chegar à tradução da expressão original, *Das Unheimliche*, para O Infamiliar – neologismo criado por eles. Para isso, apontam primeiro para o modo como Freud chegou à elaboração desta palavra-conceito, já que ela mesma consiste num neologismo. Segundo eles:

O vocábulo em questão é composto do prefixo de negação (*un-*), como veremos, marca do recalque, segundo Freud, como cerne da divisão psíquica, seguido do elemento negado: *heimlich*, adjetivo que deriva do substantivo *Heim* (lar, morada) [...]. Desse modo, *heimlich*, como o que é relativo ao “lar”, é o *familiar*, o *conhecido*, o *costumeyro*, ainda que, por ser atinente à privacidade do “lar” em oposição ao público, denote também o que é íntimo, *oculto* da vista alheia e até mesmo *sigiloso*.

Não por acaso, ao elencar os sentidos de *heimlich*, Freud refere ainda as “[...] partes *heimlich* [íntimas] do corpo humano, *pudenda*” [...] *heimlich* designa não apenas as partes íntimas do corpo humano, aquelas que devem ficar escondidas ou veladas, como também aquelas que são mais suscetíveis ao risco de ferimento, evocando indiretamente a angústia de castração. (IANINI; TAVARES, 2020, p. 17).

Freud cria, desse modo, um substantivo – denotado pelo acréscimo do artigo *Das* e do sufixo *-e* ao final de *heimlich-e* – que se torna não apenas descritivo de um referente, mas carregado de um conceito que, deslocado do signo, perde seu sentido.

Em traduções anteriores, o neologismo freudiano ou fora mantido em seu original, no alemão, ou fora traduzido por expressões aproximadas, que, por vezes, necessitavam de explicações ou de locuções substantivas, como “A inquietante estranheza”, que buscava apontar “para o aspecto paradoxal que o termo alemão veicula” (IANINI; TAVARES, 2020, p. 16). Perdia-se aí, no entanto, em economia linguística, como preconiza Derrida (2000), em seu texto “O que é uma tradução ‘relevante’?”, como sendo essencial para que se alcance a tal tradução relevante. O conceito espalhado numa locução dessa maneira perde sua concisão – esta também cara a Freud, razão por que preferia, por vezes, lançar mão de neologismos que dessem conta da amplitude de seu pensamento em relação a algo ou a um conceito.

O que Ianini e Tavares (2020) optam por fazer, então, é criar, como Freud, uma palavra que seja capaz de se tornar conceito, como *Das Unheimliche*. É o que Gayatri Spivak (2005), em seu texto “A tradução como cultura”, descreve como “[...] tradução enquanto catacrese” (p. 55): o uso das palavras não necessariamente com o sentido que têm, mas com o sentido que, no interior da língua, é-lhes imanente e elas podem, portanto, vir-a-ter quando utilizadas em determinado texto.

Ianini e Tavares (2020) evocam a ambiguidade inerente à palavra “familiar” na língua portuguesa, que se refere a algo que nos é estranho justamente porque um dia já nos foi conhecido – quando dizemos, por exemplo, que o rosto de alguém nos é familiar, fazemo-lo

porque temos a impressão de conhecer a pessoa com quem falamos, mas não temos certeza de onde, não nos lembramos exatamente. “Nesse aspecto particular, ‘familiar’ assemelha-se bastante ao alemão *heimlich*, que designa algo bastante familiar, mas que pode também abrigar seu sentido antitético” (p. 10).

Esse algo que estranhamos porque um dia já nos foi conhecido parece se aproximar também do conceito do recalcado, que recebe sua marca no vocábulo em alemão através do acréscimo do prefixo *un-*. “Toda a análise de Freud apoia-se no caráter ambivalente da palavra negada pelo prefixo *Un-*, que reduplica a ambivalência, mas que a conserva e evoca ao mesmo tempo” (IANINI; TAVARES, 2020, p. 11). Para alcançar essa dupla ambivalência, os autores fazem por sua conta um processo de derivação da palavra familiar que, no entanto, tem respaldo morfológico na Língua Portuguesa: eles criam o oposto de “familiar”, acrescentando-lhe o prefixo de negação *in-*.

Além disso, também foi necessário fazer um processo de substantivação, como o feito por Freud, em relação à palavra “familiar”, outrora um adjetivo. A tradução permanece imperfeita, no entanto, por não carregar necessariamente em si a noção de inquietude, estranheza, inerente ao vocábulo em alemão. Essa significação é inaugurada pelos tradutores ao fazerem uso da palavra em sua tradução do texto freudiano. A angústia de não se sentir em casa dentro da própria casa, a inquietude da infamiliaridade mediante o conhecido, esse entrelugar é *Das Unheimliche*¹³.

¹³ Para arrematar essa discussão, cito a conceituação do verbete feita por Luiz Hanns (1996b) em seu *Dicionário Comentado do Alemão de Freud*, em que pensa a etimologia da expressão enquanto substantivo, suas conotações possíveis, sua associação à compulsão à repetição e à pulsão de morte e, por fim, sua representação na literatura: “Estranho, Lúgubre, Sinistro, Inquietante, Macabro: *das Unheimliche* [...] ‘*Das Unheimliche*’, título original do artigo ‘O ‘Estranho’, de 1919, é traduzido habitualmente por ‘o estranho’ e ‘o sinistro’. Significa algo ‘inquietante’, ‘macabro’, ‘assustador’, ‘esquisito’, ‘misterioso’ etc.

Nesse artigo, Freud aponta para o fato de que a palavra alemã teria certa ambigüidade, oscilando entre o ‘familiar’ e o ‘desconhecido’. Relaciona tal ambigüidade com a sensação de inquietude do sujeito pelo retorno do material recalcado (portanto conhecido), o qual volta sob a forma de algo desconhecido e assustador. O termo também é empregado por Freud em diversos outros textos. [...]

Significado de Das Unheimliche

1) Como em português, também em alemão não é comum empregar a substantivação ‘o sinistro’, ‘o estranho’ (*das Unheimliche*). Normalmente se emprega o adjetivo e advérbio *unheimlich* (‘sinistro’, ‘estranho’). Uma vez substantivado, o termo significaria algo equivalente a ‘coisa inquietante’, ‘sinistra’, ‘macabra’, ‘assustadora’, ‘esquisita’, ‘misteriosa’, ‘estranha’, ‘fantasmagórica’ etc. ‘(...) o animismo, a magia e a bruxaria, a onipotência dos pensamentos, a atitude do homem para com a morte, e a repetição involuntária e o complexo de castração compreendem praticamente todos os fatores que transformam o Amedrontador no Estranho (*zu dern Unheimlichen*)’ (1919). [...]

Conotações de das Unheimliche

A) A sensação de estar diante do *das Unheimliche* deixa o sujeito indefeso, pois é ‘o estranho’ naquilo que possui de mais indefinível, imprevisível.

B) É algo insidioso, sorrateiro, não se sabe quando se será atingido.

C) Não se sabe de onde provém o *das Unheimliche*, pois é justamente algo indefinível e sorrateiro.

D) O *das Unheimliche* se arma em torno do sujeito e é grandioso.

No capítulo 12 de *A nova ordem*, “Os novos experimentos de Ariovaldo. A sensacional descoberta dos reflexos condicionados dormentes”, lemos sobre o Édito 10/2019: “Por causa do édito que instituiu a Nova Ordem Artística, salas de espetáculos viraram templos evangélicos e esses concertos se tornaram mais concorridos” (KUCINKI, 2019, p. 110). Esse é um dos muitos exemplos que mostram Kucinski dando conta de fazer previsões sobre o futuro. Ainda no ano passado, 2023, a Sala Marília Pêra, no Teatro Leblon, foi vendida para a Igreja Lagoinha Zona Sul, comandada pelo pastor Felipe Valadão. “A igreja evangélica, que já vinha realizando cultos no histórico Teatro Clara Nunes, na Gávea, anunciou, no último dia 24, que o Teatro do Leblon e a Sala Marília Pêra seriam sua nova casa. Um vídeo em celebração foi publicado apresentando o espaço. ‘Bem-vindo ao novo tempo da Lagoinha Zona Sul, bem-vindo à nossa nova casa’, diz o vídeo” (PEREZ, 2023). Sobre a venda, a irmã de Marília Pêra, Sandra Pêra, escreveu nas redes sociais: “Toda a minha vergonha pelo Rio de Janeiro que não consegue manter sua cultura. Vergonha[,] pois esta sala recebeu o nome de minha irmã, Marília Pêra, representante da cultura nes[t]e país que protege igrejas e não livra suas casas de cultura de impostos. Rio de Janeiro que não para de fechar seus teatros. Derrubaram o Tonia Carreiro, o Fernanda Montenegro, largaram às moscas, Glória, Vila Lobos... Vergonha, mil vezes vergonha” (PEREZ, 2023).

Escreve Freud (2020e) que “o fator da repetição involuntária é aquele segundo o qual até mesmo o inofensivo se torna *infamiliar*, impondo-nos a ideia do fatídico, do inescapável, onde nós até então falávamos de ‘acaso’” (p. 77, grifo do autor). Mais adiante no texto, Freud relaciona a compulsão à repetição, melhor discutida na parte 3 deste trabalho, com a sensação de infamiliaridade. Se lermos um texto como o de Kucinski, escrito em 2019, e, depois, depararmos-nos com uma notícia como a supracitada, é possível que entendamos sua íntima relação como mero acaso, caso leiamos o mundo e a literatura de modo ingênuo. O fatídico, o inescapável, citados por Freud, dão-se desse modo pela falta de memória, que não nos permite

E) O *das Unheimliche*; ao se armar em torno do sujeito, está ou em breve estará próximo e poderá atingi-lo.

F) Seremos em algum momento subitamente atingidos pelo *das Unheimliche*.

G) Há um conteúdo fantasmagórico que torna o *das Unheimliche* inapreensível e inefável e o dota de certa ‘irrealidade’ ou de um ‘realismo fantástico’. [...]

Fantasia original, compulsão à repetição e o retorno do recalçado

O essencial para que se produza [...] a sensação de ‘inquietação’ é que entrem em cena determinados mecanismos psíquicos: por exemplo, o retorno do recalçado sob a forma de medo, basicamente o complexo de castração [...]; ou ainda a compulsão à repetição, ligada à pulsão de morte, que visa o retorno ao inorgânico [...]; e medos ancestrais filogeneticamente incorporados ao homem e apenas parcialmente superados pela cultura [...].

Essa confluência entre o herdado-primitivo, a pulsão de morte e o retorno do vivido-recalçado pode gerar a sensação de ‘inquietação’ tanto dentro como fora do contexto literário. Todavia, tomado isoladamente, o recalçado será o elemento fundamental (mais ‘resistente’ nas palavras de Freud) que tenderá a aparecer sob a forma de algo ‘sinistro’ (*unheimlich*) em um ou outro contexto [...]” (p. 231-238, grifos do autor).

dar sentido à nossa história, relacionando-a ao nosso presente. Kucinski não pôde escrever previsões em *A nova ordem* porque possuísse quaisquer poderes mágicos; antes, captou no infamiliar do presente seus antecedentes, podendo, assim, dar conta de um futuro fatídico, sim, mas não aleatório.

Para Adorno (2021a), o esquecimento coletivo das catástrofes não se deve à força exercida pelo inconsciente para que se recalquem conteúdos traumáticos; antes, é “resultado da consciência vigilante” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 36) dos algozes, que necessitam do esquecimento para que nunca sejam levados a julgamento. Mesmo em seu negativo – como no revisionismo ou no negacionismo –, a memória das catástrofes está sempre latente, porque, ao ser impedida de ser encarada pelos sujeitos, de ser falada, *de ser lembrada*, ela não pode ser elaborada. Permanece, portanto, como uma inquietude que impede os sujeitos de se sentirem em casa mesmo dentro das próprias casas, já que “aquilo que não pode se decantar em experiência – assombra os vivos, como o fantasma de uma culpa. É o esquecido, assim como o recalçado, o *Unheimlich[e]*, que domina os nossos debates e polariza os espíritos” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 103, grifo do autor).

A culpa citada pelo autor (SELIGMANN-SILVA, 2010) faz referência à ideia de culpa nietzschiana, que Avelar (2003) explica e eu cito:

Os memoriosos são os endividados, parece sugerir Nietzsche [em seu “Genealogia da moral”]. A culpa é, em Nietzsche, instância de uma memória que se desdobra sobre a base das promessas feitas a um credor. Seria então a memória, não o esquecimento, a categoria reativa, negativa nesta dicotomia. **Na tipologia nietzschiana, a força superior, a vitoriosa, não necessita nenhuma reminiscência, reproduz-se sem remissão a qualquer memória.** A recordação da culpa (duas noções que parecem inseparáveis para Nietzsche, como se reminiscência, por sua própria natureza, já implicasse o peso de uma dívida) seriam sempre produtos da derrota no interior de uma luta. **O legado da derrota é uma memória submersa na culpa, incapaz desse esquecimento ativo que, para Nietzsche, caracteriza todo o poder criativo e afirmador da vida.** (p. 160, grifos meus).

Citando Hélène Piralian, Seligmann-Silva¹⁴ (2022) escreve que “quem não pode enterrar seus mortos segue sendo um morto vivo” (PIRALIAN, 2000, p. 37 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 146). É o legado da memória de Nietzsche que recai somente sobre os derrotados e que lhes impede de alcançar a condição afirmadora de vida – porque livre – dos

¹⁴ Hélène Piralian-Simonyan, é psicanalista, integrou a antiga Escola de Psicanálise, na França, e é um dos membros fundadores da AIRCRIGE – Associação Internacional de Pesquisa sobre Crimes Contra a Humanidade. “Ela trabalha, com base no genocídio armênio e com a ajuda da psicanálise, no desenvolvimento de uma definição do que chama de ‘estrutura genocida’ e [busca a compreensão] dos efeitos psicológicos da destruição que [a estrutura genocida] gera para os herdeiros dos sobreviventes das vítimas, bem como [para] os algozes. Este trabalho se insere numa investigação mais ampla sobre os efeitos psicológicos do luto ‘tornado’ impossível, no registo de histórias individuais [...] bem como no de histórias coletivas [...]” (*L’HARMATTAN: AU CARREFOUR DES CULTURES*, [s/d], tradução minha).

algozes. São os algozes, afinal, quem impõe às vítimas o esquecimento que lhes impede de perlaborar seu trauma, o que nos leva novamente ao questionamento levantado por Adorno (2021a) e citado na introdução deste trabalho: podemos dizer que os algozes perderam a guerra, quando são eles ainda que determinam como suas vítimas podem viver as próprias vidas, de que podem se lembrar, o que podem dizer a respeito das próprias lembranças? Se os algozes impedem as vítimas de lembrar, impedem-nas de perlaborar, e as relegam eternamente a um lugar de melancolia, de infamiliaridade, sofrendo “por conta dessa memória estranha que [lhes] habita sem estar integrada a sua psique” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 165).

Falando sobre a ausência de memória sobre a Ditadura Militar de 64 e a consequente ascensão de novo regime fascista e militarizado no Brasil de 2018, Seligmann-Silva (2022) escreve:

[...] a ausência de uma inscrição robusta de uma visão equilibrada do que ocorreu no período da ditadura – inscrição essa que depende em grande parte de processos jurídicos até hoje barrados por saudosistas da ditadura –, a ausência dessa memória coletiva crítica no que toca ao período de 1964-1985 permitiu tanto a disseminação do discurso negacionista como a instauração de políticas visando à restauração do regime de suspensão do estado de direito. [...] **o estado de exceção nos atravessa, não é passado, mas está na base das políticas atuais.** (p. 192, grifo meu).

A coletiva falta de memória sobre o passado da ditadura permitiria somente ao historiador benjaminiano dar conta de uma memória prospectiva, que, no presente, pede que o futuro se explique. Seligmann-Silva (2022) continua: “A ditadura, portanto, está sempre à espreita, e construir uma imagem clara do período de 1964-1985 deve servir para nos vacinarmos contra essas tentativas de generalização renovada do estado de exceção” (p. 193). Também essa espreita, pressentida, mas não compreendida, porque impedida de se manifestar materialmente, é *Das unheimliche*. A interdição do lembrar-se ativo, leva-nos a permanecer eternamente desconfortáveis, inquietos, “no tempo da latência” (p. 193).

Tornando ao pensamento de Adorno, escreve Seligmann-Silva (2022) que o “processo de redemocratização [no Brasil] [...] foi orquestrado pelos algozes e seus cúmplices. A transição [entre a ditadura e a suposta democracia] ficou nas mãos dos que realizaram a violência e de seus aliados, o que até hoje tem cerceado a busca de verdade e justiça” (p. 198-199). Mais adiante, o autor relembra o ordenamento vertical de esquecimento feito pelo ex-presidente da república José Sarney em entrevista à *Folha de São Paulo* em 2006: “Portanto, é necessário um esforço nacional para, de uma vez por todas, sepultarmos esses fatos no silêncio da história. Não remexamos esses infernos, porque não é bom para o Brasil. Essa conduta nos distingue de nossos vizinhos e, assim, o Brasil é uma sociedade reconciliada” (SARNEY, 2006 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 210).

A fala de Sarney é sintomática, como se repleta de atos-falhos. Sepultar os fatos – os crimes, os assassinatos – antes de sepultar os mortos, os corpos das vítimas. Levar esses fatos ao silêncio da história, benéfico única e exclusivamente para os algozes, que primeiro impediram suas vítimas de falar, tirando-lhes a vida, e, agora, impedem as testemunhas de lhes imputar os próprios crimes e de pedir justiça. Falar no inferno não é bom para o Brasil, diz ele, impedindo que quem foi submetido ao inferno tenha sua dor legitimada. A conduta que nos distingue de nossos vizinhos e que Sarney elogia é a homenagem aos mortos e o reconhecimento de que foram vitimados e de que o país tem culpa. Eximir-se de uma culpa que nos é devida: esse é o segredo, segundo Sarney, para que sejamos uma sociedade reconciliada – a saber, uma sociedade eternamente angustiada, mas que não interrompa a paz de pessoas como ele. O que Sarney deseja com sua fala é que a culpa e, portanto, o ônus da ditadura, permaneça sempre atormentando as vítimas, que, por sua vez, não devem, em nome de um suposto bem maior, falar sobre isso.

Seligmann-Silva (2022), por fim, escreve, lembrando-nos da farsa de democracia e estado de direito brasileiros que, como a economia que não podia parar em 2020, nunca passou de falácia mal intencionada:

Ora, como decretar o esquecimento de quem foi humilhado, torturado? Como pedir aos familiares que esqueçam seus parentes desaparecidos? Como pedir a uma nação que esqueça o que aconteceu naqueles anos de chumbo? Muito pelo contrário, **para reforçar a democracia e para construir um verdadeiro estado de direito, cabem, antes de mais nada, um dever de memória e um dever de justiça** (p. 210, grifo meu).

Cito excerto do capítulo “As ruas e os nomes”, de K., em que, passados anos de finda a ditadura, K. vai, com outros familiares de desaparecidos e mortos por ela, visitar um loteamento, em Niterói – RJ, em que, por meio de um projeto de lei de um vereador de esquerda, foi dado “a cada rua o nome de um desaparecido político, quarenta e sete ruas, quarenta e sete desaparecidos políticos” (KUCINSKI, 2016a, p. 149). O loteamento fica longe, “num fim de mundo” (p. 149) e leva o nome “Vila Redentora”: “K. sente-se ultrajado; embora coincidência, era esse o nome dado pelos militares ao seu golpe. Tenta se acalmar. Pondera que o importante era a homenagem aos desaparecidos na denominação das ruas. Demorou, mas veio” (p. 150). No retorno para o Rio de Janeiro, no entanto, K. começa “a prestar atenção nas placas e indicativos de ruas” (p. 151), e suas observações sobre a arquitetura e estética do Brasil redemocratizado seguem:

Rua Fernão Dias, diz uma placa. Onde mora, em São Paulo, também há uma rua com esse nome; disseram-lhe que foi um famoso caçador de índios e escravos fugidos.

Percorreram algumas ruas com nomes que ele desconhecia. Depois, para espanto de K., uma avenida General Milton Tavares de Souza.

Esse ele sabia muito bem quem foi: jamais esqueceria esse nome. O filho do farmacêutico falara dele. Dom Paulo também. Foi quem criou o DOI-Codi, para onde levaram o Herzog e o mataram. Esse foi o Lavrenti Béria¹⁵ desses canalhas, o Hímmler brasileiro, dizia que para matar subversivos valia tudo; e tem nome de avenida. Avenida principal. Onde já se viu uma coisa dessas? Um vilão, “*a menulveldiker roitsech*”, ele blasfema em iídiche.

Tomado pela indignação, K. agora perscrutava cada placa e escandalizou-se ao deparar com o nome Costa e Silva na ponte Rio-Niterói. Incrível, uma construção majestosa como essa de quase nove quilômetros com o nome do general que baixou o tal do AI-5. Na Polônia davam o nome de reis e marechais às avenidas, em todo lugar Pilsudsky e Marzalkowska¹⁶, mas esse foi o unificador da Polônia, um herói, não um vilão. Imaginem se na Alemanha dariam a uma rua o nome de Goebbels¹⁷ ou nos Estados Unidos o nome de Al Capone; ou se na Lituânia os litvakes homenageassem o enforcador Muravyov com nome de rua¹⁸.

O problema, reflete K., é quando o personagem é herói para uns e vilão para outros, como o Bogdan Khmielnitzki¹⁹, que comandou os pogroms na Ucrânia, tido pelos ucranianos como herói, vai ver que por isso mesmo; tem até cidade com seu nome. K. está revoltado. Ainda vitupera mentalmente quando atingem no centro do Rio a grande avenida Getúlio Vargas. Era civil. K. até chegou a simpatizar com ele – o pai dos pobres dos seus primeiros anos de Brasil. Mas foi ditador e seu chefe de polícia o Filinto Müller, um sanguinário. Matou e torturou muita gente. Só faltava uma rua Filinto Müller. Vai ver, em algum lugar tem, pensou K.

Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturados e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade? Ele tanto escrevera sobre o modo de viver dos brasileiros, mas nisso não havia reparado. Em outros países, fazem hoje o oposto. Em Varsóvia trocaram o nome da tradicional rua Gesia para Anielewicz²⁰, em homenagem ao herói do levante do Ghetto. É verdade que mantiveram o nome daquele fascista e traidor Roman Dmowski²¹ numa rotunda, mas isso decerto vai mudar. Os franceses, ele lera no jornal, estão tirando o nome do Pétain de suas ruas, depois de descobrirem que durante a ocupação ele aprovou a deportação de setenta e seis mil judeus, inclusive seis mil crianças, para Drancy e de lá aos campos da morte para serem exterminados, dos quais menos de três mil sobreviveram.

No ônibus para São Paulo acalmou-se um pouco; a principal autoestrada do país se chama Via Dutra e esse, pelo que ele sabia, foi um presidente democrata, embora também general e antisemita. Cassou os deputados comunistas e dificultou a entrada dos refugiados da guerra judeus, embora não a dos *Volksdeutsche*²². Mas não matou nem desapareceu com ninguém, que se saiba.

Ao se aproximar de São Paulo, o ônibus passou debaixo de uma ponte que trazia a placa viaduto General Milton Tavares. De novo esse criminoso. K. passara muitas vezes debaixo daquela ponte, sem prestar atenção ao nome. Centenas de pessoas passam por aqui todos os dias, jovens, crianças, e leem esse nome na placa, e podem pensar que é um herói. Devem pensar isso. Agora ele entendia por que as

¹⁵ “Chefe da polícia secreta soviética em seu período mais feroz” (KUCINSKI, 2016a, p. 151, nota de rodapé).

¹⁶ “Marzalkowska deriva de Marechal, outra forma de homenagear Pilsudsky” (KUCINSKI, 2016a, p. 151, nota de rodapé).

¹⁷ “Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Hitler” (KUCINSKI, 2016a, p. 152, nota de rodapé).

¹⁸ “Mikhail Muravyov-Vilensky (1796-1866), militar russo que reprimiu a rebelião polaco-lituana em 1863, mandando enforcar centenas de pessoas” (KUCINSKI, 2016a, p. 152, nota de rodapé).

¹⁹ “Bogdan Khmielnitzki (1595-1657) liderou a revolta dos cossacos ucranianos contra o domínio polonês, massacrando os judeus nesse processo” (KUCINSKI, 2016a, p. 152, nota de rodapé).

²⁰ “Mordecai Anielewicz foi o líder do levante do Ghetto de Varsóvia” (KUCINSKI, 2016a, p. 152, nota de rodapé).

²¹ “Principal político da direita polaca no período entre as duas guerras mundiais, antisemita e social-darwinista” (KUCINSKI, 2016a, p. 153, nota de rodapé).

²² “Minorias étnicas de fala alemã que viviam em países do Leste Europeu” (KUCINSKI, 2016a, p. 153, nota de rodapé).

placas com os nomes dos desaparecidos foram postas num fim do mundo. (KUCINSKI, 2016a, p. 151-153, grifos do autor).

A extensão da citação reflete a importância que atribuo às informações e reflexões apresentadas por Kucinski (2016a) neste capítulo, cuja pergunta central é: como pode um país redemocratizado homenagear de forma tão evidente seus algozes e ditadores? O que se pode inferir sobre a democracia brasileira a partir da arquitetura de suas ruas, das letras de alguns de seus hinos oficiais²³, do prestígio dado a nomes cuja menção de forma honrosa ou mesmo simplesmente desatrelada de seus atos monstruosos significa revitimizar suas vítimas?

Pouco antes da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, o então candidato a deputado estadual pelo PSL Rodrigo Amorim e o então deputado federal Daniel Silveira, também do PSL, protagonizaram uma ação de violência lamentável, que Rodrigo Amorim achou por bem compartilhar, como vídeo, em sua página no Facebook. Juntos, Rodrigo e Daniel “retiraram e quebraram uma placa em memória da vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada em março [de 2018]” (MAIA, 2018, s/p).

Certo da impunidade, no dia 1º de outubro, Rodrigo Amorim, “que foi candidato a vice de Flávio [Bolsonaro] na campanha à Prefeitura do Rio em 2016, publicou uma foto sua ao lado de Silveira em que ambos, sorridentes, seguram a placa [quebrada] com o nome de Marielle” (MAIA, 2018, s/p). Como descrição da imagem, Amorim escreveu: “Nos acusam de intolerantes, nos acusam de fascistas. No entanto, tive meu comitê atacado várias vezes. Isso mostra que estamos no caminho certo. A missão é combater com força o PSOL e suas pautas repugnantes” (AMORIM, 2018, s/p *apud* MAIA, 2018, s/p).

Sobre o assunto, Flávio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro e então deputado estadual pelo PSL-RJ, afirmou que o ato de Rodrigo e Daniel fora “um posicionamento ideológico [...] [e que] Na verdade, **eles nada mais fizeram do que restaurar a ordem**. Havia uma placa de [praça] **Marechal Floriano**. O PSOL acha que está acima da lei e pode mudar nome de rua na marra. Eles só tiraram a placa que estava lá ilegalmente” (BOLSONARO, 2018, s/p *apud* MAIA, 2018, s/p, grifos meus).

Marechal Floriano Peixoto, esse cuja retirada da homenagem para Flávio Bolsonaro significava a instauração da desordem no país, foi Ministro da Guerra entre 1890 e 1891 e

²³ Sendo campograndense, sempre me perguntei quem eram os nomes homenageados no hino do meu estado, Mato Grosso do Sul. Chamando-os de desbravadores e heróis, representantes da glória e da tradição, dois versos do hino se seguem citando os nomes do coronel Carlos de Moraes Camisão, do tenente Antônio João Ribeiro – ambos líderes militares da Guerra do Paraguai (1864-1870), em que Brasil, Argentina e Uruguai, formando a Tríplice Aliança, destruíram completamente o país vizinho –, de Ricardo Franco de Almeida Serra, fundador do Forte Novo de Coimbra, patrono do Quadro de Engenheiros Militares do Exército e do imperador romano Tito Flávio Vespasiano, cuja relação conosco eu não sei bem qual é.

assumiu ilegalmente a presidência da recém-proclamada República do Brasil após a renúncia do então presidente Marechal Deodoro da Fonseca. A posse de Floriano Peixoto ia contra os ditames da Constituição de 1891, a qual afirmava, em seu artigo 42, que, não havendo ainda decorrido dois anos do período eleitoral, em caso de vacância do cargo de presidente por qualquer razão, novas eleições deveriam ser convocadas. Mesmo assim, Floriano Peixoto governou o país de 1891 a 1894, contando com o apoio, sempre golpista, das Forças Armadas, do Exército e da Marinha.

Marielle Franco foi socióloga, eleita vereadora do Rio de Janeiro com 46.502 votos. Foi presidente da Comissão da Mulher da Câmara e, “No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes” (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, s/d, s/p). Apesar dos inúmeros fatos que ligam a família Bolsonaro a esse assassinato hediondo (REDAÇÃO BRASIL DE FATO, 2022, s/p), o crime ainda – em janeiro de 2024 – não foi solucionado e ninguém da família Bolsonaro, cujo desprezo por Marielle e sua memória foi publicamente chamado de restauração da ordem, foi acusado de nada.

No Brasil redemocratizado, homenagear Marielle em detrimento de (mais um) militar golpista é atrapalhar a ordem. Rodrigo Amorim foi eleito deputado estadual do Rio de Janeiro e Flávio Bolsonaro, senador. As perguntas que nos ficam mediante a farsa de nossa democracia são: quem mandou matar Marielle? Por quê? Por que permitimos que criminosos como Rodrigo Amorim, Daniel Silveira e Flávio Bolsonaro sejam eleitos e assumam cargos políticos? Por que a Polícia Militar continua assassinando o povo brasileiro²⁴? E, mais importante, se somos uma democracia, por que a Polícia Militar continua existindo?

2.1.1 “Tudo neste livro aconteceu, mas quase tudo foi inventado” (KUCINSKI, 2016a, p. 9)

Como se lê no trecho que dá título a este item, o autor assina a epígrafe de seu livro, *K.: relato de uma busca*, como que sintetizando toda a longa discussão sobre a relação entre a literatura e a realidade sobre a qual por tantos anos se debruçaram a Filosofia e a Teoria Literária. Além disso, com essa epígrafe, Kucinski (2016a) propõe ao leitor atitude infamiliar mediante o texto literário: afirmando que tudo que consta em seu livro aconteceu, o autor pede

²⁴ Ronnie Lessa e Élcio Queiroz, acusados de matar Marielle Franco e Anderson Gomes, são, ambos, ex-policiais militares.

ao leitor que deixe de encarar sua obra tão somente como prática discursiva, mas que a leia também como ato de rememoração, mais concreto e – de certo modo – mais afeito à realidade.

Em *K.*, Kucinski (2016a) opta por um texto fragmentário, um romance²⁵ em que não há uniformização entre os capítulos. Nele, lemos capítulos como “Sorvedouro de pessoas” – escrito em terceira pessoa, em que somos levados ao íntimo de *K.*, que soube há pouco sobre o desaparecimento da filha e rememora a própria vida em busca de respostas para encontrá-la – e “A abertura” – escrito, como outrora citado, em primeira pessoa pelo militar Fleury. Lemos reflexões, como a feita pelo subordinado de Fleury, no capítulo “A cadela”, mas também diálogos, que mais nos parecem monólogos, já que não ouvimos falar seu interlocutor, como no capítulo “Paixão, compaixão”:

²⁵ Embora Kucinski (2016b) se refira à *K.* algumas vezes como uma novela, com base na tipologia das formas narrativas simples, “tal como foi esboçada por Chklóvski (1929) e, em parte, por Eichenbaum” (TODOROV, 2013, p. 42), compreendo que, tanto *K.* quanto *A nova ordem*, tratam-se de romances. Segundo Todorov (2013), o romance se distingue da novela por sua maior complexidade e também, de acordo com Eichenbaum (TODOROV, 2013), porque “o desenrolar do romance e o da novela seguem leis diferentes” (p. 42). Quando Eichenbaum (1927, p. 171-172 *apud* TODOROV, 2013, p. 42), Todorov escreve: “O fim do romance é um ponto de enfraquecimento e não de reforço; o ponto culminante do movimento fundamental deve estar em algum lugar antes do fim... Eis por que é natural que os fins inesperados sejam fenômeno muito raro no romance... Enquanto a novela tende precisamente para o inesperado máximo, que concentra em torno de si tudo o que o precede. O romance exige certa queda depois do ponto culminante, enquanto, na novela, é mais natural que se pare, uma vez atingido o ponto culminante”. Em *K.*, o ponto culminante se encontra no penúltimo capítulo, “No Barro Branco”, ao qual se seguem o capítulo “Mensagem ao companheiro Klemente” e um “*Post Scriptum*”. Em “No Barro Branco”, lemos a morte do protagonista, *K.*, que, numa visita ao presídio da Polícia Militar, recorda suas culpas e dores antes de se pôr a chorar e cair no chão, arfante. *K.* é levado pelos presos à uma cela adjacente, onde, antes de morrer, entrega-lhes os cigarros que lhes viera trazer e que descobrira serem importantes quando fora preso, na Polônia. Lemos: “*K.* manteve os olhos fechados por quase dez minutos, sempre respirando fundo, o peito arfando. Depois suas pálpebras se abriram e ele percebeu ao seu redor os presos políticos; avistou atrás deles, no alto da parede dos fundos, a familiar janelinha gradeada da cela trazendo de fora promessas de sol e liberdade. Sentiu-se em paz. Muito cansado, mas em paz. Estendeu aos presos o pacote de cigarros. Depois, suas mãos se abriram e seus olhos se cerraram” (KUCINSKI, 2016a, p. 162). Em *A nova ordem*, o clímax também se dá no penúltimo capítulo, intitulado “Angelino encontra o revólver largado pelo sargento Messias. O sumiço dos moradores de rua. O justicamento do general Fagundes”. Como em *K.*, acompanhamos uma morte, que, no entanto, aqui, dá-se por meio de um assassinato. Angelino, o herói de nosso romance, numa sexta-feira, ao terminar a coleta de lixo que fazia todos os dias, “deu com o revólver, no último latão de lixo da última rua, bem à vista, sobre um atado de livros, como se alguém o tivesse atirado ali às pressas, sem tempo de encobrir, menos ainda de enterrar no fundo da lixeira. Parecia novo. Seu aço, negro, reluzia. A empunhadura, puxando para o azul, também brilhava” (KUCINSKI, 2019, p. 167). A arma outrora pertencera ao sargento Messias, que, no capítulo XI, “A missão secreta do sargento Messias. A confissão e o descarte do revólver”, confessa ao Padre Bartolomeu, que desconfia ser aliado dos utopistas, a natureza da missão em que está envolvido, a perseguição contra membros da Igreja aliados aos utopistas, sua tortura e assassinato. Ao final do capítulo, Messias joga a arma num latão de lixo para se livrar dela. Durante todo o livro, compreendemos o general Fagundes como figura máxima de poder dentre os militares que nos são apresentados, o cabeça por detrás de todas as horríveis missões que nos são descritas. Após seu climático assassinato, no entanto, o livro continua num epílogo que nos descreve o fracasso dos planos de Ariovaldo e seu conseqüente declínio à loucura: “[Ariovaldo] se deu conta de que ao suprimir desejos e paixões, as forças impulsionadoras dos sonhos, o chip de customização havia suprimido os próprios sonhos. Na Nova Ordem, as pessoas tinham deixado de sonhar.// Dizem que foi esse o motivo da crise depressiva de Ariovaldo e da [sua] internação no pavilhão psiquiátrico do Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro, onde se encontra até hoje, sofrendo alucinações seguidas de surtos de hiperatividade. Nesses surtos escreve freneticamente horas e horas, às vezes até dez horas seguidas. Não se sabe o que escreve. Nunca deixou que seus escritos fossem lidos. O rumor mais persistente é o de que se auto-injeta com doses cavalares de melatonina que o fazem dormir profundamente e, assim que desperta, põe-se a escrever o que sonhou” (KUCINSKI, 2019, p. 175-176).

Sádico? Comigo não. Nunca. Nem naquela noite, depois que prenderam os padres. Ele foi possessivo, mas não foi sádico. Ele tem é ódio de comunista, isso sim, ódio e desprezo, noto pelas conversas no telefone, que às vezes eu escuto. Se o sujeito é comunista ele vai com tudo, tem carta branca, esmaga como se fosse uma barata. Só respeita um pouco se o cara for durão. Às vezes eu acho que outro problema foi o padre não ter resistido mais, embora sendo padre ia dar no que deu do mesmo jeito. [...]

Veja bem, não estou defendendo, não estou justificando, de jeito nenhum. Mas a senhora pensa que esses comunistas eram todos uns santos? Pois fique sabendo que ele tinha informantes em todos esses grupos, não era polícia infiltrado, era comunista mesmo traindo comunista, eram os cachorros, ele chamava de cachorros. Eu ouvia às vezes pelo telefone: chame o cachorro. Marque o ponto com o cachorro. (KUCINSKI, 2016a, p. 102).

Ademais, lemos algumas cartas, como “Carta a uma amiga” e “Mensagem ao companheiro Klemente”, e também – o mais interessante de todos, na minha opinião – a transcrição comentada da ata de uma reunião de colegiado, a qual consta no capítulo “Reunião da Congregação”, cuja análise mais detalhada será feita na quarta e última parte deste trabalho. Seguem, portanto, trechos das duas cartas supracitadas – a primeira assinada por A. e a segunda, por um militante que se identifica como Rodriguez²⁶:

Querida:

Ontem assisti de novo ao Anjo exterminador, do Buñuel, que tínhamos visto juntas nos bons tempos do Bijou. Lembra? Decidi te escrever. Fazia tempo que não ia ao cinema. Mal tenho saído da minha toca. Eu que gosto tanto de cinema virei uma reclusa. Da Química volto direto pra casa. Tenho evitado encontros com os amigos. Só mesmo as saídas para almoçar na Biologia. Quando tem feriado prolongado, vamos para bem longe, fora de São Paulo, onde ninguém nos conheça. Passamos três dias em Poços. Me lembrei daquela vez [em] que fomos juntas a Parati. Às vezes eu me pergunto: por que tudo isso? Não sei se é paranoia, mas sinto um perigo me rondando. Todo dia prendem alguém no campus. Não preciso falar do que tem acontecido. O clima está muito pesado. Como sair disso? Não sei como sair, só sei

²⁶ Rodriguez é personagem central de *O congresso dos desaparecidos*, sendo o principal interlocutor de seu narrador, identificado como Japa, e um dos organizadores do congresso que visa reunir as almas dos desaparecidos pelo Estado brasileiro. O capítulo “O sétimo visitante”, de *Os visitantes*, narra o encontro entre seu narrador – o eu-lírico de B. Kucinski – e Lourdes, companheira que conhecera muitos anos antes e que descreve como sendo “das mais ativas” (KUCINSKI, 2016b, p. 43) na Comissão de Anistia. Ao chegar a seu apartamento, Lourdes lhe agradece pela publicação da carta do Rodriguez ao Klemente, o que surpreende o narrador, que afirma ter pensado que todos soubessem que a carta se tratava de uma invenção sua. Lourdes afirma: “Você não imagina como foi importante para mim e para todos nós da organização você ter publicado a carta; sabíamos que existia, mas ninguém a tinha lido; o Mateus me pediu para te perguntar onde você achou a carta; estava com as coisas do Rodriguez?” (KUCINSKI, 2016b, p. 44). Espantado, o narrador a ouve longamente antes de lhe revelar o teor ficcional da carta, não sem antes pensar consigo como é incrível que mesmo alguém como ela, “que conhece a fundo tudo o que aconteceu” (KUCINSKI, 2016b, p. 44), e alguém como o Mateus, “braço direito do Marighella” (KUCINSKI, 2016b, p. 44), possam acreditar na veracidade de um texto que inventara “da primeira à última linha” (KUCINSKI, 2016b, p. 44). Mais adiante o narrador reflete: “A carta inventada não só virara documento como adquirira vida própria, criara novos fatos” (KUCINSKI, 2016b, p. 45). Tornamos à relação complexa entre a literatura e a realidade, numa situação em que a ordem se inverte e a literatura parece se tornar o referente. Na quarta e última parte deste trabalho, discutirei as interessantes possibilidades que a literatura que se sabe representação – ou seja, escrita por alguém consciente de sua relação com a realidade – tem de ultrapassar a realidade, de suturá-la e mesmo de servi-la: o narrador de *Os visitantes* esclarece à Lourdes o equívoco cometido por ela, que, depois de permanecer longo tempo em silêncio, abraça-o, despede-se dele e, **mesmo tendo, agora, conhecimento do caráter ficcional do carta**, afirma-lhe: “A carta pegou na veia, na jugular” (KUCINSKI, 2016b, p. 47).

que, se antes havia algum sentido no que fazíamos, agora não há mais; aí é que entra o filme do Buñuel, aquelas pessoas todas podendo sair e ao mesmo tempo não podendo, não conseguindo, sem que haja um motivo, uma explicação racional. Ficam presas ali, numa prisão imaginária, e vão se degradando. Nunca pensei que esse filme viesse a ter tanto significado para mim. Fiquei imaginando que tipo de situação inspirou o Buñuel, se foi o franquismo, se foi o catolicismo, se foi alguma coisa da vida dele, pessoal. Seja como for, é um belo estudo sobre o que leva as pessoas a fazer[em] o que fazer, a caminhar[em] numa direção sem saída e não ter forças para mudar. É o que acontece comigo. (KUCINSKI, 2016a, p. 46-47, grifos do autor).

Klemente

Não sei se ainda devo te chamar de companheiro depois de dizeres ao grupo de Paris que a Organização não existe mais. Poderia interpretar tua declaração como um truque para despistar a repressão. Mas soubemos que ao mesmo tempo você se aproximou do Partidão.

Pois saiba que, para a repressão, a Organização não morreu. Continuam nos caçando. Na última semana, cinco companheiros de diferentes organizações – inclusive o nosso Yuri – desapareceram depois de capturados. Agora todos os que caem somem por completo. Já são quarenta e três os desaparecidos este ano, fora os que a gente não sabe. (KUCINSKI, 2016a, p. 163, grifos do autor).

Em explicação sobre a arte possível após Auschwitz, segundo o pensamento adorniano, Ginzburg (2017) escreve sobre o poeta Paul Celan, cuja obra era cara a Adorno como exemplar “[d]a atividade poética como uma forma de crítica da cultura” (p. 133). Segundo o autor, no texto de Celan, “para que esse horror [descrito no poema *Stretto*] ganhe intensidade, Celan renuncia ao distanciamento, preferindo a configuração melancólica do trauma e o discurso fragmentário da impossibilidade de uma linguagem plena e de um sentido totalizante. As cinzas apontam para um lado terrível da experiência histórica e o gesto de apontar exprime negativamente a intensidade do que não pode ser representado” (p. 133).

Não há, em *K.*, linguagem plena ou sentido totalizante: os próprios relatos feitos pela figura do narrador-autor em livro posterior, *Os visitantes* (2016b), provam-nos isso. O livro, que a muitos pareceu um memorial que de outro modo não seria oferecido aos desaparecidos pela ditadura, a outros pareceu um texto jornalístico – apesar da negativa de seu autor nesse sentido – e a outros tantos, uma ofensa pessoal. A linguagem também não se executa de forma plena, já que além dos tipos diferentes de narradores, temos, ao longo do romance, gêneros textuais diferentes e mesmo estilo de escrita distintos.

Além disso, tornando à escritura de Paul Celan, temos em *K.* a renúncia ao distanciamento, por meio da configuração do trauma. Isso porque, somada a epígrafe – já elemento literário – ao primeiro capítulo – ou prólogo – de *K.*, “As cartas à destinatária inexistente”, temos a implicação do narrador como sujeito observador e, por isso mesmo, de certo modo partícipe dos eventos que narra. Mesmo os capítulos em terceira pessoa, nesse sentido, podem ser atribuídos a um narrador testemunha, o qual, segundo Mieke Bal (2021) escreve, em seu livro *Narratologia: introdução à teoria narrativa*, ocupa posição fundamental

em relação ao leitor, podendo “expressar compaixão, ironia ou outras reações afetivas para o leitor. [As testemunhas] também podem influenciar a veracidade da narrativa” (p. 49).

No segundo capítulo de *Os visitantes*, “A recusa”, lemos:

Ainda remoía a censura da senhora Regina quando recebi, dias depois, outra visita inesperada. Uma das amigas. [...]

A que me visitava era, das três, a mais alegre e descontraída. Cabelos loiros e encaracolados, tinha a face radiosa. Chegou séria, no entanto, e me pareceu entristecida. Eu lhe havia pedido para entregar um exemplar da novela à outra amiga. Seu relato, que ouvi acabrunhado, confirmou temores meus até então vagos. Logo ao entrar ela disse: Ela não quis o livro, não quis ver nem sua dedicatória, repeliu com um tapa.

Senti-me mortificado e por um longo momento não soube o que dizer. Por fim nos sentamos e perguntei: Ela disse mais alguma coisa? Não, ela se encolheu nervosíssima, até me afastei, esperei ela se acalmar; parecia um bicho acuado, disse a amiga. Só então me convenci do que no íntimo já suspeitava: o livro machucara as amigas. Restava-me a esperança de que foi por sentirem-se enganadas, ao descobrirem sua vida dupla, e não pelo que escrevi ou deixei de escrever. Indaguei: Ela explicou a raiva? Só me disse que você não a conhecia, até desdenhava, todos na família a subestimavam, você, seu irmão, sua mãe, a cunhada, todos, até o pai, em parte. Por que até o pai?, quis saber. Porque não passava pela cabeça dele que a filhinha querida e graciosa tivesse se transformado numa mulher política.

Fiquei a meditar alguns segundos, depois perguntei: Já que ela não quis ler, você passou alguma coisa do conteúdo? Falei que está bem escrito, que é um texto delicado, até poético. E o que ela respondeu? Ironizou, você sabe como ela é sarcástica. Reconheceu que escrever bem é com você mesmo, mas tinha que ser o contrário, tinha que ser um livro sujo, como foi sujo tudo aquilo, tinha que ser como um vômito, mas você preferiu escrever um livro bonito e ilustrado por artista famoso para ganhar prêmio (KUCINSKI, 2016b, p. 17-18).

Mais adiante, no capítulo “Sétimo visitante”, lemos a visita de Lourdes, amiga do narrador, de Belo Horizonte:

[...] ela se desfez do agasalho e disse: Vim te agradecer pessoalmente pela publicação da carta do Rodriguez ao Klemente. Eu me surpreendi. Esperava o contrário. Esperava bronca. Mas não disse nada. O último capítulo da novela, chamado “Mensagem ao companheiro Klemente”, tem a forma de uma carta de um militante que se assina Rodriguez a um companheiro de organização exilado no exterior de nome Klemente, criticando os chefes por não terem dado ordem de parar quando havia nos tudo estava perdido. Também toca num episódio melindroso da luta armada: a execução por eles mesmos de um militante de nome Márcio, que propunha parar, falsamente acusado de traição.

Pensava em tudo isso calado. Lourdes continuou. Você não imagina como foi importante para mim e para todos nós da organização você ter publicado a carta; sabíamos que existia, mas ninguém tinha lido; o Mateus me pediu para de perguntar onde você achou a carta; estava com as coisas do Rodriguez?

Minha surpresa nessa altura da conversa transformou-se em espanto. Ela tomara a carta como tendo sido realmente escrita pelo Rodriguez trinta anos atrás e encaminhada ao outro que estava em Paris. O Mateus, braço direito do Marighella, também! Incrível! Um texto que inventei da primeira à última linha! Pensei: como é possível, uma pessoa como ela, que conhece a fundo tudo o que aconteceu, tomar uma fabulação por documento?

[...] A carta inventada não só virara documento como adquirira vida própria, criara novos fatos (KUCINSKI, 2016 b, p. 43-45).

As amigas de A(.)na e a militante Lourdes são dois dos muitos exemplos que o narrador de *Os visitantes* nos dá da recepção de *K*. Por seu caráter fragmentário, quase inventarial, o livro parece a alguns poesia e a outros, compilado jornalístico de fatos. Autoafirmado livro de ficção, por ser um relato testemunhal, *K*. ganha vida própria e se torna documento. Mesmo que não documento factual, *K*. é a **expressão factual do relato** de Kucinski, do modo como, na ficção, foi-lhe possível elaborar seu trauma. Ademais, enquanto documento testemunhal, *K*. nos serviria à recuperação da memória de nossos traumas sociais e como respaldo para uma possível elaboração da história – ou pelo menos para o início dela. A amiga que não aceita ler o livro, diz a que conversa com o narrador, é tomada por reações psicossomáticas mediante a recordação do trauma, que lhe causa tal impressão que faz com que nunca mais ela queira frequentar enterros. Ela queimou todas as cartas da amiga desaparecida que tinha e, sobre o livro escrito em sua memória, afirma que “precisa ser destruído [...] [e] que, se pudesse, queimava a edição inteira” (KUCINSKI, 2019, p. 20). A recusa da lembrança e, portanto, de sua elaboração, mantém-na presa à compulsão à repetição de seu trauma, conforme melhor explicado na terceira parte deste trabalho, de acordo com o ensaio “Além do princípio de prazer” (1920), de Freud (2020a).

Em citação já feita anteriormente neste trabalho, Seligmann-Silva (2022) escreve sobre o ato de se narrar o trauma: “A cena testemunhal deve ser pensada em diálogo com o saber derivado da psicanálise. Em certo sentido podemos ver a cena psicanalítica elementar, ou seja, o paciente diante de seu analista, como uma cena testemunhal. **Trata-se, *mutatis mutandis*, de um sobrevivente buscando a escuta de um outro tendo em vista a construção de um mundo menos inóspito, *Unheimlich[e]***” (p. 142, grifos meus e do autor). Para que o testemunho se constitua como tal e possa levar o sujeito que testemunha a uma eventual elaboração de seu trauma, é preciso que ele seja ouvido. Para tanto, não basta que se diga sobre o trauma, que se o escreva ou que se produza qualquer outro tipo de sublimação artística dele; a existência de um interlocutor – ouvinte, leitor ou observador – é indispensável. É essa presença que o narrador de *K*. evoca em sua epígrafe que, antes do excerto que dá título a este subcapítulo, direciona-se a um vocativo – que transforma o narrador do livro, mesmo quando escreve em terceira pessoa, num narrador testemunha –: “Caro leitor” (KUCINSKI, 2016a, p. 9).

K.: *relato de uma busca* narra a saga de *K.*, homem judeu, que procura por sua filha desaparecida pela ditadura brasileira. A partir daí, acompanhamos sua insólita procura por respostas, no que, em comparação com o genocídio provocado pelos nazistas alemães, parece ao narrador ainda mais desumanizador:

Até os nazistas que reduziam a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. É verdade que nos primeiros dias da invasão houve chacinas e depois também. Enfileiravam todos os judeus de uma aldeia ao lado de uma vala, fuzilavam, jogavam cal em cima, depois terra e pronto. Mas os *goim*²⁷ de cada lugar sabiam que os seus judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. **Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas.** (KUCINSKI, 2016a, p. 25, grifos meus).

No capítulo nono do livro, “Jacobo, uma aparição”, lemos a visita de K. ao escritório do *American Jewish Committee*, em Nova Iorque, onde K. decide pedir ajuda, depois de já ter esgotado suas opções no Brasil. Ao senhor que o recebe, K. relata o percurso de sua busca até então:

É recebido por um senhor idoso, Irineu Blaumstein, talvez da mesma idade que ele. Conversam em iídiche. Blaumstein diz conhece-lo de seus contos e poemas, publicados nos jornais de Nova Iorque. K. fala do desaparecimento da filha e do marido. Traz uma folha de papel com todos os dados e algumas fotografias. Não sabe mais a quem recorrer – diz em tom suplicante. Vinha de Londres, onde estivera na Anistia Internacional. Antes, fora a Genebra, apelara à Cruz Vermelha. Educadamente pergunta por que o *American Jewish Committee* não criticou publicamente a ditadura brasileira, como fez a Anistia Internacional.

“O que fez a Anistia Internacional?”, pergunta Blaumstein.

Lançaram uma campanha mundial, diz K.; conclamaram seus ativistas e enviaram cartas de reclamação ao governo brasileiro; sua filha foi escolhida “preso político do ano”.

Ao falar da ditadura, K. lembra-se com desgosto da Comissão de Direitos Humanos da OEA que rejeitara sua petição de modo muito cínico. Disseram que, segundo o governo brasileiro, nada constava sobre a filha. É claro, foram perguntar aos bandidos se eles eram bandidos. A Cruz Vermelha recebeu-o bem, anotaram os dados e prometeram iniciar uma busca. Mas ao que parece não esperam muito de sua sessão brasileira. (KUCINSKI, 2016a, p. 54-55).

A ajuda do comitê é inútil: seu informante, Jacobo, também é desaparecido logo após encontrar-se com K. em São Paulo. A mídia brasileira permanece fazendo coberturas imprecisas dos acontecimentos e dando ao governo espaço para informes falsos que cumprem “a promessa do presidente à luz da doutrina da guerra psicológica adversa” (KUCINSKI, 2016a, p. 64).

Continua o narrador:

Nessa modalidade de guerra, confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalente às cortinas de fumaça da guerra convencional. Enganaram-se os que esperavam [do informe dos militares transmitido pelo noticiário do Estadão] a relação humanitária de vítimas de uma guerra já vencida. Ao contrário, a falsa lista revelou-se arma eficaz de uma nova estratégia de tortura psicológica. Teria sido melhor não dizerem nada, raciocina K. (p. 64).

Na página intitulada “Ana Rosa Kucinski Silva” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?a]), do Portal Memórias da Ditadura, projeto realizado pelo Instituto Vladimir

²⁷ “Plural de pessoa não judia; o singular é *gói*” (KUCINSKI, 2016a, p. 25, nota de rodapé).

Herzog em resposta à demanda “da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de criação de um portal com o objetivo de divulgar a História do Brasil no período de 1964 à 1985 junto ao grande público, em especial à população jovem” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?d], s/p), lemos compilado de informações conseguidos pela família de Ana Rosa e, mais tarde, averiguados pela Comissão Nacional da Verdade²⁸, ao longo dos mais de quarenta anos transcorridos desde seu desaparecimento em São Paulo em 22 de abril de 1974.

Sobre o desaparecimento, lemos:

Ana Rosa Kucinski desapareceu no dia 22 de abril de 1974 na companhia de seu marido, Wilson Silva, quando foi presa por agentes do Estado brasileiro, na cidade de São Paulo. Desde então, o Estado brasileiro apresentou diferentes posicionamentos para a prisão e desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva. A princípio, o Estado recusou-se a fornecer qualquer informação, em decorrência do não reconhecimento da prisão do casal de militantes. Em fevereiro de 1975, o então ministro da justiça, Armando Falcão, tornou pública nota oficial, na qual os nomes de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva são citados como “terroristas foragidos”. Apenas em 1993, quase duas décadas após a prisão do casal, o relatório da Marinha, encaminhado ao Ministério da Justiça confirmou que Wilson havia sido “preso em São Paulo a 22/04/1974, e dado como desaparecido desde então”. [...] De acordo com depoimentos coletados pelas famílias de Wilson Silva e de Ana Rosa Kucinski, no dia 22 de abril de 1974, por volta do meio-dia, o casal havia marcado um almoço em um restaurante situado nas proximidades da Praça da República, no centro de São Paulo. Wilson, que trabalhava na empresa Servix, despediu-se de um colega de trabalho, Osmar Miranda Dias, e foi ao encontro da esposa. Ana também comunicou os seus planos aos colegas de departamento e dirigiu-se à Praça da República. Desde então o casal não voltou a ser visto. No mesmo dia, as famílias Silva e Kucinski, alertadas pelos colegas de trabalho de Ana Rosa, tomaram providências no intuito de localizar os dois militantes. (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?a], s/p).

A busca da família de Ana Rosa passa pela tentativa de um *habeas corpus* para o casal impetrado pelo advogado Aldo Lins e Silva, cujo pedido foi negado com fundamento no Ato Institucional – nº 5, uma vez que o governo não reconhecia a prisão de Ana Rosa e Wilson, à interseção do então Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, junto ao chefe da Casa Civil do governo Geisel, general Golbery do Couto e Silva. Mais tarde, diante da falta de

²⁸ Foi criada em 2011 pela lei de número 12.528, com o intuito de apurar os crimes e violações de direitos humanos cometidos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. “Instituída em maio de 2012, quase trinta anos depois do fim da ditadura militar, veio investigar os crimes de agentes do Estado contra cidadãos que lutaram contra a repressão. Resultado de uma longa luta de familiares e grupos de defesa dos direitos humanos, tinha um prazo de dois anos para os trabalhos, que foi estendido para dois anos e meio. Em sua formação original, contou com sete membros: Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha, além de 14 assessores e uma vasta equipe de pesquisadores” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?b], s/p). Sobre o relatório final publicado pela Comissão Nacional da Verdade, Seligmann-Silva (2022) escreve que foi publicado em “dezembro de 2014 [e] estendeu o número de vítimas para 434 e tornou pública uma série de crimes como os genocídios indígena e no campo, temas que ainda precisam ser mais pesquisados e aprofundados. Esse relatório ainda repete erros basilares, heranças da colonialidade, ao não incluir, por exemplo, o número de indígenas assassinados pela ditadura entre o número oficial de mortos e desaparecidos” (p. 197).

informações, “a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OAE) foi acionada, no que foi respondida pelo governo brasileiro sobre a ausência de responsabilidade do estado” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?a], s/p). Nas palavras de Kucinski (2016a), “foram perguntar aos bandidos se eles eram bandidos” (p. 55) e se surpreenderam com a negativa da resposta.

Seguindo-se a isso, as famílias de Ana Rosa e Wilson pediram ajuda ao departamento de Estado do governo norte-americano, “que respondeu por meio da American Jewish Communittee e do American Jewish Congress. Acerca de Ana Rosa, afirmaram que estaria viva. Quanto a Wilson, disse[ram] que desconheciam seu paradeiro” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?a], s/p). O artigo continua afirmando que essa, em 18 de dezembro de 1974, foi a última comunicação formal sobre o caso recebida pelas famílias.

A longa e infrutífera busca das famílias de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva é representada – não copiada – na ficcionalização de B. Kucinski, autor responsável pela poetização das representações de Bernardo Kucinski, o sujeito. A semelhança inegável dos passos dessa busca – o *habeas corpus* negado pelo AI-5, D. Paulo Evaristo, a OAE, o *American Jewish Comittee* – é injetada pela angústia de K., personagem principal da obra de Kucinski, cuja saga acompanhamos, e que, para além de dados frios, toca-nos em nossas representações, em nossas constituições enquanto sujeitos humanos: começamos o livro sabendo, pela orelha que nos aponta sua inspiração, que nosso protagonista não terá sucesso em sua procura; ainda assim, sofremos com ele a cada decepção, a cada pista falsa, a cada semana, e, posteriormente, mês, e, posteriormente, ano transcorridos sem respostas. Quando K. prende a respiração para ouvir os comunicados do Estadão, prendemos com ele. Quando se sente cansado, compartilhamos sua dor.

Os paralelos com a realidade, embora óbvios e confirmados pelo autor, não são bastantes para transformar o livro em cópia, já que temos em *K.* um romance, ficcionalização que, mesmo narrando fatos acontecidos, carrega de seu autor alcinha de invenção logo na epígrafe. O argumento deste capítulo, no entanto, é o de que, mesmo que Kucinski não se afirmasse inventor de nada, mesmo que classificasse sua obra em outro gênero, como autoficção ou ainda autobiografia, ainda assim seu texto não se faria cópia, já que o real que narraria seria a realidade perpassada pela subjetividade do autor, sujeito que a escreveu – o que, justamente, ao contrário de discussões anteriores em torno do conceito aristotélico, faria do texto mimético, já que participe do jogo de representações inaugurado pela literatura.

No que tange à elaboração do trauma – a qual exige, para que se opere, a narração desse trauma –, escreve Seligmann-Silva (2022) que “A imaginação é chamada como arma que deve

vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço” (p. 148-149). É a representação – a imaginação, a literatura – que permite ao trauma ser encarado – e, portanto, eventualmente elaborado. Embora aprendamos com Benjamin e Adorno que todo produto da cultura, por ser também produto da barbárie, pode ser lido por seu valor testemunhal, a literatura testemunhal é um ato consciente e possui, deste modo, força incomensurável. Numa sociedade em que se espera que os atos de barbárie que a constituíram sejam depositados “no silêncio da história” (SARNEY, 2006 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 210), produzir uma literatura que fala pelos mortos é como lançar luz às sombras do presente que, para muitos, permanecem recalçadas, latentes, inquietantes, infamiliars.

2.1.2 Tudo neste livro é inventado, mas quase tudo acontecerá

Outrora citado na Introdução deste trabalho, o epílogo de *K.*, chamado “*Post Scriptum*”, devolve a nosso narrador-testemunha a narrativa. Nele, o narrador escreve que, após quatro décadas do desaparecimento de A., seu filho, que nunca conheceu a tia assassinada, atendeu a um telefonema de uma turista brasileira, que alegou ter se encontrado com A. viva, no Canadá. Esperança falsa como nos primeiros dias de seu desaparecimento: “sempre que chegávamos a um ponto sensível do sistema, surgiam pistas falsas do seu paradeiro para nos cansar e desmoralizar” (KUCINSKI, 2016a, p. 168). O narrador conclui o texto como uma carta, no pretérito perfeito, fazendo uma afirmação sobre o presente que continuaria a se verificar no futuro: “O telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado” (KUCINSKI, 2016a, p. 168). Esse texto leva a assinatura do autor como tendo sido escrito em 31 de dezembro de 2010.

A nova ordem é alegoria do sistema repressivo que, ainda articulado, tornou a instaurar-se num Brasil localizado num futuro cuja exatidão não importa, porque poderia ser amanhã ou daqui a cem anos. Uma distopia, que previu em grande parte os anos subsequentes à eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, em 2018, mas que, ao mesmo tempo, parece servir como espécie de memorial, cuja inexistência deixa um vazio na sociedade brasileira que a literatura tenta suplantar. Como escreve Seligmann-Silva (2022): “A falta de uma topografia da memória do mal em nossas cidades e em nossas mentes é patente. Ainda temos poucos memoriais em homenagem aos perseguidos e aos desaparecidos [...]. No Brasil, a política de aniquilamento da memória acaba por aniquilar os fatos” (p. 201).

Resta aos artistas a árdua tarefa de fazer existirem os fatos que constituem o Brasil e que, de outro modo, seriam legados ao silêncio da história. Fazer existir, no presente, um passado circunscrito em silêncios, por meio de sua projeção num futuro, memória prospectiva: esse é o feito de Kucinski (2019) em *A nova ordem*.

Escreve Seligmann-Silva (2022) que não falta, no Brasil, literatura que se proponha a representar a violência dos anos de 1964-1985. O que falta, segundo o autor, é a vontade do(s) governo(s) brasileiros de que esses testemunhos sejam ouvidos/lidos, é a popularização dessa literatura, a legitimação dos testemunhos, a institucionalização de um discurso de verdade. “Quando os testemunhos dos sobreviventes se tornarem parte dos currículos escolares, quando arquivos forem abertos aos testemunhos dos que sofreram sob a ditadura, quando a verdade começar a se delinear e os responsáveis começarem a pagar pelo que fizeram, aí sim teremos a nossa cultura da memória” (p. 198).

Em excerto do capítulo II de *A nova ordem*, “Angelino filosofa sobre o destino dos livros e os vários significados do livro. A profecia dos utopistas”, Angelino, o ex-engenheiro, agora catador de papéis, filosofa: “pelo lixo se mede a miséria de um povo” (KUCINSKI, 2019, p. 25). O pensamento da personagem adquire, no contexto, duplo sentido: Angelino se estupefata com a falta de quaisquer objetos de valor nos lixos das pessoas, que se tornaram cada vez mais pobres, mas pensa também no que se tornou o lixo mais comum na Nova Ordem, objeto de menor valor: o livro. “Onde já se viu pagar um livro por peso! É o fim do mundo!” (KUCINSKI, 2019, p. 24). A caçamba do carrinho que Angelino carrega está repleta de livros, um volume descomunal deles. Ainda assim, o catador sabe que o valor que receberá por eles será irrisório.

A Nova Ordem instaurada decreta o Édito 13/2019 da Nova Ordem do Impresso:

[...] que cria o Departamento de Preservação dos Valores da Nova Ordem (DEPRAVANO) e proíbe a produção, venda e circulação de publicações não aprovadas pelo DEPRAVANO. O édito dá prazo de 60 dias para que pessoas e instituições se desfaçam de impressos produzidos antes, excetuando-se exemplares da Bíblia Sagrada; seu artigo 3 extingue a Fundação Biblioteca Nacional e demais bibliotecas públicas, o artigo 4 dá prazo de 30 dias para gráficas e copiadoras se cadastrarem no DEPRAVANO. (KUCINSKI, 2019, p. 23).

Quando livros de literatura sobre a ditadura não fazem parte dos currículos escolares e são difíceis de encontrar em bibliotecas e livrarias físicas, quando livros de teoria sobre o período só são encontrados pela internet custando preços absolutamente absurdos – e, assim, elitizando ainda mais um conhecimento que já é por si só elitizado, já que restrito a alguns poucos ambientes da Academia –, temos instaurado, de certo modo, um DEPRAVANO²⁹ em

²⁹ Como outrora citado, Departamento de Preservação dos Valores da Nova Ordem (KUCINSKI, 2019, p.23).

nossa realidade, que impede a circulação da memória e do testemunho. Num livro sobre o futuro, Kucinski (2019) nos indaga sobre o presente que não dá conta do próprio passado.

Esse entrelugar da memória em que se inscreve *A nova ordem* é o que faz do livro tão contemporâneo (AGAMBEN, 2009) ao período em que foi produzido, embora sirva de elo entre o passado e o futuro, sem se comprometer totalmente com nenhum deles. É o infamiliar, o incômodo de ver se repetir no livro o que já aconteceu, mas que não se dá da mesma forma e parece inédito para um povo sem memória que, desta feita, não pode se precaver.

Sobre o que se espera da arte em tempos de conflito, Ginzburg (2021) escreve:

Em um contexto marcado por conflitos, para uma perspectiva que se afasta do idealismo e da metafísica, **a obra de arte pode interiorizar os conflitos e elaborá-los como experiência estética.** A obra de arte, ao provocar choques, perturbações, transtornos de percepção, estará evocando o necessário estranhamento que deve reger as condições de percepção da realidade social, uma vez que esta se constitui como antagonica, dotada de impasses não resolvidos que se potencializam constantemente (p. 131, grifo meu).

Ao interiorizar o conflito entre passado e futuro, Kucinski (2019) fez de seu livro síntese que questiona, que usa o passado como luz para dar conta das sombras do futuro, mas também o futuro como luz para ir contra as sombras do presente. Faz-se um escovar da história a contrapelo, propondo que se ouçam os mortos do passado e os do futuro, prometidos pelo à época Presidente da República quando ainda não o era, em entrevista de 1999 ao programa Câmara Aberta, da TV Bandeirantes (PODER360, 2021).

Uma literatura da memória é uma literatura de ação sobre a realidade do mundo. Assim como no inconsciente psicanalítico não existe temporalidade, já que o trauma se manifesta e faz sofrer no presente até que seja elaborado, assim também, “A memória do mal de quem perdeu um familiar ou foi torturado é uma memória onipresente e aterrorizante” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 215). Essa onipresença dá cabo da temporalidade lógica, como me parece materializado em *A nova ordem*.

A memória é instrumento perigoso, como bem o sabem os que querem calá-la. A memória do mal, escreve Seligmann-Silva (2022), é contraparte da justiça, razão por que “Os antigos donos do poder sempre declaram que essa memória do mal é apenas fruto do ódio, da vontade de vingança. Mas justamente *não* se trata da lei de talião [...], porque estamos diante de *crimes sem medida*. Trata-se, antes, do *reconhecimento* do mal e do *restabelecimento da verdade*” (p. 214, grifos do autor).

Porque só na memória e no testemunho dela se poderá encontrar a verdade escondida nos interstícios da história, lembrar se torna ato vilanizado, chamado revanchista e mesquinho.

Ainda mediante a promessa da anistia, lembrar causa reações materiais e assustadoras, como escreve Seligmann-Silva (2022) sobre a instauração da Comissão Nacional da Verdade:

[...] muitos veem como um dos efeitos da Comissão da Verdade o recrudescimento da direita no país, a repolitização das Forças Armadas e o lançamento da candidatura de Jair Bolsonaro a presidente. Evidentemente, não se pode ser monocausal neste último ponto, mas a verdade é que essa volta à esfera pública brasileira de militares saudosos dos tempos da ditadura não se deu até o estabelecimento da CNV (p. 215).

O saudosismo apontado por Seligmann-Silva (2022) nada mais é do que uma tentativa de revisionismo e de negacionismo. Mediante a ameaça da memória, faz-se preciso recontá-la e fazer falar mais alto o lado dos que, porque venceram, nunca foram punidos ou tiveram seus crimes imputados a si. Sem a memória do mal e a subsequente justiça advinda dela, “o estado de direito e a democracia não podem se construir” (p. 214). Um país sem memória é um país em que não há democracia. Como podemos repetir fatos findos no passado, se a imposição da falta de memória, aponta-nos que eles nunca findaram?

3 Repetir: o silenciamento dos testemunhos e a dialética do fascismo

Ela igual a ele, livro na mão; agora não sei o que vai ser de nós,
na nossa família o pontalete era ele, sustentava, acudia,
agasalhava, ficamos no desarrimo, não é certo, os filhos é que
devem enterrar os pais e não os pais enterrarem os filhos, pior
que nem isso, nem enterrar podemos (KUCINSKI, 2016a, p.
82).

Jaime Ginzburg (2017) inicia seu ensaio “Violência na Literatura Brasileira: Notas sobre Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa” afirmando que “A história da Literatura Brasileira poderia ser contada a partir do ponto de vista de suas relações com a violência” (p. 219). Continua ele, mais adiante: “Uma percepção crítica de nosso passado histórico permite perceber que a violência não tem na vida brasileira apenas um lugar casual, ou incidental; ela tem uma função propriamente constitutiva: ela define condições de relacionamento público e privado, organiza instituições e estabelece papéis sociais” (p. 221).

Em outro ensaio, “Literatura Brasileira após Auschwitz”, Ginzburg (2017) escreve:

A crítica ética tem muito pouco espaço ainda no Brasil, em grande parte pelas fortes articulações entre autoritarismo e história da literatura. Temos uma história republicana com heranças sólidas da exploração colonial e do império escravista. **Nunca, a rigor, tivemos uma democracia em seu sentido mais rigoroso.** Desde Florestan Fernandes, passando recentemente por Paulo Sérgio Pinheiro (1991), Oscar Vilhena Vieira (1991) e José Antonio Segatto (1999), entre outros sociólogos, está bem claro que **predomina no país a continuidade de condutas e valores autoritários, independentemente da aparência autoritária ou democrática do regime em vigor.** Neste sentido, tivemos regimes autoritários estruturados, o Estado Novo e a Ditadura Militar, mas para quem e além dos limites históricos desses períodos, os valores conservadores tiveram enorme presença.

Somos um país em que o autoritarismo é fortemente constitutivo das bases da formação social. Naturalizamos por essa razão tudo o que deveria nos deixar perplexos – violência excessiva por parte do Estado, enorme desigualdade social, ausência de prerrogativas éticas nas condições de convivência social, permanente estado de expectativa incerta sobre o futuro, ausência de condições de escolarização compatíveis com as necessidades sociais e com as exigências para a formação de consciência crítica coletiva. Naturalizamos, muitas vezes sem perceber com clareza, várias formas, alguma mais amenas e outras trágicas, de barbárie. Florestan Fernandes foi muito claro quanto aos mecanismos que levam a essa naturalização, dentro das políticas de modernização conservadora em que fomos constituídos (p. 191-192, grifos meus).

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, e o início da colonização do país, em 1530, nossa história tem sido de violência, racismo e exploração. Expulsos de suas terras, os indígenas brasileiros foram sumariamente submetidos a processos de catequização, que pretendiam lhes colonizar os costumes e as ideias, e que eram justificados moralmente por sua

suposta condição de bárbaros, frente à suposta condição de civilidade dos europeus que os assassinavam.

Após instaurarem colônias no Brasil, os portugueses passaram a traficar para o país africanos sequestrados, que, em condição de objetos, de propriedade, deveriam suprir toda a demanda de trabalho braçal que se apresentasse. Por parte dos europeus, não havia amor ou zelo pelas terras de que não cuidavam e a que tinham acesso com extrema facilidade; por parte dos africanos, que cultivavam as terras, não havia possibilidade de desenvolvimento de nenhum sentimento positivo por elas, já que elas não lhes pertenciam e seu cuidado era a razão de seu suplício. As terras brasileiras serviam apenas para a exploração e enriquecimento de uma classe que sobrevivia e se esbaldava às custas do trabalho e da destituição da humanidade de outros.

A abolição da escravidão, sancionada em 13 de maio de 1888, relegou às pessoas pretas condição de liberdade marginal: já não eram mais escravizadas, mas não tinham terras que pudessem cultivar, casas em que pudessem morar, acesso à educação e a direitos políticos, e tampouco qualquer simpatia por parte da elite branca que, narcisicamente ferida pela perda das pessoas a quem tinham como propriedade, negavam-se a lhes pagar salário por quaisquer trabalhos que realizassem, preferindo trazer para cá mais imigrantes europeus, operários e pobres, que, aqui, subsistiram, mas não com dignidade.

O discurso de progresso anunciado pela Revolução de 1930, que pretendia, aos moldes da Revolução Industrial, tornar o Brasil um país capitalista, trazia consigo a retórica protestante europeia que aliava a realização do trabalho à moralidade e justificava desumanizar os pobres, alegando sua falta de amor pelo trabalho, seu vício pela preguiça e sua conseqüente inclinação à criminalidade. Daí a tranquilidade com que, mediante a desigualdade social, o brasileiro médio e de elite não se implique, não sinta culpa e tampouco considere agir de modo a provocar mudanças estruturais no sistema de que as desigualdades provêm.

Inaugura-se em 1964, com a Ditadura Cívico-Militar, outro tipo de violência: política e semântica. Desde a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida em 13 de março de 1964, até o cinismo de nomear seu golpe “revolução”, aqueles que lideravam o movimento contra o comunismo e, portanto, o proletariado brasileiros mascararam suas ações sob discursos de união, nacionalismo e suposta defesa de uma moralidade cristã. Quaisquer semelhanças com o Golpe de 2016 não são, de modo algum, coincidências.

Esta introdução tão concisa quanto foi possível sobre a história do Brasil teve como objetivo demonstrar como, aqui, o chamado estado de exceção é a regra, “nos atravessa, não é passado, mas está na base das políticas atuais” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 192). Sobre um presente calcado num passado de violências, Benjamin (2012) escreve: “Todos os que até

agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe. Eles são chamados de bens culturais” (p. 244).

Se, desde 1500, algozes e vítimas permanecem essencialmente os mesmos, não me parece descabido que falemos dos ciclos de violência no Brasil como repetições uns dos outros. Sobre o paciente clínico, Freud (2020c) escreve que “Quanto maior for a [sua] resistência, de forma mais frequente o lembrar será substituído pelo atuar [*agieren*] (repetir)” (p. 156). Estendendo a afirmativa de Freud do sujeito para a sociedade – composta de sujeitos –, temos que “Sem esse enfrentamento [do passado], que deve se dar no registro da memória familiar, coletiva e social e que inclui também necessariamente o enfrentamento jurídico dos crimes do passado, **a sociedade está condenada a repetir seus erros**” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 214, grifos meus e do autor).

Para autores como Freud e Adorno, centrais neste trabalho, a repetição, no campo individual ou social, é condicionada pela ausência de memória. Em ensaio que alterou os paradigmas da Psicanálise, “Além do princípio de prazer”, Freud (2020a) desenvolve os conceitos de trauma, de compulsão à repetição e, por conseguinte, de pulsões de morte/destruição – a saber, aquelas contrárias às pulsões libidinais, de conservação da vida, que, até então, Freud imaginava serem as únicas a atuarem sobre os seres humanos. Segundo Freud, o terror do momento traumático experienciado pelo sujeito ocorre em razão de sua falta de prontidão para a angústia, uma vez que o trauma se configura como exceção, dá-se como surpresa para o sujeito, cujas defesas são pegas desprevenidas. A omissão da angústia se torna a causa para o desenvolvimento da neurose traumática, a qual se manifesta por meio da compulsão à repetição. O indivíduo traumatizado repete, em sonhos, a cena traumática, o que, nesse caso, não se configura como realização de desejo, mas como tentativa de recuperar, por meio do desenvolvimento da angústia, o domínio sobre o estímulo traumático que lhe foi imposto.

Fora do mundo onírico, o paciente neurótico também atua (repete), como vimos, aquilo de que não pode se lembrar, mesmo que o constitua. Enquanto, no caso deste, a repetição se dá como busca por satisfação³⁰, no caso do traumatizado, a repetição é a busca por passar da

³⁰ Para melhor explicar essa afirmação, cito Freud (2020a): “Mas então, em que relação com o princípio de prazer se encontra a compulsão à repetição, que é a manifestação da força do recalado? É claro que a maior parte do que a compulsão à repetição faz reviver irá forçosamente causar desprazer ao Eu, pois ela revela as atividades de moções pulsionais recaladas, mas se trata de um desprazer que já apreciamos, que não contradiz o princípio de prazer, pois é desprazer para um sistema e ao mesmo tempo satisfação para o outro. Mas o fato novo e digno de nota que agora iremos descrever é que a compulsão à repetição também traz de volta aquelas experiências do

posição passiva à ativa frente ao fato/momento/estímulo traumático. Sobre a neurose traumática, Freud (2020a) escreve:

[...] O quadro do estado da neurose traumática aproxima-se do da histeria por sua riqueza em sintomas motores semelhantes, mas o supera, via de regra, pelos indícios fortemente marcados de sofrimento subjetivo, algo como no caso de uma hipocondria ou melancolia, bem como pelas evidências de um enfraquecimento geral muito mais amplo e pela ruptura das funções anímicas. Até agora não se chegou a uma compreensão plena das neuroses de guerra, tampouco das neuroses traumáticas dos períodos de paz. No caso das neuroses de guerra, parecia por um lado esclarecedor e por outro também desconcertante que o mesmo quadro clínico [...] se produzisse ocasionalmente sem a cooperação de uma violência mecânica bruta; na neurose traumática comum destacavam-se dois traços, que podiam associar-se à reflexão: primeiro, que o peso principal da causação parecia recair sobre o fato da surpresa, do terror, e segundo, que geralmente um ferimento ou ferida sofrido simultaneamente agia de maneira contrária ao aparecimento da neurose. Terror, temor, angústia são erroneamente utilizados como expressões sinônimas; em sua relação com o perigo elas se deixam distinguir devidamente. Angústia designa um certo estado tal como o de expectativa do perigo e preparação para ele, mesmo que este seja desconhecido; temor requer um objeto determinado que se teme; **terror, porém, nomeia o estado em que se entra quando se corre perigo sem que se esteja preparado para ele, acentuando o fator da surpresa.** Não acredito que a angústia possa gerar uma neurose traumática; na angústia há algo que protege contra o terror e, portanto, também contra a neurose de terror.

[...] Ocorre que a vida onírica da neurose traumática apresenta a característica de repetidamente reconduzir o doente de volta à situação de seu acidente, da qual ele desperta com um novo susto. A respeito disso realmente pouco nos surpreendemos. **Pensamos que uma evidência da força da impressão que a experiência traumática deixou seria justamente o fato de ela impor-se ao doente sem cessar até mesmo no sono. O doente estaria, por assim dizer, psiquicamente fixado no trauma.** Essas fixações na vivência que desencadeou o adoecimento nos são conhecidas há muito tempo na histeria. Breuer e Freud declaravam em 1893: **as pessoas histéricas sofrem, em grande parte, de reminiscências** (p. 71-73).

Seligmann-Silva (2022) retoma o conceito de trauma desenvolvido por Freud, afirmando ser ele “uma memória de um passado que não passa” (p. 145), e que não passa justamente porque não pode ser elaborado, já que o sujeito não se lembra dele – a memória permanece recalcada. Essa memória recalcada é o que leva o sujeito à repetição e, portanto, na metáfora social que estamos desenvolvendo, para os algozes da violência, o ideal é que assim permaneça, já que da repetição depende que os vitoriosos se conservem em suas posições, triunfando “por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão” (BENJAMIN, 2012, p. 244).

Escreve Seligmann-Silva (2022) que “O genocida sempre visa à total eliminação do grupo inimigo para impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança. Os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime” (p. 155), subtraindo “aos assassinados a única coisa que nossa impotência pode lhes oferecer, a lembrança” (ADORNO,

passado que não contém nenhuma possibilidade de prazer e que mesmo naquela época não puderam ser satisfações, nem mesmo de moções pulsionais recalcadas desde então” (p. 91).

2021a, p. 34). Destituir os mortos de sua lembrança significa manter a população à mercê da repetição das violências, mas também violentar novamente aqueles que já foram assassinados. É preciso que seja assim para que o ciclo de violências se perpetue, de modo que, como afirma Adorno (2021a), a falta de memória histórica não se dá como um produto da decadência, fruto da modernidade; antes, “refere-se a algo vinculado necessariamente à progressividade dos princípios burgueses” (p. 35). Continua o autor (ADORNO, 2021a): “Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na adaptação ao existente, nisto reflete-se uma **lei objetiva de desenvolvimento**” (p. 35, grifo meu).

Lembrando-nos da entrevista de José Sarney citada no capítulo anterior deste trabalho, Adorno (2021b) escreve que “O perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando[-se] até mesmo quem apenas a menciona, como se, ao fazê-lo sem rodeios, este se tornasse o responsável, e não os verdadeiros culpados” (p. 136). Daí a associação do renascimento do interesse dos militares por cargos políticos com a instauração da Comissão Nacional da Verdade: há quem tenha culpado a comissão e seus defensores pela nova onda de fascismo enfrentada pelo Brasil nos anos 2010, como que fazendo coro a Sarney, que, cinicamente, dizia-nos que não remexêssemos nos infernos da ditadura, porque isso não seria bom pra o Brasil (SARNEY, 2006 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 210).

A manutenção do silêncio sobre o passado e sua defesa “significa repetir [...] o crime de lesa-humanidade” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 211). A diferença entre aqueles sujeitos e nações que conseguem elaborar seus traumas e os que estão presos em seu eterno retorno repousa justamente na quebra do silêncio. A cura freudiana depende da fala e do gradativo ganho de consciência sobre a memória para que, a partir daí, o sujeito seja capaz de fazer um trabalho de perlaboração. Sem museus, sem memoriais e sem autorização para que exponhamos e discutamos as violências cometidas pelo Estado brasileiro e por sua elite, estaremos condenados a “repetir sem trégua a violência iniciada pelo ciclo colonial” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 169).

A falta de memória do passado nos torna incapazes de compreender o presente e de prever, de alguma forma, o futuro de nossa sociedade. Ao encontro das proposições de Walter Benjamin (2012) sobre o historiador materialista e de Giorgio Agamben (2009) sobre o sujeito contemporâneo, Freud (2020d), em seu texto “O futuro de uma ilusão” (1927), escrito no período entreguerras, afirma que “quanto menos uma pessoa sabe a respeito do passado e do presente, mais inseguro será o seu juízo sobre o futuro. [...] os seres humanos em geral vivem o seu presente de maneira ingênua, sem poder apreciar seu conteúdo; eles precisam primeiro

tomar distância dele, isto é, o presente precisa ter se tornado passado para fornecer pontos de apoio para julgar o que está por vir” (p. 233-234).

Cabe ao historiador materialista se transformar em catador de ruínas, em colecionador, como nas metáforas de Walter Benjamin referenciadas no capítulo anterior, levando em conta, como o afirma Seligmann-Silva (2022) citando passagem do livro *La différend* (1983), de Jean-François Lyotard³¹, não apenas a realidade tal qual ela se apresenta, mas a “metarrealidade, que é a destruição da realidade [...]. Não [apenas] o testemunho, mas o que resta do testemunho quando testemunho é destruído” (LYOTARD, 1983 [s/p] *apud* SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 173). Escrever sobre os que foram desaparecidos, mais até do que sobre os que foram mortos, é se inscrever justamente nesse interstício da metarrealidade. Como falar sobre aqueles cuja morte foi apagada? Como dar conta do testemunho de alguém que desapareceu e, portanto, não pode falar sobre o que lhe aconteceu? Para além de *K.*, Kucinski faz isso de forma magistral em *O congresso dos desaparecidos* (2023), último livro publicado por ele, em que, na contramão do silenciamento compulsório emulado por ele até então, às vítimas é dado direito de falar e completo controle sobre sua narrativa escrita pela primeira vez, já que não se pode reescrever o que antes não existia, e é à inexistência que os algozes relegam aqueles com quem desaparecem.

Em *K.* como em *A nova ordem*, Kucinski performa o que Seligmann-Silva (2022) descreve como “*transformar o arquivo em [...] ato político de rememoração*” (p. 183, grifo do autor). Na medida em que a cultura se dá como “algo imposto a uma maioria relutante por uma minoria que entendeu como se apropriar dos meios de poder e de coação” (FREUD, 2020d, p. 235) e que, como escreve Benjamin (2012), aos despojos dos vencidos é dado o nome de bens culturais, sobre cuja origem o historiador materialista não pode refletir sem horror, já que estes “Devem sua existência não somente aos esforços dos grandes gênios que os criaram, mas também à servidão anônima de seus contemporâneos” (p. 245), a escritura de uma literatura que, enquanto bem de cultura, lance luz sobre a barbárie e a ela dê o nome de barbárie não só é ato político como é ato de intervenção sobre o progresso contínuo da história burguesa e de seus ciclos de violência.

³¹ “O filósofo francês Jean-François Lyotard (1924-1998) é tido, principalmente em seu país, como a encarnação contemporânea do sofista, e ocupa hoje um lugar de destaque na história da filosofia do século XX. Autor de mais de trinta livros traduzidos [para] uma dezena de línguas, ganhou grande projeção internacional com o lançamento da obra *A condição pós-moderna*, em 1979. De lá para cá, inúmeros debates e reflexões passaram a se referir [a ele] e a usar a expressão ‘pós-moderno’.

Lyotard foi militante d[o grupo] Socialismo ou Barbárie, [...] de extrema esquerda anti-stalinista, e participou politicamente do Maio de 68, na França. Filósofo artista, vindo da fenomenologia e do marxismo, soube aprender com pintores, escritores, músicos e cientistas” (GUALANDI, [s/d], [s/p]).

Porque, de outra maneira, as violências não existiriam, já que seus rastros foram apagados e à sua memória não existem referências. Quando do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, concretizado em 31 de agosto de 2016, os 61 votos favoráveis ao golpe e suas justificativas nos provaram o que afirma Seligmann-Silva (2022, p. 193), a saber, que a Ditadura Cívico-Militar Brasileira está sempre à espreita.

A Ditadura não como evento de exceção, mas como mais uma face das repetidas violências sobre as quais se funda a História do Brasil. Quando o então deputado e agora ex-presidente Jair Bolsonaro homenageou com seu voto favorável ao *impeachment* de Dilma o coronel do Exército Carlos Brilhante Ustra e não sofreu por isso nenhuma punição legal, pelo contrário, pôde concorrer e venceu a eleição à presidência em 2018, a Estado brasileiro e sua face fascista tornou a arreganhar seus dentes. Dilma Rousseff foi presa em 1970 e, sob tutela do Estado, foi submetida a torturas como “o pau de arara, a palmatória, choques e socos que causaram problemas em sua arcada dentária” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?d]). Dilma tinha, então, 19 anos, cursava Economia na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – e, ao lado de outros estudantes, passou a integrar a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR-Palmares, de viés marxista e antifascista. Foi sob seu governo que se instaurou a Comissão Nacional da Verdade, a qual, pela primeira vez, desde 1985, propunha revirar os infernos de Sarney a contragosto de seus demônios.

Carlos Brilhante Ustra chefiou, entre 1970 e 1974, o DOI-Codi do 2º Exército, em São Paulo. “De acordo com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, enquanto Ustra esteve à frente do órgão houve 40 mortes em 40 meses, bem como uma denúncia de tortura a cada 60 horas” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?b]). Ustra foi o primeiro militar a ser reconhecido como torturador pela justiça, em 2008, o que não lhe causou qualquer incômodo no progresso da própria vida. Em 2013, em depoimento à CNV, Ustra “negou que tivesse cometido algum crime durante o período [da ditadura] e acusou a [então] presidenta Dilma Rousseff de ter integrado quatro grupos terroristas. À mesma comissão, o ex-sargento do Exército[,] Marival Chaves[,] afirmou que Ustra era ‘o senhor da vida e da morte’ no DOI-Codi”.

Como outrora citado na primeira parte do trabalho, escreve Seligmann-Silva (2022) que:

[...] a ausência de uma inscrição robusta de uma visão equilibrada do que ocorreu no período da ditadura – inscrição esta que depende em grande parte de processos jurídicos até hoje barrados por saudosistas da ditadura –, a ausência dessa memória coletiva crítica no que toca ao período de 1964-1985 permitiu tanto a disseminação do discurso negacionista como a instauração de plataformas políticas visando a restauração do regime de suspensão do estado de direito (p. 192).

Porque não houve inscrição verdadeira das memórias de violência no Brasil, elas se repetem das mais diversas formas. Uma delas, autorizada pela Lei de Anistia, de 28 de agosto de 1979, é a impunidade. Em seu texto “Considerações contemporâneas sobre a guerra e a morte” (1915), refletindo sobre o fim da Primeira Guerra Mundial, Freud (2020b) escreve sobre a civilidade da sociedade europeia do século XX e sua relação com a impunidade e a morte:

Junto ao cadáver de uma pessoa querida nasceram não apenas a doutrina da alma, a crença na imortalidade e um poderoso enraizamento da consciência humana de culpa, mas também os primeiros mandamentos éticos. A primeira e mais importante proibição da consciência desperta foi: *Não matarás*. Ela havia sido adquirida como reação contra a satisfação do ódio escondido atrás do luto, quando se tratava do morto que era amado e finalmente também ao inimigo.

Essa última extensão da proibição não é mais sentida pelo ser humano civilizado. **Quando a luta selvagem desta guerra tiver sido decidida, cada um dos combatentes vitoriosos retornará alegremente ao seu lar, à sua esposa e aos seus filhos, sem ser impedido ou perturbado por pensamentos sobre os inimigos que ele matou na luta corpo a corpo ou com uma arma de longo alcance.** É notável que os povos primitivos que ainda vivem no mundo e que são certamente mais próximos que nós do homem pré-histórico conduzem-se, nesse aspecto, de maneira diferente – ou conduziam-se enquanto ainda não tinham sofrido a influência da nossa cultura. **O selvagem [...] de maneira alguma é um assassino impiedoso; quando ele volta ao lar, vitorioso na expedição guerreira, não tem o direito de pisar em sua aldeia nem de tocar em sua esposa antes de ter expiado os seus atos de homicídio através de penitências frequentemente longas e penosas.** Naturalmente somos levados a explicá-lo pela superstição; o selvagem ainda teme a vingança dos espíritos daqueles que foram abatidos. Mas os espíritos dos inimigos abatidos não são nada mais do que a expressão de sua má-consciência de culpa por causa de sua dívida de sangue; **por trás dessa superstição esconde-se um quê de sensibilidade ética que foi perdida para nós, seres humanos civilizados [Kulturmenschen]** (FREUD, 2020b, p.125-126, grifos meus e do autor).

O torturador e coronel do Exército Carlos Brilhante Ustra morreu no dia 15 de outubro de 2015, ao lado de sua família, no hospital Santa Helena, em Brasília – DF, em detrimento de um câncer. “O velório de Ustra foi aberto para as Forças Armadas e entre 20 a 30 oficiais estiveram presentes em caráter privado. [...] no dia 26 de outubro [de 2015], a 3ª Divisão do Exército realizou solenidade militar oficial em homenagem póstuma ao torturador” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?b]). Após homenageá-lo, Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência da República do Brasil em 1º de janeiro de 2019 e, apesar das mais de 60.000 mortes ocorridas sob seu governo, só deixou a presidência quando do término de seu mandato, em 31 de dezembro de 2022. Em julho de 2016, em entrevista ao programa Pânico, da rádio Jovem Pan, Bolsonaro afirmou que “o erro da ditadura [havia sido] [...] torturar sem matar” (MARIN, 2019).

3.1 As espirais de Kucinski: um inventário de repetições

Minha defesa, neste trabalho, é de que *A nova ordem* dá conta de nos apresentar memórias prospectivas, que se projetam sobre um futuro que, fora da ficção, em grande parte, concretiza-se justamente porque Kucinski, autor de um memorial tão sensível e pungente como *K.*, tem sobre o presente a visão do historiador materialista de Walter Benjamin. Por se lembrar do passado de nosso país, Kucinski é capaz de entrever no presente suas repetições e, a partir daí, acertadamente prever novas repetições que se efetivarão no futuro.

As repetições presentes nesses dois livros são muitas mais e outras para além das que são possíveis de deduzir por sua comparação. Como nas afirmativas de Freud sobre o sujeito e nas de Benjamin, Adorno e, posteriormente, Seligmann-Silva e Ginzburg sobre a sociedade, a repetição, na obra de Kucinski, dá-se como estruturante, é a materialidade sobre a qual todo o resto repousa. Essas repetições não se restringem ao interior dos livros e suas histórias, às comparações possíveis entre os fatos ficcionais e os reais da vida do autor, ou às memórias retrospectivas e prospectivas que apresentam em relação à sociedade a partir da qual se constituem e em que estão inseridas: em espirais que vão se tornando cada vez maiores, as repetições abarcam todas essas esferas e talvez outras, ainda inalcançáveis para mim.

A reconstrução das espirais percebidas por mim segue e, nela, farei uso, por vezes, também dos livros *Os visitantes* e *Congresso dos desaparecidos*, de Kucinski, como material de apoio para sustento de meus argumentos, mas poderia me utilizar também de *O colapso da nova ordem* (2022), *Alice: não mais que de repente* (2014), *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor* (2020) e mesmo *Pretérito imperfeito* (2017), e as espirais não só se manteriam possíveis, como se alargariam. Deixemos o feito para um próximo trabalho, no entanto.

3.1.1 Da Era Vargas à ameaça de retorno do AI-5 caso a esquerda se radicalize demais

No capítulo “Os informantes”, de *K.*, lemos reflexão de seu protagonista sobre Caio e Amadeu, respectivamente, um decorador de vitrines e o dono de uma padaria num bairro de maioria de comerciantes judeus, em São Paulo: “Se o Caio e o Amadeu são informantes, espias devem estar em toda parte [...]. É verdade que quando chegou ao Brasil em 1935, fugido da polícia polaca, os patrícios o alertaram contra os espias de Getúlio, *zei zainen umetum*, eles estão em toda parte, advertiram em iídiche. Mas isso foi na época do fascismo. E eis os espias de novo em toda parte” (KUCINSKI, 2016a, p. 31-32). A Ditadura, percebe *K.*, repete – e obriga a repetir – configurações da chamada “época do fascismo”, em que Getúlio Vargas, após

golpe ocorrido em 1930, assumiu a presidência do Brasil, por meio de um decreto-lei que suspendia as eleições no país, fechava o Congresso Nacional, extinguiu os partidos políticos e anulava a Constituição de 1891.

Aliado a grande parcela dos militares, o Governo Provisório de Vargas não se deu como nenhuma novidade. Também em 1930, Adolf Hitler é nomeado chanceler da Alemanha por pressão do Parlamento sobre o então presidente Paul von Hindenburg. Enquanto chanceler, Hitler obriga organizações, partidos políticos e governos estaduais a se alinharem ao Partido Nazista, tirando deles sua autonomia. Em seguida, abole os sindicatos e insere funcionários e empregadores em organizações nazistas. Em 1933, o Partido Nazista era o único permitido na Alemanha e passou a indicar seus membros a cargos públicos compulsoriamente. Em 1934, morre Hindenburg, e Adolf Hitler se proclama *Führer* da Alemanha, angariando para si os cargos de líder do Partido Nazista, Presidente do Reich e chanceler do Reich (*UNITED STATES HOLOCAUST MUSEUM*, [s/d]).

Em 9 de abril de 1964, os militares brasileiros, por meio de um golpe de Estado, destituem do poder o então presidente João Goulart. Por meio do Ato Institucional nº 1, determina-se que ao governo militar fica permitido caçar mandatos legislativos, suspender por dez anos direitos políticos e afastar do serviço público aqueles que fossem considerados ameaça à segurança nacional. Assume a presidência, eleito por eleições indiretas, o General Humberto de Alencar Castelo Branco. Ainda em abril de 64, 102 políticos e funcionários públicos tiveram seus postos e direitos revogados.

Como Édito nº 1, escreve Kucinski (2019) que a Nova Ordem “extingue o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Inspeção do Trabalho, a Secretaria Nacional da Economia Solidária, o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (PETE), o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) o DIEESE e o DIESAT e o Fundo de Amparo ao trabalhador” (p. 26-27). Prossegue ele:

[...] o artigo 2 extingue a Justiça do Trabalho e determina o arquivamento dos processos em curso; o artigo 3 declara a caducidade das Leis Trabalhistas, do Estatuto da Empregada Doméstica, do Estatuto do Trabalhador Rural e da Lei do Salário Mínimo; **o artigo 4 revoga a estabilidade no emprego do funcionário público; o artigo 5 revoga o capítulo 149 do código penal que punia o trabalho escravo; o artigo 6 abole as associações de servidores públicos, os sindicatos operários e rurais, as cooperativas habitacionais, de crédito e de trabalho, as associações de pescadores e artesãos, as comissões de fábrica, os clubes de cabos, sargentos e marinheiros, assim como qualquer forma de associação de trabalhadores, artesãos ou militares subalternos;** o artigo 7 revoga a Lei 8213/91 que obrigava empresas com 100 ou mais funcionários a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com pessoas portadoras de deficiência; o artigo 8 cria na Polícia Federal a Delegacia Especializada de Fiscalização da Produtividade do Trabalho; **o artigo 9 enquadra infratores na Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/2016)** (p. 27, grifos meus).

Em ordem cronológica de atrocidades, em 1 de março de 2019, Bolsonaro tentou colocar em votação a Medida Provisória nº 873 (BRASIL, 2019), que previa a revogação do parágrafo único do art. 545 do Decreto Lei nº 5.452, de 1943, e a alínea “c” do caput do art. 240 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os quais, respectivamente, determinavam que “Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados” (BRASIL, 1943) e “Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes: c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembleia geral da categoria” (BRASIL, 1990). A MP nunca chegou a ser votada, mas discute-se que a intenção de Bolsonaro com ela, que acabaria por dar fim aos sindicatos, era “fazer a reforma da previdência sem a resistência dos sindicatos, assim como tentou fazer com a reforma administrativa (PEC-32), para acabar com a estabilidade do servidor e abrir caminho à terceirização generalizada no serviço público” (SINDICATO DOS SERVIDORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA DO GDF, 2022). No setor privado, Bolsonaro pretendia que mais e mais trabalhadores abandonassem suas CLTs e as substituíssem pela recém-inventada Carteira Verde-Amarela, “com a qual os trabalhadores poderiam perder direitos como férias, 13º e repouso remunerado” (SINDICATO DOS SERVIDORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA DO GDF, 2022). A resistência dos sindicatos e centrais sindicais foi justamente o que impediu Bolsonaro de levar sua MP adiante.

Em 3 setembro de 2020, o governo Bolsonaro enviou ao Congresso uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que sugeria o fim da estabilidade financeira para novos funcionários públicos. A reforma manteria a estabilidade dos funcionários já concursados e não abrangeria quaisquer funcionários dos poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público (RODRIGUES, 2020). Também em setembro de 2020, “em transmissão pelas redes sociais, [o presidente Jair Bolsonaro defendeu novamente] a possibilidade do trabalho infantil, [...] [mesmo sendo a prática] proibida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)” (DA REDAÇÃO, 2020). Na transmissão, Bolsonaro disse: “Deixa a molecada trabalhar!” (DA REDAÇÃO, 2020), aludindo à proibição do trabalho infantil pelo ECA. Duas semanas antes, Bolsonaro “deu uma declaração ainda mais contundente, dizendo que menores de idade ‘podem até fumar um paralelepípedo de crack, menos trabalhar’” (DA REDAÇÃO, 2020).

Em abril de 2021, volta a ser movimentado, com autorização de Arthur Lira, o Projeto de Lei (PL) “1595/2019, [que] altera[ria] a legislação antiterrorismo no país e, se aprovado,

restringir[ia] o direito ao protesto, à livre manifestação e à reunião de pessoas, [...] direitos fundamentais [...] garantido[s] pelo Estado brasileiro” (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2021). Em dezembro de 2021, Bolsonaro criticou o combate ao trabalho escravo feito pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Segundo ele, “as normas que buscam evitar acidentes de trabalho atrapalham a vida do empresariado” (AMADO; BARRETTO, 2021).

Em nova espiral, vamos ao Ato Institucional nº 5, instituído no Brasil em 1968, o qual fechou o Congresso Nacional e as assembleias legislativas dos estados, permitiu a cassação de 170 mandatos do legislativo, instituiu censura prévia para a imprensa e para produções artísticas, deu ao presidente poder para intervir em estados e municípios e, por fim, tornou ilegais quaisquer reuniões políticas não autorizadas previamente pela polícia e instituiu toques de recolher. Além disso, escreve Seligmann-Silva (2022) sobre o AI-5:

A lei foi reduzida a força da lei [...]. Mas é importante destacar que a prática generalizada da violência através da perseguição, do encarceramento, da tortura, do assassinato de opositores deu-se *fora da lei*, nas bordas desse aparato jurídico em si monstruoso (que, além de implantar o estado de exceção e suspender o *habeas corpus*, previa a pena de morte que nunca foi aplicada juridicamente, **mas apenas às escondidas nos porões da ditadura**). Este ponto é essencial, porque revela o quanto esse estado de exceção desprezou (e despreza) as regras do jogo jurídico, e, portanto, as ações acobertadas por esse mesmo Estado merecem um tratamento excepcional no sentido de que não se deve alegar que nele havia algo como um estado de direito amparando as ações dos membros do aparelho de repressão. **As execuções eram realizadas sem prévio julgamento. As leis de exceção serviam apenas para dar uma aparência de ordem judicial a um governo que, na verdade, “punha e dispunha” das leis e dos homens como queria. Elas serviam para encobrir a radicalidade da exceção e da violência praticadas pelo Estado** (p. 206-207, grifos meus e do autor).

O Édito 13/2019 da Nova Ordem do Impresso “cria o Departamento de Preservação dos Valores da Nova Ordem (DEPRAVANO) e proíbe a produção, venda e circulação de publicações não aprovadas pelo DEPRAVANO” (KUCINSKI, 2019, p. 23). O Édito 9/2019 “cria a Agencia Nacional de Vigilância Digital (ANVID), veda o acesso às mídias sociais [...]; o artigo 3 do édito proíbe sites, blogs e jornais digitais informativos e de entretenimento, exceto os de gênero Gospel e de esportes” (KUCINSKI, 2019, p. 31). Em entrevista dada em 2019, ano da publicação de *A nova ordem*, Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro e, à época, Deputado Federal, afirmou que, se a esquerda se radicalizasse no Brasil, a resposta do governo poderia vir “via um novo AI-5” (MAZUI, 2019). Eduardo também disse constituir a esquerda um “inimigo interno” (MAZUI, 2019) do país, que deveria, portanto, “ser aniquilado” (MAZUI, 2019).

Em “Sorvedouro de pessoas”, segundo capítulo de *K.*, K. se pergunta como não foi capaz de perceber “o tumulto dos novos tempos” (KUCINSKI, 2016a, p. 16), já que era “escolado em política” (KUCINSKI, 2016a, p. 16). K. associa o súbito desaparecimento da filha ao desaparecimento de dois estudantes judeus da Medicina, sobre o que ouvira rumores em Bom Retiro, dias atrás. Pensar nisso, fá-lo sonhar com a própria experiência, em menino, na Polônia, quando a sapataria do pai fora invadida por cossacos que exigiam que se lhes fossem costuradas as polainas das botinas. A repetição do trauma, faz com que, em sonho, K. seja levado a repeti-lo ainda uma terceira vez, como nos explica Freud (2020a) ser comum nas neuroses traumáticas.

Mais adiante, no capítulo “Os informantes”, K. se lembra da experiência vivida em Varsóvia, quando fora procurar a irmã, Guita, “presa num comício do Partido que ajudara a fundar, o *Linke Polai Tzion*³²” (KUCINSKI, 2016a, p. 37, grifo do autor). O momento de subida das escadas de mármore branco do Clube Militar, onde K. vai procurar saber o que aconteceu com A., faz com que K. tenha sobre a experiência sensação de repetição do trauma vivido na juventude. A repetição, a atuação da lembrança recalcada, faz emergir-lhe a memória de violências “que julgava soterrada[s] sobre os escombros da memória” (KUCINSKI, 2016a, p. 37).

Depois de ter sido “arrastado pelas ruas de Wloclawek³³, acusado de subversão pela polícia polaca” (KUCINSKI, 2016a, p. 37), K. emigrara às pressas para o Brasil, “deixando [para trás] mulher e filho, que só se juntariam a ele no Brasil um ano depois” (KUCINSKI, 2016a, p. 37). K. “Foi solto na condição de emigrar, além da propina coletada pelos amigos de militância. Sua irmã, Guita, cinco anos mais velha, não tivera a mesma sorte. Morreu tuberculosa no frio da prisão” (KUCINSKI, 2016a, p. 37).

Em retrospecto, K. atribui sentido a experiências vividas com a filha, recentemente, e se culpa por não ter sido capaz de compreender o que se passava no presente e, com base no que já vivera com sua irmã, entrever o que poderia ser o futuro e evitá-lo. Ainda subindo as escadas do Clube Militar,

A imagem de Guita puxou a do delegado que o expulsara do topo da escadaria de Varsóvia aos gritos de que sua irmã nunca fora presa, de que teria fugido para Berlim, isso sim, com algum amante.

Ainda pensava em Guita quando chegou ao general, que o recebeu de maus modos. Mandou-o sentar com rispidez. Reclamou que ele estava espalhando na comunidade judaica acusações pesadas e sem fundamento contra os militares. E se

³² “Literalmente: Partido dos Trabalhadores de Sion de Esquerda, dissidência à esquerda do *Polai Tzion*, partido sionista de orientação marxista criado no início do século XX na Europa Oriental, depois que o Bund, partido comunista judeu, rejeitou o sionismo” (KUCINSKI, 2016a, p. 37, nota de rodapé).

³³ “Pequena cidade do oeste da Polônia, onde se deu o primeiro massacre organizado da população judaica pelas tropas alemãs na invasão da Polônia” (KUCINSKI, 2016a, p. 37, nota de rodapé).

sua filha fugiu com algum amante para Buenos Aires? O senhor já pensou nisso? (KUCINSKI, 2016a, p. 37).

3.1.2 O assédio às famílias dos desaparecidos e o historiador materialista que, sem intenção, reproduz o silenciamento e apagamento de vítimas

Em 1976, dois anos após o desaparecimento de Ana Rosa e Wilson, a família Kucinski foi procurada pelo comerciante Flávio Ferreira da Silva e pelo advogado Roberto Damiani, que lhes cobraram um total de 65 mil cruzeiros em troca das informações sobre o paradeiro de Ana Rosa que porventura descobrissem por meio de seu contato no II Exército, o Sargento José Sanches Valejo. Convencidos de que nem Ana Rosa nem Wilson estavam nas dependências do Exército em São Paulo, Flávio, Roberto e Valejo decidiram insistir em seu falso paradeiro para que recebessem de sua família o dinheiro que exigiam.

Desconfiado, Bernardo Kucinski lhes pediu, então, uma série de provas de seu encontro com a irmã, o que incluía uma carta de próprio punho escrita por Ana, a qual Flávio decidiu forjar, pedindo, para tanto, ajuda à sua esposa Nair de Carvalho Ferreira, sargento da Polícia Feminina, que redigiu a carta e a assinou como sendo Ana Rosa Kucinski. Em posse da carta, Kucinski notou não se tratar nela da caligrafia de sua irmã, e, numa última tentativa de efetuar seu golpe, o bando decidiu levar ao encontro de Kucinski o policial reformado Romão Guilherme Filho e o policial ferroviário Ubirajara Ribeiro da Silva, que, para conferir veracidade à sua história, deveriam interpretar, respectivamente, um coronel da corporação e seu motorista e confirmar as mentiras até então inventadas sobre os paradesiros de Ana Rosa e Wilson.

Kucinski denunciou os seis por extorsão e, embora o então procurador da Justiça Militar Darcy de Araújo Ribeiro tenha aceitado sua denúncia, ela passou a constar no prontuário aberto pelo Comando do II Exército no nome de Bernardo Kucinski. O documento alegava que a denúncia fora criação de Bernardo Kucinski com o objetivo de denegrir a imagem dos Órgãos de Segurança. O prontuário contava também com sua denúncia contra a Ditadura Cívico-Militar feita à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e com sua participação, em 1975, no seminário “Jornalismo Econômico e as multinacionais”. Anos mais tarde, a Marinha incluiu na ficha de Kucinski a suspeita de que fosse um espião do Serviço Secreto Israelense e lhe transmitisse informações sobre o programa nuclear brasileiro.

Em “Os informantes”, quarto capítulo de *K., K.* é abordado por Caio e Amadeu que lhe garantem, através de seus contatos no Exército, que A. está viva e presa em São Paulo. Dois dias depois, Amadeu o procura e lhe cochicha “que houve um engano, ela nunca esteve presa, nunca, repete com ênfase” (KUCINSKI, 2016a, p. 33). Mais tarde, no mesmo dia, Caio lhe

telefona “e pronuncia as mesmas palavras, como se estivesse repetindo uma mensagem-padrão. Foi engano, ela nunca esteve presa; nunca, repete com ênfase. E desliga sem esperar resposta” (KUCINSKI, 2016a, p. 33).

Convencido de que seus informantes mentem, K. se pergunta o porquê de primeiro dizerem que sabem do paradeiro de A. e depois desdizerem. Por indicação de um farmacêutico que afirma poder ajudá-lo, K. se dirige a uma galeria no centro de São Paulo, onde conhece um sujeito que, dois dias depois, telefona-lhe e lhe diz que sua filha fugiu para Portugal há mais de um mês. “Impossível, avalia K. Mentira feia. A filha não o faria sofrer assim. Mesmo não podendo contatar o Brasil, de Portugal poderia se comunicar com parentes em Israel, ou com o irmão na Inglaterra, com quem se correspondia” (KUCINSKI, 2016a, p. 35).

Na semana seguinte, K. recebe um pacote vindo de Portugal em cujo remetente se encontra o nome de A., escrito à mão. “Contém cartazes políticos da Revolução dos Cravos. Não é a escrita da filha, ele logo vê. A letra da filha é ligeiramente inclinada para a direita e uniforme, de traços elegantes, como num exercício de caligrafia. Montaram uma farsa. **Um teatro para me torturar.** Estão todos mancomunados, esses informantes. É uma rede sórdida” (KUCINSKI, 2016a, p. 35-36, grifo meu).

As mentiras contadas às famílias dos desaparecidos e as mentiras inventadas sobre a reputação dos desaparecidos e de suas famílias são parte da tortura efetuada pelos militares. Kucinski representa em *K.* momentos diferentes desses assédios experienciados por ele e sua família desde o desaparecimento de Ana Rosa até os dias de hoje. Em 1987, Amílcar Lobo³⁴, médico psiquiatra e tenente do Exército, disse ter vaga lembrança de ter visto Wilson Silva entre os mortos levados para a Casa da Morte, em Petrópolis, história mais tarde confirmada pelo ex-sargento Marival Chaves do Canto³⁵, em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 2012. Em 1993, no entanto, um relatório da Marinha afirmava ter sido Ana Rosa sequestrada pela *Central Intelligence Agency* – CIA dos Estados Unidos, acusada também de repassar informações ao Serviço Secreto Israelense.

Em 15 de dezembro de 1993, Bernardo Kucinski publicou, no jornal *Folha de São Paulo*, o artigo “Tortura, ontem e hoje”, em que, entre outras coisas, escreveu:

Há 19 anos sofro com o desaparecimento de minha irmã, Ana Rosa Kucinski e seu marido Wilson Silva, ativistas da Ação Libertadora Nacional (ALN), presos pela repressão em São Paulo e levados para a casa-prisão onde foram esquartejados, conforme o depoimento do ex-sargento Manoel Chaves [Marival], na revista *Veja* de

³⁴ Mais sobre Amílcar Lobo, que também [quase] foi psicanalista, no tópico 3.1.6, “O poder libertador ou destrutivo da psicanálise”, deste mesmo capítulo.

³⁵ Mais detalhes sobre o ex-sargento e seu depoimento, no próximo capítulo, *Perlaborar*: a busca árdua e consciente pela libertação.

18/11/93, e outros testemunhos. Seu jornal, em matérias de Mário Simas Filho, deu grande destaque a um trecho de um relatório da Marinha que diz ter sido minha irmã morta pela CIA e não pela repressão doméstica. Para vender a mentira, a Marinha alega que tanto ela como eu passavam[os] ‘informações sobre o avanço da tecnologia nuclear brasileira para Israel’. Nem o repórter nem o jornal deram-se ao cuidado de checar as alegações. Lamento que um deputado do partido a que pertença, do PT [Partido dos Trabalhadores], tenha tão ingenuamente disseminado o relatório da Marinha. **Sr. Editor, não tenho sequer onde venerar a memória da minha irmã, pois seus restos foram espalhados não se sabe onde. Não posso pedir a punição de seus assassinos, pois foram anistiados coletivamente e por antecipação. Agora tenho que pedir que não tirem dela o direito de ter morrido como ativista da Ação Libertadora Nacional. Parem de torturar. Tortura, nunca mais** (KUCINSKI, 1993, p. 1, grifo meu).

Em seu artigo, Kucinski pedia, como Adorno (2021a), que não tirássemos dos mortos sua lembrança, sua subjetividade e, por conseguinte, sua humanidade. Sistemáticamente, primeiro com seu desaparecimento, depois, com o ocultamento de seus despojos e, por fim, com a difamação de seus nomes, o que a Ditadura Cívico-Militar tentou fazer com suas vítimas foi desumanizá-las, esquecer-las, apagá-las. Em nossa espiral, vamos ao primeiro capítulo de *Os visitantes*, livro posterior a *K.*, que fala sobre sua recepção e é dedicado à memória de Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva.

Em “A velha com o número no braço”, o narrador é visitado em sua casa por uma senhora que, com seu livro na mão, pergunta-lhe sobre ser ele seu escritor. Após sua confirmação, a velha, de nome Regina Borenstein, diz-lhe haver no livro um erro que precisa ser corrigido. Mantendo-se à porta do apartamento, ela diz: “É sobre o holocausto, o senhor escritor escreveu que os alemães registravam todas as pessoas que matavam, mas isso não é verdade! Só registravam os que eram separados para o trabalho forçado, e só em Auschwitz. A maioria ia direto para a câmara de gás, os velhos, as crianças, os que pareciam fracos; imagine se iam registrar cada um [...]. Seu livro está errado!” (KUCINSKI, 2016b, p. 12).

Confessando que não sabia das coisas que Regina lhe narrara, o narrador lhe explica “que os escritores às vezes se valem de fatos reais para criar uma história, e podem até **torcer os fatos, para dar mais força à história**” (KUCINSKI, 2016b, p. 13). Surpreendendo-o, ela lhe grita que, torcendo os fatos, não demoraria para que ele passasse também a negar o Holocausto.

Regina não é uma historiadora, mas uma vítima e uma testemunha. Frente ao argumento que, para a o narrador, vítima e testemunha da Ditadura Cívico-Militar Brasileira, parece convincente, ela lhe aponta como sua figura de linguagem representou, em sua história, o apagamento de milhares de mortos, aqueles cuja falta de registro fora ignorada pelo escritor como “um detalhe sobre o holocausto, [...] [com a intenção] de ressaltar a crueldade dos desaparecimentos no Brasil” (KUCINSKI, 2016b, p. 13).

O narrador percebe, entristecido, o quanto custou à Regina a licença poética empregada por ele num livro que pretendia servir de memorial sobre a violência da repressão brasileiras. Quando, em comparação, escreveu que os militares brasileiros não registravam seus mortos, ao passo que a SS mantinha registro de todos, silenciou aqueles não registrados pela polícia alemã, tomou desses assassinados sua vaga lembrança. Regina lhe conta sobre a irmã, Blima, e os sobrinhos Josef e Mendel, estes desaparecidos antes mesmo de terminarem o colegial. E então:

Por um breve momento a velha se calou, pensativa. Súbito perguntou: Vocês nunca descobriram? Eu disse: Não. Ela disse: Eu também não. A vida toda procurei, no Yad Vashem, na Cruz Vermelha, nunca deixei de procurar, igual esse senhor K. da sua história que procurou a filha por toda parte, até a Berlim Oriental eu fui, depois que caiu o muro... Quando penso que depois de mim não haverá ninguém para procurar...

Consternado, balbuciei um sintoma muito. Então ela disse: Quem sabe essa Comissão da Verdade descobre... Sumiram com a professora de química porque era da resistência, não por ser judia. Pois saiba que lá também todos os que foram pegos na resistência sumiram, os nazis reabriram as fossas e queimaram tudo [...]. Foi um decreto de Hitler, quando viu que a guerra estava perdida.

[...] Disse a ela: Aqui os generais decidiram sumir com todos que conseguissem pegar numa reunião secreta. Ela disse: O decreto do Hitler também foi secreto. Eu disse: Um jornalista chegou a publicar um pedaço da ata dessa reunião, mas quando a ditadura acabou não se encontrou nada (KUCINSKI, 2016b, p. 14).

A violência, introjetada em nós desde a nossa existência enquanto sociedade, reflete-se em nossas produções artísticas, mesmo quando não o percebemos. Kucinski, na tentativa de compor, ativamente, um memorial sobre a barbárie, age de modo a violentar aqueles desaparecidos pelo governo nazista, fazendo de seu texto, no que, para ele não passava de uma hipérbole, um documento bárbaro para Regina. Regina que representa as famílias dos desaparecidos na Alemanha que, breve, não mais terão quem os procure. A história, implacável, em seu progresso contínuo, passa por sobre os restos de seus mortos vitoriosa, chamando seu percurso de desenvolvimento. Falando sobre a barbárie, Kucinski faz de seu documento prova da barbárie inconsciente que nos constitui, a qual nos faz pensar em termos estéticos sobre os sofrimentos dos outros.

Esquecer significa torturar novamente. Esquecer significa manter a violência recalcada, e o sujeito eternamente preso à compulsão à repetição que lhe faz atuar sem cessar o trauma vivido. No Brasil, a tortura se renova, quando, propositadamente, o Estado mantém as famílias dos desaparecidos na eterna incerteza que lhes leva a fantasiar um desfecho sobre o qual nunca terão controle: permanecerão no campo do trauma, sem poder desenvolver a angústia sobre o acontecido, já que, sobre o acontecido, pouco ou nada sabem.

O *Post Scriptum* de K., escrito em 31 de dezembro de 2010, narra o telefonema, recebido quatro décadas depois pelo filho desse narrador em terceira pessoa que de quando em quando se faz sujeito no livro. A mulher que liga se apresenta e “Diz que chegara havia pouco do

Canadá, onde fora visitar parentes e que conversavam em português numa mesa de restaurante quando se aproximou uma senhora e se disse brasileira dando seu nome completo, o nome da tia desaparecida” (KUCINSKI, 2016a, p. 168). O narrador não acredita na mulher. Lembra-se de como as pistas falsas e as mentiras faziam parte do sistema de tortura da repressão: a tortura aos que ficaram, às testemunhas. “Esse telefonema – concluí – é uma reação à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela Ordem dos Advogados do Brasil, na qual uma artista de teatro personificou o seu desaparecimento. O telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado” (KUCINSKI, 2016a, p. 31).

Na ficção, anexo a *Os Visitantes*, o capítulo “*Post mortem*” traz na íntegra a transcrição da entrevista dada pelo ex-delegado de polícia Carlos Batalha, que detalha crimes cometidos pela ditadura num programa de televisão. Na realidade, o ex-delegado de polícia Cláudio Guerra, que assume ter matado, à época da ditadura, mais de 100 pessoas, concedeu entrevista ao programa *Observatório da Imprensa*, da TV Brasil, em 2012. Na ficção, como na realidade, o ex-delegado se diz arrependido e fala sobre os presos assassinados e incinerados, afirmando ter sido dele a ideia da incineração – já utilizada por Hitler, diga-se de passagem, conforme relatado pela personagem Regina. O ex-delegado fala de A(.)na Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva, afirmando que viu os corpos dos dois e que eles “estavam nus e sem perfuração de bala. Não foram mortes por tiro, que são menos sofridas, foram mortes por tortura. O [corpo] da professora tinha marcas roxas de espancamento e outras marcas vermelhas, o do marido estava de unhas arrancadas” (KUCINSKI, 2016b, p. 80).

No final da entrevista ficcional, o Procurador Geral da Justiça Said Siqueira, coordenador da força-tarefa criada pelo Ministério Público Federal para investigar os desaparecimentos, afirma terem sido as alegações de Carlos Batalha, invenções, “um truque” (KUCINSKI, 2016b, p. 82), para enquadrar os desaparecimentos da ditadura à Lei de Anistia, já que, sem provas das execuções, configura-se, para a Justiça Brasileira, como crime continuado de sequestro, o qual ainda seria passível de punição. “[...] ora[,] se tomarmos como verdade que os corpos foram cremados, deixa de ser crime continuado e os criminosos se safam, ganham a imunidade da Lei de Anistia” (KUCINSKI, 2016b, p. 82). Em nome de um pressuposto jurídico, nega-se às famílias das vítimas a perspectiva da verdade e às vítimas a possibilidade de que se concretize a sua memória. Em “Considerações sobre a guerra e a morte”, Freud (2020b) escreve: “Cada membro individual de um povo pode, nesta guerra, constatar, com horror, algo que, ocasionalmente, já tendia a lhe ser imposto em tempos de paz: que o Estado impediu ao indivíduo o uso da injustiça não porque quer aboli-la, mas porque quer monopolizá-la, como fez com o sal e o tabaco” (p. 104-105).

3.1.3 A reiterada violência da Universidade de São Paulo e o assassinato dos professores pela Nova Ordem

Para além dos militares, há, em toda a obra de Kucinski, forte crítica às universidades públicas e à sua postura mediante a Ditadura Cívico-Militar e os seus resquícios. Segundo é possível ler na orelha de *K.* e de outros livros do autor publicados pela Companhia das Letras, Bernardo Kucinski se aposentou como professor de jornalismo da Universidade de São Paulo, onde também se formou e de onde sua irmã era funcionária quando de seu desaparecimento em 1974. Num dos meus capítulos favoritos de *K.*, melhor analisado no próximo capítulo deste trabalho, Kucinski se dispõe a recontar, ironicamente, a reunião da Congregação do Instituto de Química da USP, quando seus membros, mesmo sabendo do sequestro da professora Ana Rosa, votaram favoravelmente ao seu desligamento do Instituto por “abandono de função”.

Propor que Ana Rosa Kucinski tivesse abandonado suas funções na universidade e merecesse, portanto, ser dela exonerada, era violentá-la novamente e à sua memória, privando-a da realidade sobre sua postura enquanto profissional, seu combate à ditadura e o que de fato fora feito com ela. Escreve Freud (2020b) que, ao contrário do que poderia supor o senso comum, a experiência psicanalítica vinha mostrando “que os seres humanos mais perspicazes de repente se conduzem com tão pouco discernimento quanto os imbecis, tão logo o necessário discernimento encontre neles uma resistência afetiva, mas que também recuperam inteiramente a compreensão quando essa resistência é superada” (p. 115). Daí que não seja surpreendente, embora nos decepcione, saber que nossos pares, considerados a nata da intelectualidade brasileira, mediante resistência afetiva qualquer que lhes tenha sobressaltado quando da ditadura, tenham escolhido agir como os imbecis e os covardes, abrindo mão de seu discernimento. A votação da Congregação, conforme nos conta Kucinski (2016a), aprovou a demissão de Ana Rosa Kucinski contando com 13 votos favoráveis e dois brancos, todos anônimos. Escreve-nos também Freud (2020d) que “Uma infinidade de pessoas dotadas de cultura, que recuará aterrorizada diante do assassinato ou do incesto, não se impede a satisfação de sua ganância, de seu prazer em agredir, de seus apetites sexuais, e não se abstém de prejudicar o outro através de mentira, de traição, de calúnia, desde que possa fazê-lo permanecendo impune” (p. 241).

Apenas no dia 17 de abril de 2014, já instaurada a Comissão da Verdade e já publicado *K.*, o Instituto de Química da USP “anulou a demissão por abandono de cargo [da professora Ana Rosa Kucinski], que havia sido decidida em 1975” (MARANHA, 2014). A demissão por justa causa tornou a ser colocada em pauta na Congregação do Instituto pela CNV, e sua

presidente da USP, Janice Camargo, afirmou ter sido a anulação da primeira decisão uma “tomada de consciência do que deveria ter acontecido naquela época” (CAMARGO *apud* MARANHA, 2014).

Em 22 de abril também de 2014, inaugurou-se no Instituto de Química da USP um monumento em homenagem a Ana Rosa Kucinski. Na ficção, uma ex-aluna do Instituto, ofendida pelas colocações do narrador em seu livro anterior sobre um de seus professores, conta-lhe sobre a moção de repúdio que a universidade intentara publicar contra ele: “Logo que ela se foi, telefonei ao editor da revista da Adusp³⁶, Pomar, para confirmar se houve a tal moção de repúdio. Ele disse que sim. Perguntei: Aprovada por unanimidade? Ele disse: Aprovaram com um manear de cabeças, exceto um que argumentou que era ficção, e eu soube que posteriormente o diretor achou por bem esquecer o assunto” (KUCINSKI, 2016b, p. 57). O excerto se encontra no capítulo “Nono visitante”, de *Os visitantes*, livro cuja epígrafe repete à de *K.*: “Tudo aqui é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCINSKI, 2016b, p. 9).

No início de sua procura por A., K. vai ao Instituto de Química, onde encontra algumas de suas amigas:

Ela não veio hoje, disseram as amigas. Hesitantes, olhavam de soslaio umas para as outras. Depois, como se temessem a indiscrição das paredes, puxaram K. para conversar no jardim. Então revelaram que havia onze dias que ela não aparecia. Sim, com certeza, onze dias, contando dois finais de semana. Ela, que nunca deixara de dar uma única aula. Falavam aos sussurros, sem completar as frases, como se cada palavra escondesse mil outras de sentidos proibidos.

Insatisfeito, agitado, K. queria ouvir outras pessoas – quem sabe os superiores da filha tivessem alguma informação? Se ela tivesse sofrido um acidente e estivesse hospitalizada decerto teriam contatado a universidade. As amigas alarmaram-se. Não faça isso. Por enquanto, não. Para dissuadi-lo, moderaram a fala, pode ser que ela tenha viajado, se afastado por alguns dias por precaução. Desconhecidos andaram perguntando por ela, sabe? Há gente estranha no campus. Anotam chapas de carros. Eles estão dentro da reitoria. Eles quem? Não souberam responder (KUCINSKI, 2016a, p. 18).

Mulheres, professoras e/ou alunas, são as únicas com quem K. pode contar para lhe falarem sobre o que aconteceu com sua filha. Da reunião da Congregação transcrita, apenas professores homens fizeram parte. O capítulo que abre *A nova ordem*, “A Nova Ordem proclama seu advento. O fechamento das universidades e a morte do pensamento crítico”, inicia-se com a reunião dos mais brilhantes cientistas, levados pelos militares, no meio da noite, para um galpão. Dentre os professores, já “Não se vê uma única mulher” (KUCINSKI, 2019, p. 9). Durante o capítulo, lemos a transcrição do Édito 14/2019 da Nova Ordem, já aprovado há tempos quando daquela reunião:

³⁶ Associação de Docentes da Universidade de São Paulo.

O Édito 14/2019 da Nova Ordem do Ensino Superior fundiu os Ministério da Educação[,] da Cultura e do Esporte num só da Formação Moral e Cívica e fechou as universidades federais, ressaltando cursos de economia agrícola e veterinária; o artigo 3 extingue as disciplinas de sociologia e política, psicologia, literatura, história e geografia, antropologia e línguas estrangeiras, exceto o hebraico, e as substituiu pelas de Educação Moral e Cívica, Criacionismo e Estudos Bíblicos; o artigo 4 institui o ensino à distância; o artigo 5 restringe a instituições militares cursos de direito, engenharia, física, química, matemática, biologia, medicina e psiquiatria; o artigo 6 institui as disciplinas obrigatórias Gestão Patriótica e Guerra Psicológica Adversa em cursos para quadros dirigentes; finalmente, o artigo 7 extingue as cotas raciais, os quatro programas de financiamento estudantil do ensino superior (Prouni, Pronatec, Fies e Sisu) e o programa Ciências sem Fronteiras (p. 18).

Os professores se sentem elogiados por estarem ali, o que lhes faz compreender serem considerados os mais importantes cientistas do país. Discutem frivolidades sobre suas vidas pessoais, sobre os trabalhos uns dos outros e, por fim, se devem ou não considerar o estado em que vivem fascista, ou se, para serem teoricamente mais precisos, o correto seria considerarem-no “um estado excitado do capitalismo que se manifesta sempre que é preciso refrear os avanços do povo” (KUCINSKI, 2019, p. 15).

Antes de serem todos metralhados e terem seus corpos despejados num grande fosso, um dos professores pergunta ao coronel que lhes dera ordem de caminhar ordeiramente até onde outros soldados lhes indicasse o que lhes aconteceria: “— Quem é o senhor? Pergunta o coronel./ — Sou o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina./ — As universidades federais não existem mais, retruca o coronel” (KUCINSKI, 2019, p. 18), em seguida do que “lhe desfere uma coronhada na testa” (KUCINSKI, 2019, p. 19).

Em artigo publicado em agosto de 2019, o jornalista Rogerio Galindo listou o que chamou de “Os sete pecados de Bolsonaro contra as universidades federais”. Em março daquele ano, Bolsonaro emitira “decreto que determinava a extinção de 21 mil cargos, funções comissionadas e gratificações do serviço público federal, dificultando a administração das instituições”. Seu então ministro da educação era Abraham Weintraub, que ameaçou cortar as verbas de universidades e institutos federais que promovessem “balbúrdia”, disse que os cursos de Ciências Humanas não davam retorno à sociedade e que tinha como objetivo “descentralizar [o] investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas), [...] foca[ndo] em áreas que ger[ass]em retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.” (WEINTRAUB *apud* GALINDO, 2019).

O corte de verbas destinadas às universidades públicas, em 2019, equivalia a R\$ 1,5 bilhão, o que “inviabiliza[va] a continuidade do ensino em 70 universidades e coloca[va] em risco a pesquisa de 202 mil mestrandos e doutorandos” (GALINDO, 2019). Em maio, Bolsonaro chamou os alunos e professores que se manifestavam contra os cortes de “idiotas

úteis” e de “massa de manobra”. Quando da segunda manifestação com o mesmo propósito, o Ministério da Educação – MEC estipulou que “professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis não [...] [fossem] autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário e no ambiente escolar” (GALINDO, 2019).

Como projeto que visava fortalecer a autonomia financeira das universidades e institutos federais, o governo Bolsonaro criou o Future-se, programa que incentivava que as universidades buscassem outras fontes de financiamento, “como gestão de imóveis, registro de patentes, cessão de campi, prédios, internacionalização de profissionais e investimento do setor privado” (GALINDO, 2019). Em relatório, a Universidade Federal do Paraná – UFPR afirmou ser o programa “vago e traz[er] uma série de problemas, como a redução da autonomia das universidades e da transparência na gestão; separação entre ensino, pesquisa e extensão; a superficialidade da proposta de internacionalização e o risco de interferência na gestão dos hospitais universitários” (GALINDO, 2019). Por fim, até agosto de 2019, Bolsonaro já havia intervindo diretamente na nomeação à reitoria de pelo menos quatro universidades, que tiveram suas eleições para o cargo ignoradas. À época, o Governo Federal decretou que as listas de candidatos à reitoria deveriam, antes de serem aprovadas, “passar pelo crivo da Secretaria de Governo antes de chegar ao presidente” (GALINDO, 2019).

Ainda candidato à presidência, em 2018, Bolsonaro afirmou, em entrevista à TV Cidade Verde, do Piauí, considerar a política de cotas “equivocada” e “coitadismo”. Segundo ele, a ação afirmativa reforçaria o preconceito e deveria ter fim no seu mandato (G1, 2018). Em agosto de 2022, já em campanha para reeleição, Jair Bolsonaro “dedicou a manhã a receber no Palácio do Alvorada famílias defensoras da educação domiciliar, que entoaram hinos religiosos e fizeram uma oração por um segundo [seu] mandato” (IDOETA, 2022), o que tornou a fazer em setembro do mesmo ano. Em seu programa de governo para o caso de uma reeleição, Bolsonaro defendia “a premissa de que os pais são os principais atores na educação das crianças, e não o Estado” (IDOETA, 2022). Em maio de 2022, fora aprovado pela Câmara dos Deputados o projeto de lei que regulamentava a educação domiciliar.

Em 28 de novembro de 2022, “durante o jogo da seleção, o governo informou bloqueio de R\$ 1,4 bilhão na Educação, sendo que deste valor, R\$ 344 milhões seriam retirados das contas das universidades” (OLIVEIRA, 2022). Após manifestação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes e de outras entidades ligadas à educação, em dezembro de 2022, o governo informou que restituiria os valores congelados. “Na prática, [isso] significava reestabelecer os valores para que as universidades pudessem [...]

pagar contas de serviços já fornecidos, como água, luz, segurança e contratos terceirizados” (OLIVEIRA, 2022).

Em janeiro de 2018, às vésperas da eleição que faria de Bolsonaro presidente da república, Bernardo Kucinski foi entrevistado pelo *Jornal da USP* sobre o memorial inaugurado no campus da universidade em 2011 em homenagem aos membros da USP vítimas da Ditadura Cívico-Militar. “Composta de placas de concreto, a obra idealizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade (NEV) é uma homenagem aos professores, funcionários e estudantes que foram mortos ou desapareceram durante o período da ditadura militar (1964-1985) [...] [e] faz parte do projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)”. O motivo da entrevista? As placas estavam sendo depredadas. Na ocasião da matéria publicada pelo jornal, quase todas as placas continham várias pichações.

3.1.4 As incontáveis mortes dos corpos “desaparecíveis” e o imperativo capitalista de destruir de uma vez o mundo

Dizem que subi aos céus, porque meu corpo nunca foi encontrado e querem até me canonizar. Mentira. Meu corpo nunca foi encontrado porque deceparam minha cabeça e queimaram meus despojos. [...] mas eu estou aqui, com vocês, porque o espírito da liberdade é eterno. Não sou santo nem milagreiro, não pertencço à Igreja, não pertencço aos colonizadores, pertencço ao povo guarani. (KUCINSKI, 2023, p. 126-127)

O capítulo 14 do último livro publicado por Bernardo Kucinski, *O congresso dos desaparecidos*, trata do “inaudito” (KUCINSKI, 2023, p. 121). Após acompanharmos os discursos feitos pelas almas de vários dos presos políticos desaparecidos pela Ditadura Cívico-Militar Brasileira, chegam ao congresso três figuras inesperadas: Tiradentes, Zumbi dos Palmares e Sepé Tiaraju³⁷. Os três narram, então, de que modo, mesmo sendo seu assassinato

³⁷ Sobre a ida de Tiaraju ao congresso, nosso narrador pergunta a Rodriguez, seu interlocutor, por que ele aparecera, já que, sendo indígena, seu espírito deveria habitar outra cosmogonia. Rodriguez lhe responde que isso se deu devido a evangelização que os jesuítas fizeram dos povos originários no Brasil e, a isso, segue-se esse interessante diálogo: “— Você sabia dessa história? Perguntei.

— Sim, no Rio Grande do Sul é muito conhecida, e o Sepé é cultuado como um herói, há até um poema épico do Basílio da Gama que glorifica a luta de Sepé contra os invasores.

pelas mãos do Estado conhecido pelas pessoas, enquadraram-se na categoria de desaparecidos a que o congresso se destinava, e seus discursos, feitos um seguido do outro, seguem, respectivamente, na ordem em que foram apresentados no livro:

Estamos aqui para reivindicar nosso lugar. **Fomos retalhados e nossos despojos entregues às feras, como aconteceu a alguns dos que aqui estão e, assim como vocês, permanecemos até hoje sem lápide e sem sepultura.** Também comungamos dos mesmos ideais de liberdade. Como vocês, lutei pela liberdade, igualdade e fraternidade, os ideais da revolução republicana. **Meus algozes apropriaram-se da minha imagem para distorcê-la,** falam que conspiramos por motivos materiais, por cobiça. De fato, a coroa portuguesa exigiu de nós mais ouro do que podíamos entregar. Mas pouco falam de meus ideais republicanos e iluministas. **Minha luta era pela independência e por uma República laica, guiada pelos princípios da impessoalidade, da justiça e da solidariedade, tudo isso que a camarilha fascista quer nos negar. Há entre eles até monarquistas, saudosos da escravatura. Tentaram extinguir o feriado de 21 de abril; se pudessem, apagavam meu nome dos livros e das praças. Tentaram acabar com o Estado republicano e vão tentar de novo.** Viemos até este encontro para vos conclamar à luta! (KUCINSKI, 2023, p. 123-124, grifos meus).

Para quem não me conhece, sou Zumbi dos Palmares, filho de Ogum; minhas lembranças de infância são poucas e confusas, sei que fui feito capitão das armas por meu tio Ganga Zumba e que ele foi covardemente envenenado; sou, como ele, guerreiro e lutador. Durante quinze anos lutei contra capitães do mato. Palmares enfrentou dezoito expedições. Sobreviveu quase duzentos anos. Não venho a este congresso para falar por mim. **Venho como mensageiro dos orixás para falar pelos milhares de negros que resistiram em Palmares e em tantos quilombos pelo Brasil afora, dos quais pouco se fala nas escolas e nos livros; dos negros que foram despejados nas águas do Atlântico durante o tráfico negreiro, dos que foram chicoteados e supliciados no pelourinho, das mulheres negras que foram estupradas pelos senhores de engenho, dos negros mortos no Paraguai, soldados de uma guerra que não era nossa, em troca de promessas de alforria jamais cumpridas. Eu vos digo, todos os negros que vagam sem sepultura a nós se juntarão! O trabalho escravo ainda não acabou, só mudou de forma!** (KUCINSKI, 2023, p. 124-125, grifo meu).

Amigos e amigas, vim de muito longe, por isso tardei, vim dos Sete Povos das Missões. Fui batizado e crismado. Meu nome de batismo é Joseph e meu nome de guerra é Sepé Tiaraju, que significa Facho de Luz. **Fui salvo pelo povo guarani**

— Não sabia de nada disso.

— **Pois saiba que as missões jesuíticas inspiraram os socialistas europeus, são um caso notável de percurso de uma utopia, eram sociedades comunista e tiveram tanto sucesso que retornaram ao imaginário europeu influenciando Hegel, os iluministas, os socialistas utópicos e até os anarquistas, ao ponto de os seguidores de Babeuf e Blanqui serem chamados pelos operários parisienses de jesuítas vermelhos.**

— E eram mesmo comunistas?

— Comunistas e prósperas; a propriedade dos meios de produção era social com incorporação de práticas cooperativas na caça já existentes entre os guaranis; tinham milhares de cabeças de gado e exploravam a erva mate que era exportada, tinham escolas, corais, oficinas de arte, de carpintaria, até fundição e imprensa; os jesuítas usaram intensamente a arte para erradicar a cultura indígena.

— E como foi que acabaram?

— O bandeirante Raposo Tavares tomou e arrasou dezesseis missões que estavam do lado de cá do rio Uruguai; os jesuítas fugiram e depois voltaram e fundaram os Sete Povos das Missões, que chegaram a abrigar perto de cinquenta mil indígenas, até que em 1750 Portugal e Espanha assinaram um acordo de demarcação de fronteiras pelo qual os Sete Povos das Missões tinham que passar para o lado espanhol. **Os indígenas resistiram à expulsão de suas terras e foram atacados pelos dois exércitos unidos, o português e o espanhol. Deu-se uma batalha tão desigual que morreram mil e quinhentos indígenas e apenas três soldados, um massacre, um genocídio**” (KUCINSKI, 2023, p. 127-128, grifos meus).

depois que meu próprio povo foi massacrado pelos colonizadores. Fui criado para ser pajé, mas meu espírito guerreiro falou mais forte e me tornei morubixaba e chefe dos guerreiros dos Sete Povos das Missões. Assim como Zumbi e Tiradentes, lutei pela liberdade. Quiseram nos expulsar. Mas eu disse ao general, a terra que pisas os céus livres deram a nossos antepassados também livres, e livres a hão de herdar nossos filhos. Enfrentei três mil e setecentos soldados portugueses e espanhóis. Tenho as mãos e o cocar tintos de sangue porque jamais me curvei à vassalagem. **Agora, como fizeram com Tiradentes, querem se apoderar da minha luta e da minha memória. Dizem que subi aos céus, porque meu corpo nunca foi encontrado, e querem até me canonizar. Mentira. Meu corpo não foi encontrado porque deceparam minha cabeça e queimaram meus despojos.** Fui morto covardemente, com um tiro de arcabuz, numa noite de lua cheia, 7 de fevereiro de 1756. Três dias depois, assassinaram mil e quinhentos. Desde então as chacinas se sucedem, mas eu estou aqui, com vocês, porque o espírito da liberdade é eterno. **Não sou santo nem milagreiro, não pertencço à Igreja, não pertencço aos colonizadores, pertencço ao povo guarani.** (KUCINSKI, 2023, p. 126-127, grifos meus).

Tanto Tiradentes, quanto Zumbi e Sepé Tiaraju enfocam, em seus discursos, a violência repetida que seus corpos e seus povos sofreram pelas mãos do Estado brasileiro. Depois de mortos, os três tiveram seus corpos despedaçados e desaparecidos, nunca podendo ser sepultados. Em seguida, seus nomes e suas histórias passaram a, sistematicamente, sofrer tentativas de apagamentos, que incluíram serem excluídos dos livros de história, serem caluniados e, por fim, terem suas luta e memória apoderadas, para tirar-lhes a legitimidade e as subjugarem a interesses absolutamente contrários aos seus.

A razão por que decidi fazer tão longas citações ao *Congresso dos desaparecidos*, embora não seja ele, especificamente, objeto de minha análise, neste trabalho, é o modo sucinto e eficaz por meio do qual Kucinski dá voz e corporeidade à **repetição** das violências física e simbólica cometidas contra determinadas pessoas, que, na história do Brasil, têm sido sistematicamente vitimizadas.

Embora não seja o foco de *K.*, que, afinal, acompanha a trajetória específica do personagem que dá nome ao livro na busca por sua filha desaparecida, a perseguição e os assassinatos de indígenas e quilombolas se deu, também, sabidamente, em larga escala durante o período da Ditadura Cívico-Militar. O que sabemos, no entanto, é que essa violência aconteceu, mas não de que modo se deu ou de fato qual sua extensão, já que mesmo a república em que afirmamos viver não se preocupou com isso. O desaparecimento dos corpos e das memórias indígenas e quilombolas se repete mesmo entre aqueles que também foram vítimas do Estado e/ou que lutam para que ele seja responsabilizado.

No capítulo “O local do testemunho”, de seu livro *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, Seligmann-Silva (2022) escreve, traçando um paralelo entre as práticas dos anos 1964-1985 às do governo Bolsonaro, então vigente:

A ditadura, portanto, está sempre à espreita, e construir uma imagem clara do período de 1964-1985 deve servir para nos vacinarmos contra essas tentativas de generalização renovada do estado de exceção. A continuidade clara entre o regime ditatorial e muitas das práticas do atual governo federal fica patente, por exemplo, no número de vezes em que ele lançou mão da famigerada Lei de Segurança Nacional, de 1983, mais autêntica herança ditatorial, na tentativa de silenciar seus opositores. Outra característica gritante que permite sublinhar essa continuidade, para além da presença recorde de militares em ministérios e ocupando altas funções administrativas, são a **necropolítica e as práticas genocidas. Isso fica claro tanto com relação ao genocídio dos povos indígenas, quanto com relação à atitude negacionista diante da pandemia que, a esta altura, já produziu mais de 660 mil vítimas no Brasil.** (p. 193, grifo meu).

Continua, mais adiante, Seligmann-Silva (2022), falando sobre os relatórios produzidos pela Comissão Nacional da Verdade e o fato de, apesar de eles esclarecerem muito do que aconteceu à época da ditadura, sua abordagem das mortes indígenas ainda ser pouco aprofundada, o que, para o autor, revela “uma clara hierarquização étnica e de classe” (p. 197), mesmo entre aqueles pesquisadores desejosos de recuperar e honrar as memórias dos desaparecidos e mortos pelo Estado:

O relatório da Comissão Nacional da Verdade de dezembro de 2014 estendeu o número de vítimas [da ditadura] para 434 e tornou pública uma série de crimes **como os genocídios indígena e no campo**, temas que ainda precisam ser mais aprofundados. **Esse relatório ainda repete erros basilares, heranças da colonialidade, ao não incluir, por exemplo, o número de indígenas assassinados pela ditadura entre o número oficial de mortos e desaparecidos.** Trata-se de uma clara hierarquização étnica e de classe. (p. 197, grifos meus).

Como espelho que serve da ditadura, lemos em *A nova ordem* o Édito 9/2019 da Nova Ordem Ambiental que:

[...] desobriga proprietários de manterem reservas florestais e matas ciliares. Seu artigo primeiro retira o Brasil do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas; o artigo 2 extingue o Ministério do Meio-Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Instituto Nacional do Meio-Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Agência Nacional de Águas (ANA); o artigo 3 extingue os Parques Nacionais e incorpora suas terras ao Programa de Expansão Acelerada da Fronteira Agrícola (PEAFE); o artigo 4 libera todas as classes de agrotóxicos, sem distinção dos mutagênicos, carcinogênicos e teratogênicos e todas as classes de sementes transgênicas; o artigo 5 libera queimadas nas lavouras de cana; o artigo 6 extingue o Monitoramento do Manejo da Pesca, que fica assim liberada o ano todo, pondo fim aos períodos de defeso; o artigo 7 extingue as Unidades de Conservação (UC) e as Estações Biológicas, exceto a base da marinha Comandante Ferraz, localizada na Antártica; o artigo 8 proíbe o financiamento estrangeiro a ONGs de qualquer natureza e o artigo 9 ordena do desmatamento da Amazônia para sua incorporação ao Programa de Expansão Acelerada das Fronteiras Agrícolas. (KUCINSKI, 2019, p. 96-97).

Na ordem em que aconteceram, algumas das atrocidades faladas e feitas por Bolsonaro e seu governo em relação a pessoas indígenas e quilombolas incluem: em 2015, “afirmou ao *Jornal Opção* que imigrantes e refugiados vindos da África seriam a ‘escória do mundo’”

(BARROSO, s/d, s/p); em 2017, ainda pré-candidato à Presidência da República, afirmou, numa palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, que, se eleito, pretendia “acabar com todas as reservas de terra de indígenas e quilombolas” (CONGRESSO EM FOCO, 2017, s/p). Continuou ele, dizendo: “Eu fui *num* quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles” (BOLSONARO, 2017 *apud* CONGRESSO EM FOCO, 2017, s/p)³⁸; em 2018, antes de ser eleito, “Bolsonaro fez uma promessa: ‘Pode ter certeza que, seu eu chegar lá, não vai ter dinheiro para ONG (...). Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola’” (MARQUES, 2022, s/p). A reportagem da Veja, de 2022, continua dizendo que, na presidência, Bolsonaro estava cumprindo o que prometera. Em janeiro daquele ano, “o Incra³⁹ revogou uma licitação que iria contratar empresas para identificar e delimitar comunidades remanescentes de quilombos” (MARQUES, 2022, s/p); em maio de 2022, Jair Bolsonaro:

[...] usou uma expressão racista durante conversa com apoiadores no ‘cercadinho’ da Palácio do Alvorada [...]. “Conseguiram te levantar, pô? Tu pesa o quê, mais de sete arrobas, não é?”, disse ele a um homem negro. Na conversa, o [então] chefe do Executivo ri[u] e ironiz[ou] o fato de ter sido alvo da Justiça por [já] ter usado [antes] a [mesma] expressão de cunho discriminatório. “Sabia que já fui processada por isso? Chamei um cara de 8 arrobas”, afirmou. (MOTORYN, 2022, s/p).

Em março de 2022, em uma das muitas ironias nada cômicas de seu governo, Jair Messias Bolsonaro foi condecorado com medalha do mérito indigenista. Em matéria para o *GI*, o jornalista Octavio Guedes (2022) decidiu **rememorar** o discurso feito pelo então presidente à Câmara dos Deputados em 16 de abril de 1998, o qual transcreve: “Até vale uma observação neste momento: realmente a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a Cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema no país” (BOLSONARO, 1998 *apud* GUEDES, 2022, s/p). O jornalista, então, sugere que mais coerente da parte de Bolsonaro seria entregar a medalha recebida à cavalaria norte-americana, já que tanto admirava seus feitos.

³⁸ Não é o foco deste tópico, mas é importante lembrar que, nessa mesma palestra feita por Jair Bolsonaro no Clube Hebraica, seu ataque ao então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve caráter capacitista. Incapaz de formular frases coerentes, Bolsonaro chamou Lula de “energúmeno” e afirmou que ele “não sabia contar até dez porque não tinha um dedo”, provando que, talvez, o único modo com que seja capaz de fazer contas seja através do uso dos dedos.

³⁹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. “Cabe ao órgão titular os territórios quilombolas [e indígenas] localizados em terras públicas federais ou em áreas de particulares” (MARQUES, 2022, s/p).

Em entrevista ao *Brasil de Fato*, em 2022, Suely Araújo⁴⁰, ex-presidente do Ibama, afirmou que o fundo do poço ao qual as políticas ambientais do governo Bolsonaro nos haviam levado seria “difícil de superar” (ARAÚJO, 2022 *apud* PAJOLLA, 2022, s/p). Suely continuou, dizendo que “Nunca existiu uma pasta de meio ambiente cuja missão [...] [fosse] destruir a própria pasta, que é o que está acontecendo no governo Bolsonaro. Isso é inédito, acho que não tem em nenhum país do mundo” (ARAÚJO, 2022 *apud* PAJOLLA, 2022a, s/p). A ex-presidente do Ibama se referia, dentre muitas coisas, ao modo como, alçado ministro do Meio-Ambiente, Ricardo Salles tentou desmoralizar o Ibama. “Em janeiro de 2019, o recém-empossado governo de Jair Bolsonaro (PL) começava a colocar em prática a política de anistia a criminosos ambientais que resultaria em recordes de desmatamento da Amazônia e do Cerrado brasileiros” (PAJOLLA, 2022a, s/p).

Afirmava o *InfoAmazônia*, em 2022, que, durante sua gestão, Bolsonaro cortara o orçamento do Ibama, ICMBio, e Inpe⁴¹, “órgãos-chave para combate ao desmatamento” (CHAVES, 2022, s/p). Desde 2019, a devastação da Amazônia atingira seu maior patamar em 15 anos. À época, o então “Presidente de associação dos servidores ambientais [, Denis Rivas,] denuncia[va] intimidações e aparelhamento das instituições por policiais militares” (CHAVES, 2022, s/p), mostrando-nos, mais uma vez, de forma clara, a repetição de estratégias de ação militares pelo governo de Bolsonaro:

Um dos episódios mais emblemáticos da interferência do governo federal no Inpe aconteceu em 2019, quando o então diretor Ricardo Galvão foi demitido ao divulgar o aumento do desmatamento na Amazônia naquele ano. Bolsonaro criticou a publicação dos dados científicos e acusou o pesquisador de estar a serviço de alguma ONG.

Na semana passada, o caso voltou à tona após o professor da Universidade de São Paulo (USP) revelar, nas redes sociais, os bastidores de sua demissão. Segundo Galvão, o governo passou a investigá-lo secretamente com o intuito de encontrar algo que justificasse sua queda.

“Nessa época, recebi a ligação de uma funcionária do MCTI [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações]. Ela estava chorando, e disse que um grupo de trabalho do governo estava levantando toda minha vida. Ela também disse que até meu telefone estava grampeado. Não encontraram nada e foram obrigados a me demitir, passando pela vergonha de ser um governo que agride a ciência”, escreveu. (CHAVES, 2022, s/p).

Por fim, Bolsonaro tentou, desde o início de sua gestão, prejudicar a Funai⁴², transferindo-a primeiro do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos

⁴⁰ “Urbanista e advogada, doutora em ciência política, professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, ex-presidente do Ibama” (SUELY ARAÚJO, s/d, s/p).

⁴¹ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

⁴² Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Direitos Humanos, então chefiado por Damares Alves. Bolsonaro regularizou terras invadidas, estimulou a mecanização das lavouras e o garimpo, o que, mais tarde, culminou na tragédia yanomami, que tomou grande repercussão em 2023. Além disso, destaca-se a inserção compulsória de militares por parte de Jair Bolsonaro em cargos de chefia de todas as áreas de seu governo:

A Funai nunca tinha distribuído tanto trator e tanta carreta. O Estado brasileiro passou a incentivar a introdução da lógica do agronegócio nas aldeias, o que as organizações indígenas rechaçam como sendo algo que destrói as culturas originárias.

O resultado ficou claro neste ano. Em março, um militar indicado pelo governo para chefiar uma unidade da Funai no Mato Grosso foi preso por comandar um esquema de arrendamento ilegal de terras indígenas. Em uma terra demarcada foram encontradas 70 mil cabeças de gado pertencentes a fazendeiros da região.

A indicação de militares para cargos de chefia foi muito prejudicial aos indígenas. Em fevereiro de 2021, 60% das coordenações da Funai na Amazônia eram chefiadas por militares. Eles substituíram indigenistas experientes e tornaram a gestão menos democrática e mais ineficiente.

O clima de “pode tudo” intensificou os conflitos no campo. Segundo o Conselho Missionário Indigenista, em 2020, foram 182 assassinatos de indígenas, 63% mais do que em 2019, quando 113 indígenas foram assassinados. (PAJOLLA, 2022b, s/p).

O descaso de Bolsonaro para com as comunidades indígenas se intensificou quando do início da pandemia de COVID-19. Antes da mobilização de organizações indígenas que foram até o Supremo Tribunal Federal (STF) pedir auxílio, mais da metade da população indígena do país havia sido deixada de fora do grupo prioritário do Plano Nacional de Enfrentamento à doença, já que ele não incluía as pessoas indígenas que não moravam em comunidades. “A cloroquina, que o Bolsonaro disse ser a solução mágica para a pandemia, foi entregue aos montes para os distritos de saúde indígena. Só uma comunidade da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, recebeu o equivalente a 10 comprimidos por habitante” (PAJOLLA, 2022b, s/p).

Como no édito da *nova ordem*, o governo de Bolsonaro incentivou o garimpo ilegal em terras indígenas:

O governo federal editou um decreto para estimular o que chamou de “mineração artesanal”, um eufemismo para garimpo ilegal. Isso sem falar na tentativa de passar por cima da Constituição para permitir o garimpo e grandes projetos de infraestrutura em terras indígenas, por meio do Projeto de Lei (PL) 191/2020.

No território Yanomami, o garimpo provoc[ou] uma verdadeira tragédia social. Um relatório produzido pela associação que representa os indígenas descreveu um cenário de aumento de doenças, mortes, desnutrição e até abusos sexuais contra mulheres e crianças em troca de comida.

Para piorar, o [então] presidente da Funai, Marcelo Xavier, disse que os garimpeiros são tão vítimas quanto os indígenas, já que eles trabalham em condições insalubres.

Esse contexto de estímulo a invasões ficou bem evidente nos dados do desmatamento. Nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, a destruição da floresta em terras indígenas aumentou quase 140% em relação aos três anos anteriores. (PAJOLLA, 2022b, s/p).

A necropolítica brasileira, corporificada nas ações de Bolsonaro e em seu governo, visa a destruição de tudo aquilo que é vivo. Por isso, o desmatamento, o desrespeito às florestas e à vida animal também fazem parte do projeto que ele representa e que Kucinski (2019) dá conta de antever tão bem. A repetição do lema “sem anistia”, ainda sem efeitos práticos, infelizmente, foi adotada por aqueles que denunciam a tragédia yanomami como um genocídio planejado e consciente, que poderia ter sido evitado, caso esse fosse o desejo dos responsáveis:

Em agosto de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) recebeu um relatório da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) denunciando a presença de garimpeiros na Terra Indígena Yanomami e rotina de desnutrição e maus tratos dos yanomami. No entanto, o ex-mandatário optou por ignorar a tragédia. No relatório enviado a Bolsonaro, o ex-presidente da Funai, Marcelo Xavier, pediu providências “urgentes, efetivas e assertivas” para salvar os yanomami. O documento chegou ao Palácio do Planalto via Anderson Torres, então ministro de Justiça e Segurança Pública, e foi engavetado.

As denúncias foram formuladas após um servidor da Funai sobrevoar a área da Terra Indígena no dia 25 de maio de 2022. Durante a ação, o órgão identificou mais de 80 áreas de garimpos e fez imagens aéreas de toda a região. [...]

Nesta sexta-feira (12), parlamentares que participaram do ato político de abertura da Feira da Reforma Agrária, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em São Paulo (SP), condenaram a omissão do ex-presidente e pediram punição a Bolsonaro.

“O que o Bolsonaro fez, principalmente nas Terras Indígenas, onde buscava-se ouro e terras preciosas que enriqueciam uma parte da sociedade, mas desmatando nosso povo. Desde sempre, essa tragédia já era esperada, os indígenas já denunciavam essa tragédia. **Na minha opinião é crime lesa-pátria, esse homem tinha que estar preso**”, afirmou a deputada federal Juliana Cardoso (PT-SP). [...]

Para o presidente nacional do PSOL, Juliano Medeiros, o governo agia para “eliminar aquele povo”. “Quando chamamos ele de genocida, não é só uma palavra forte para atacar um inimigo político. Ele teve informações para agir e combater o genocídio que estava em curso, mas optou por não enfrentar o problema. O Bolsonaro tem que ser responsabilizado pela crise na Terra Indígena Yanomami”. (CARVALHO, 2023, s/p, grifos meus).

Apesar de inegável, Jair Bolsonaro e seus filhos seguem livres, as vidas indígenas e quilombolas à margem, o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes sem solução, a Polícia Militar brasileira, existindo. O último capítulo de *O congresso dos desaparecidos* narra a marcha dos espectros dos desaparecidos no Brasil, que caminham numa busca por uma memória e, portanto, por uma justiça, ainda não alcançadas. Como que numa síntese de sua obra e de nossa história até aqui, Kucinski (2023) escreve:

Caminhávamos devagar para dar tempo a outros espíritos inquietos a nós se juntarem. Foram quarenta dias de travessia pelos caminhos e veredas dos sertões de São Paulo, Minas e Goiás. Já nos primeiros dias agregaram-se à marcha trezentos espectros de desaparecidos pela Polícia Militar de São Paulo, quase todos negros, alguns garotos ainda. Logo surgiram três meninos desaparecidos em Belford Roxo. Os três, de mãos dadas. Um deles tinha apenas oito anos. Na travessia de Minas juntaram-se quarenta rapazes desaparecidos pela Polícia Mineira, também negros a maioria, e três desaparecidos de Brumadinho, esses na casa dos trinta anos, três homens e seis mulheres. Nas cercanias de Brasília, juntaram-se à marcha desaparecidos pela pistolagem no Mato Grosso.

Ao atingirmos a Esplanada dos Ministérios, já lá se encontravam os desaparecidos do Norte e do Nordeste. Caboclos assassinados no Pará e no Maranhão por pistoleiros a mando de grileiros e garimpeiros. Alguns milhares de sertanejos chacinados em Canudos, indígenas aculturados, lideranças de ligas camponesas, posseiros, os desaparecidos da Cabanagem e da Guerra do Contestado e três combatentes do Araguaia que não haviam comparecido ao Congresso, o Queixada, o Nunes e a Cristina. Lá também estava o pedreiro Amarildo.

A Praça dos Três Poderes fervilhava de espectros. (p. 129-130).

Para dar conta de sua marcha por justiça, Kucinski (2023) faz com que seus espectros caminhem até Brasília e **invadam** a Esplanada dos Ministérios. No dia 8 de janeiro de 2023, ano da publicação de *O congresso*, uma turba de “automeados patriotas invadi[u] e vandaliz[ou] o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF)” (RICUPERO, 2024, s/p). Nessa invasão, essa turba revelou sua face mais verdadeira: a ânsia pela destruição da arte e da cultura, o prazer naquilo que é escatológico e o desejo sádico de matar e de ter de volta no Brasil, legitimando-lhes os atos, um governo sangrento, torturador e fascista. Aos berros, os patriotas do Brasil de 2023 andavam como zumbis dos de 1964, clamando por novo golpe, ansiosos pela não interrupção do genocídio em curso no país desde o início de sua colonização. Em sua maioria homens brancos e evangélicos, a turba marchava, mimetizando pateticamente o comportamento de um Exército caquético, como sua manifestação. Foram parados, embora muito tarde. Mais tarde ainda, muitos deles foram identificados e presos.

Um país fantasma, sem memória dos fantasmas sem descanso, mortos por suas mãos. Que, enquanto não houver, justiça, sigamos assombrados, e que não haja paz para os que têm sede de morte e tampouco para seus espíritos, enquanto no Brasil não houver memória e mantivermos vigente a(s) lei(s) e o comportamento de anistia.

3.1.5 Um país em que os padres vão para a fogueira

Os padres e outras figuras da Igreja Católica, bem como a própria instituição, são constantemente citados na obra de Kucinski de modo dúbio: às vezes aparecem entre os algozes, outras vezes, entre as vítimas. Começando em *K.*, passando por *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor* (2020) – que não será trabalhado aqui – e culminando em *A nova ordem* – se bem que *O congresso dos desaparecidos* não se prive críticas e elogios à atuação jesuíta no Brasil – , Kucinski deu conta do que aconteceu, envolvendo algumas dessas figuras, e do que viria a acontecer tão recentemente, que quase não houve tempo de acrescentá-lo a esta dissertação.

Neste tópico, como nos demais desta parte 3, o procedimento será demonstrar em *K.* algo de testemunhal em relação aos acontecimentos da ditadura, em *A nova ordem*, a

perspectiva irônica da repetição do passado e, na realidade circundante, a repetição factual do passado e, portanto, irônica realização das predições da *nova ordem*. No que tange à realidade, para que não nos alonguemos mais do que o necessário, meu foco, aqui, será nas figuras de dois padres brasileiros e suas atuações em 1964-1985 e de 1986 em diante, a saber, Dom Paulo Evaristo Arns (1979-2016), taxado como terrorista pela ditadura, e Padre Júlio Renato Lancellotti, alvo recente de um descabido projeto de CPI.

Conta-nos o portal *Memórias da Ditadura* que D. Paulo Arns teve sua atuação pastoral “voltada aos habitantes da periferia, aos trabalhadores, à formação de comunidades eclesiais de base (CEB) nos bairros, principalmente os mais pobres, e à defesa e promoção dos direitos da pessoa humana” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?e]). Atuou como bispo e arcebispo em São Paulo entre 1960 e 1970 e se destacou “por sua luta política contra as torturas praticadas pela ditadura, para que documentos não fossem eliminados, e também a favor do voto, [unindo-se ao] movimento Diretas Já” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?e]).

D. Paulo Arns presidiu, em 1972, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a partir da qual “liderou a publicação d[o] ‘Testemunho de paz’, documento com fortes críticas ao regime [militar,] que ganhou ampla repercussão” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?e]). Também em 72, D. Paulo criou a Comissão Justiça e Paz de São Paulo e passou a trabalhar com as Pastorais da Moradia e a Operária. Em 1985, juntamente com sua irmã, Zilda Arns, criou a Pastoral da Infância.

Em 1973, D. Paulo Arns presidiu a Celebração da Esperança, “em memória de Alexandre Vannucchi Leme, estudante universitário morto pela ditadura” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?e]), e, no ano seguinte, conta-nos o portal, apresentou ao general Golbery do Couto e Silva, juntamente com os familiares das vítimas, “um dossiê sobre os casos de 22 desaparecidos [políticos]” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?e]).

O segundo capítulo de *K.* – ou o primeiro, se considerarmos “As cartas à destinatária inexistente” um prólogo –, “Sorvedouro de pessoas”, narra-nos os primeiros passos da busca de *K.* por sua filha desaparecida. *K.* ainda não tem certeza se o súbito sumiço da filha a inclui entre aqueles chamados “desaparecidos políticos”, mas decide, como medida desesperada, atender à convocação de um arcebispo, publicada no *Estado de S. Paulo*, para uma reunião com os familiares de desaparecidos políticos. *A.* está, neste momento, desaparecida há 30 dias. Kucinski (2016a) escreve:

K. nunca entrara num templo católico, tal o estranhamento nele provocado pela penumbra silenciosa das igrejas e pelas imagens de santo, que vislumbrava por entre vãos de porta. Tinha pelo catolicismo repulsa atávica, à qual somava desprezo pelas práticas religiosas todas, inclusive às de seu próprio povo. Na verdade, não era das

peças e suas crenças que ele não gostava, era dos sacerdotes, fossem padres, rabinos ou bispos; ele os tinha como hipócritas. Mas, naquela tarde, nada disso importava. Uma autoridade importante, um arcebispo, ia falar sobre as estranhas desapareições.

Ao entrar no salão central da Cúria Metropolitana, K. sentiu o quanto o sumiço da filha já o havia mudado. Foi com simpatia que contemplou a imagem barroca da Virgem Maria situada no saguão, e outras de santos que desconhecia, postadas nos cantos. Quando chegou, a reunião já começara. Havia sessenta pessoas ou mais nas cadeiras bem mais numerosas dispostas no salão. (p. 22-23).

K. observa as imagens dos santos católicos, em sua maioria representações de figuras trágicas, páreas nas sociedades de que fizeram parte, por defenderem ideais provavelmente semelhantes aos que fizeram sua filha desaparecer. No templo da Cúria Metropolitana, em que nunca antes estivera, K. tem, talvez, o primeiro vislumbre de que, tal qual acontecera às figuras que contemplava e por quem, súbito, sentia simpatia, o destino de sua filha fora selado: tornar-se-ia mártir, ideia, e ele não voltaria a vê-la viva. Começam, então, os discursos de alguns dos familiares presentes, que relatam seu desespero mediante o sumiço repentino de seus desaparecidos. A cena continua:

Mais relatos de sumiços; todos queriam falar. E queriam ouvir. Queriam entender. Talvez do conjunto de casos surgisse uma explicação, uma lógica, principalmente uma solução, uma maneira de pôr fim ao pesadelo. Uma jovem de não mais que vinte anos pediu para falar em nome de um grupo sentado à sua volta, “familiares dos desaparecidos do Araguaia”, disse ela. K. pela primeira vez ouvia alguém falar do Araguaia; ficou sabendo que muitos rapazes tinham sido presos pelas Forças Armadas no meio da floresta amazônica e executados lá mesmo.

O que trazia aquele grupo à reunião era algo insólito. **O Exército alegava que nada disso tinha acontecido, apesar de um dos presos, apenas um, ter escapado e testemunhado tudo. Os familiares queriam enterrar seus mortos** – que eles já sabiam mortos, mais de cinquenta, diziam, sabiam até a região aproximada em que foram executados, mas os militares insistiam que não havia corpo nenhum para entregar. [...]

Já havia caído a noite e os relatos prosseguiram. Variavam cenários, detalhes, circunstâncias, **mas todos os vinte e dois casos computados naquela reunião tinham uma característica comum assombrosa: as pessoas desapareciam sem deixar vestígios. Era como se volatilizassem.** O mesmo com os jovens do Araguaia, embora estes já se soubesse estarem mortos. A freira anotava caso por caso. Também recolhia as fotos trazidas pelos familiares. (KUCINSKI, 2016a, p. 24-25, grifos meus).

K. reflete, então, sobre as sombras do passado do terror nazista vivido por sua família lançadas sobre sua realidade: “Até os nazistas que reduzem suas vítimas a cinzas registravam seus mortos” (KUCINSKI, 2016a, p. 25). Espantado, K. diagnostica que o Estado brasileiro se tornara um “sumidouro de pessoas”, no qual os familiares e amigos também eram torturados, sem a perspectiva de que seu sofrimento fosse ter fim: para sempre a agonia da incerteza, as mentiras compulsórias e a negação à memória e ao repouso final.

Mais adiante, no capítulo “Paixão, compaixão”, a amante de Fleury reflete, dialogando com alguém a cuja voz não temos acesso, sobre o ódio que seu amante cultivava por padres e comenta um caso em que um padre cometera suicídio por conta dele. É neste momento que

nossa narradora nos apresenta a visão de Fleury de que padres que se envolvem com política são terroristas, e eliminá-los, portanto, significa ganhar mais uma batalha da guerra:

Eu sei do caso do padre que se matou por causa dele, não sei de tudo, mas o que sei já me deixa mal. Eu li a história. Quando eu posso, eu leio, afinal, é o meu homem. Nós não falamos disso, temos esse pacto, mas eu quero saber. Preciso saber, tentar entender. Como é que um homem assim, tão bom comigo, pode ser tão ruim com os outros. [...] crueldades como estas, da parte dele, confesso à senhora que me assustam... quando eu li me deu pânico.

Uma vez ele disse: é uma guerra e na guerra ou você mata ou você morre. **É que para ele padre não deve se meter em política.** [...]

Uma vez ele disse que **padre que se mete em política não é padre, é terrorista. Foi quando eu percebi que ele odiava padre.** Uma coisa é não gostar, como hoje eu não gosto. Outra coisa é odiar. Ele falava padre e fazia cara de nojo, chegava a se alterar, o nariz avermelhava. **Outra vez ele falou esses padres são todos tarados.** Eu não perguntei, mas fiquei com a impressão de que algum padre andou bolinando com ele quando ele era coroinha. Sei que ele foi coroinha porque vi uma fotografia.

No dia em que prenderam os dominicanos ele festejou. [...] Nunca tinha visto ele tão alegre, como se tivesse se livrado de um peso. [...] Aquela noite ele chegou tarde e me pegou como um touro. Foi a única vez esse tempo todo que voltou aquele medo do primeiro dia. Foi uma noite difícil. Tive palpitação, sabe? **Uma hora eu pensei que eu é que estava sendo torturada, esganada, não o padre.** (KUCINSKI, 2016a, p. 100-101, grifos meus).

A narradora continua, comparando os sentimentos de seu amante pelos comunistas a quem perseguia e pelos padres – dominicanos –, cuja prisão tanta alegria lhe havia causado:

Sádico? Comigo não. Nunca. Nem naquela noite, depois que prenderam os padres. Ele foi possessivo, mas não foi sádico. **Ele tem é ódio de comunista, isso sim, ódio e desprezo,** noto pelas conversas no telefone, que às vezes eu escuto. **Se o sujeito é comunista ele vai com tudo, tem carta branca, esmaga como se fosse uma barata. Só respeita um pouco se o cara for durão.** Às vezes eu acho que o problema foi o padre não ter resistido mais, embora sendo padre ia dar no que deu do mesmo jeito.

Ele odiava padre mais do que odiava comunista, acredita? O ódio a padre era pessoal, era dele. O ódio a comunista era diferente, tinham inculcado nele, foi assim que eu entendi, era missão, ele tinha que acabar com eles de qualquer jeito, era um acordo, para se livrar das outras acusações, era uma chantagem dos militares em cima dele.

Veja bem, não estou defendendo, não estou justificando, de jeito nenhum. Mas a senhora pensa que esses comunistas eram todos uns santos? Pois fique sabendo que ele tinha informantes em todos esses grupos [...]. (KUCINSKI, 2016a, p.102, grifos meus).

Talvez, em algum nível, Fleury se desse conta do poder de influência que as figuras religiosas têm sobre as pessoas e por isso as odiasse e temesse tanto: numa guerra como a que viviam, em que o que estava em jogo era a verdade e a opinião pública, a religião é das mais poderosas armas e, a não ser que fosse capaz de controlá-la, era preciso que ela fosse eliminada. É seguindo essa linha de raciocínio que *A nova ordem* institui o Édito 22/2019 da Nova Ordem da Fé, o qual:

[...] erigiu a Igreja Universal do Reino de Jesus em religião **do Estado**. O artigo 2º do édito confere às Igrejas Católica, a Ortodoxa e a Maronita, e às denominações do ramo protestante, o status de Religiões Protegidas; o artigo 3º assegura liberdade de culto **aos demais povos detentores do Livro Sagrado**, judeus e muçulmanos; **o artigo 4º proíbe ritos afro por não possuírem os requisitos mínimos de uma religião**; o artigo 5º declara ilegais a Federação Nacional de Cultos Afro-Brasileiros, a Federação Brasileira de Umbanda e as entidades a ela associadas; **o artigo 6º isenta do IPTU templos religiosos das denominações autorizadas, permitindo à pessoa física abater do imposto de renda os dízimos recolhidos assim como às empresas abater do imposto de renda devido doações a essas igrejas**. O édito é omissivo em relação a espíritas, budistas e xintoístas. (KUCINSKI, 2019, p. 98, grifos meus).

No ensaio “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista” (1954), Adorno (2015c) descreve de que modo, segundo a psicanálise freudiana, é possível compreender a formação da massa fascista como um grupo de alguma forma coeso: como nas religiões, o sucesso da agitação fascista depende do sucesso da figura do líder em se adequar às necessidades primitivas, infantis, dos sujeitos que compõem a massa. Adorno escreve:

A agitação fascista está centrada na ideia do líder, não importando se ele realmente lidera ou é apenas mandatário de interesses de grupos, porque somente a imagem psicológica do líder é apta a reanimar a ideia do pai primitivo onipotente e ameaçador. Essa é a raiz última da, de outro modo enigmática, *personalização* da propaganda fascista, sua incessante reiteração de nomes e de supostos grandes homens, em vez da [...] discussão de causas objetivas. A formação do imaginário de uma figura paterna onipresente e não controlada, transcendendo em muito o pai individual e, assim, apta a ser engrandecida em um “eu do grupo”, é a única via para promulgar a “atitude passivamente masoquista [...] a que alguém deverá se render”, uma atitude tanto mais requerida do seguidor fascista quanto mais seu comportamento político se torna irreconciliável com seus próprios interesses racionais, como pessoa privada, bem como com aqueles do grupo ou classe à qual ele atualmente pertence. A irracionalidade do seguidor é, assim, bastante racional do ponto de vista do líder: ela necessariamente tem que ser uma “convicção não baseada em percepção e raciocínio, mas em um vínculo erótico”. (p. 165-166, grifo do autor).

Não é preciso, no entanto, ser um especialista em psicanálise para se dar conta do modo de funcionamento da massa. Adorno (2015c) afirma ser um erro pensar que os pequenos grandes homens⁴³ que se fazem líderes fascistas ou mesmo seus chefes de propaganda sejam

⁴³ O conceito de “pequeno grande homem” aparece em Adorno (2015c), que afirma sua personalização como “um dos elementos básicos da propaganda fascista” (p. 172). Escreve Adorno que o pequeno grande homem é “uma pessoa que tanto sugere onipotência quanto a ideia de que é apenas mais um do povo, um norte-americano [ou um brasileiro] pleno e viril, não maculado por riqueza moral ou espiritual. A ambivalência psicológica auxilia a operar o milagre social. A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo a autoridade” (p. 172). Quase como numa profecia, parece que Adorno está descrevendo as cenas escabrosas a que assistimos de Jair Bolsonaro, enquanto presidente da República, vestindo-se de maneira inadequada em eventos oficiais, usando linguajar chulo em qualquer ocasião em que tivesse à frente de si um microfone, comendo, em *lives* de café da manhã, pão francês com leite condensado. Ainda numa descrição assustadoramente acurada, Adorno escreve que, para permitir uma identificação narcísica entre si e os sujeitos que o seguirão, o líder fascista “deve parecer absolutamente narcisista” (p. 170) e que, desse modo, “até mesmo os impressionantes sintomas de inferioridade do líder, suas semelhanças com atores canastrões e psicopatas associiais são antecipados na teoria de Freud” (p. 171), o que me leva a pensar no quanto aqueles brasileiros que ainda hoje tendem a chamar os escritos de Freud de pseudocientíficos deveriam reconsiderar suas habilidades de observação do próprio entorno.

intelectuais de todo conscientes daquilo sobre o que Freud teoriza. A psicanálise freudiana é descritiva, não prescritiva, e por isso dá conta, tão perfeitamente, daquilo sobre o que se propõe a teorizar: afirmando a pequenez intelectual de Hitler e mesmo de Goebbels⁴⁴, Adorno escreve que homens como eles – e, tanto na pequenez intelectual, quanto no diagnóstico que segue, é possível incluir Jair Bolsonaro e sua(s) equipe(s) sem nenhum medo de estar sendo hiperbólica – são “capaz[es] de falar e agir de acordo com a teoria psicológica [de Freud] pela simples razão de que a teoria psicológica é verdadeira. Tudo o que ele[s] precisa[m] fazer para a psicologia de sua audiência funcionar é explorar astuciosamente a própria psicologia” (p. 182), o que se mostra uma de suas tarefas mais fáceis, já que esses homens costumam mesmo pensar em si como o centro do universo.

Um dos motes principais de *A nova ordem* é a execução da “Operação Capela”, sobre a qual lemos em partes. No capítulo III, “O pesadelo do capitão médico Ariovaldo e seu estalo perante a freira desmaiada. O mistério dos santinhos”, lemos sobre o pesadelo em que Ariovaldo se lembra “da sessão com a freira utopista [...] [, em que] ela não abriu, chegou a murmurar um nome, porém inaudível, talvez nem fosse um nome, mas sim uma prece. Depois, não falou mais nada. Fechou-se. **Essa gente é um problema. Gostam de sofrer. Buscam o martírio**” (KUCINSKI, 2019, p. 37, grifo meu). Essas últimas afirmações nos remetem à descrição feita por sua amante do ódio que Fleury sentia pelos padres, em *K.*: porque eles não eram durões, porque não resistiam, como alguns dos jovens comunistas a quem torturava, Fleury se irritava ainda mais, afinal, como sentir prazer em provocar a dor de quem aceita senti-la? A filosofia desses religiosos lhes incomodava porque os fazia sentir fora do controle. Ademais, a razão por que a freira foi torturada são alguns santinhos com mensagens utopistas que os militares têm certeza de que saíram de um orfanato coordenado por um convento. Sobre o suplício da freira, Ariovaldo se tranquiliza, convencendo-se de que não tem por que sentir culpa, de que “apenas cumpre sua missão, que de certo modo é até humanitária. Impedir que aquilo vire um matadouro” (KUCINSKI, 2019, p. 38).

No capítulo VIII, “O protocolo do suplício por etapas distintas. A genial ideia do psicanalista informante. A morte da freira”, lemos, como prenunciado por seu título, sobre a morte da tal freira outrora torturada. Ariovaldo, capitão, médico e espelho de Amílcar Lobo – ideia que será melhor desenvolvida no subtópico 3.1.6 deste trabalho –, pensa em si como aquele a quem, em meio ao suplício dos sujeitos torturados, cabe “assegurar [a sua] vida [...]

⁴⁴ Paul Joseph Goebbels (1897-1945) nasceu em Berlim, na Alemanha, formou-se em Filologia pela Universidade de Heidelberg, e foi Ministro da Propaganda da Alemanha Nazista entre os anos de 1933 e 1945, quando, em razão da derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, cometeu suicídio, no dia 1 de maio.

até que seja[-lhe] extraída toda a informação” (KUCINSKI, 2019, p. 75). Mediante a notícia de que a freira havia morrido, a única questão de Ariovaldo é saber se isso será ruim para a sua imagem mediante o major Humberto – como em *K.*, parece-nos que, na *nova ordem*, os algozes não são capazes de reconhecer em suas vítimas outros sujeitos que lhes sejam iguais. Escreve Adorno (2015c) que “Na realidade, um dos dispositivos favoritos dos agitadores fascistas [...] é o de comparar *out-groups* [...] a animais inferiores e vermes” (p. 179), do que acabam se convencendo e atuam, em sua farsa⁴⁵, como se fosse verdade.

É nos capítulos XI, “A missão secreta do sargento Messias. A confissão e o descarte do revólver”, e XV, “As atividades clandestinas de padre Bartolomeu. A rede de informações dos dominicanos. A queda do padre”, que lemos os momentos mais interessantes do desenvolvimento da Operação Capela. No capítulo XI, acompanhamos Messias, que fora encarregado de uma missão tão secreta, que sobre ela sequer há algo que tenha sido escrito. Seu trabalho se resumia a:

O sargento Messias trabalha com duas listas, que leva no fundo do alforje, junto ao revólver, um Taurus 38, e os envelopes de dinheiro. A lista base, como ele a chama, é a relação de todas as paróquias e dos padres que rezam missa e exercem o sacramento da penitência. São mais de noventa na sua área. Isso depois do abandono de muitas igrejas frente ao avanço dos evangélicos. Ele nunca imaginou que tivesse tanto padre nesse interior largado e pobre de tudo. **É só com os padres que ele tem que lidar; os pastores evangélicos estão fora da Operação Capela. São de confiança. Tanto que a Igreja Universal virou oficial.**

É uma lista trabalhada. Foi preparada pelo bispo de Campinas. Diz a qual diocese o padre pertence ou se é secular, quanto tempo está na paróquia, a idade, de onde veio, se é servo fiel de Deus, o que Messias interpreta como sendo da ala carismática. Só não fala das outras coisas, as bolinações, os casos com mulher. Se o padre morreu ou foi transferido, ele risca, se chegou há pouco tempo e não está na lista, ele acrescenta. A outra lista é a dos delegados de polícia, para os quais ele tem que entregar os envelopes. Todo o resto ele tem que guardar de memória. No retorno ele reporta. (KUCINSKI, 2019, p. 98-99, grifo meu).

Chamo a atenção para o comentário, na citação anterior, de que apenas os padres que “exercem o sacramento da penitência” e são, portanto, pobres são suspeitos de terem envolvimento com os utopistas. Desse modo, não há por que temer que os evangélicos possam ter qualquer ligação com as atividades consideradas subversivas. Além disso, a lista que lhe foi

⁴⁵ “A categoria de ‘falsidade’ (*phynness*) aplica-se tanto aos líderes quanto ao ato de identificação por parte das massas e seu suposto frenesi e histeria. **As pessoas acreditam tão pouco, do fundo do seu coração, que os judeus são o demônio, quanto acreditam completamente em seu líder.** Elas não se identificam realmente com ele, mas representam [*act*] essa identificação, encenam [*perform*] seu próprio entusiasmo, e assim participam na encenação [*performance*] de seu líder. É através dessa encenação que elas atingem um equilíbrio entre seus ímpetus pulsionais continuamente mobilizados e o estágio histórico de esclarecimento que elas alcançaram e que não pode ser revogado arbitrariamente. **É provavelmente a suspeita desse caráter fictício de sua própria ‘psicologia de grupo’ que torna as multidões fascistas tão impiedosas e inalcançáveis. Se elas parassem para refletir por um segundo, toda a encenação se despedaçaria e elas entrariam em pânico**” (ADORNO, 2015c, p. 188, grifos meus).

preparada pelo bispo de Campinas, chama de “servo fiel de Deus” somente aqueles padres cujos ideais e práticas são conservadores.

Messias descreve, então, o método que desenvolvera para descobrir se os padres eram ou não simpatizantes dos utopistas e, portanto, se deveriam ou não ser reportados:

Ele chega do meio para o fim da missa e procura o genuflexório mais perto do altar, caminhando com passadas firmes, barulhentas, deixando-se notar, preocupado e contrito, o chapéu nas mãos juntas em sinal de respeito. Terminada a missa, vai direto ao confessionário. Na primeira confissão, cuida para não se precipitar. Faz-se um pouco de bobo. Diz que o demônio está tentando o filho mais velho dele, que o rapaz se meteu numa turma que desacata as autoridades e fala bobagem de não ter conta no banco e que o juro do banco é exploração, e volta tarde para casa, e ele ficou sabendo que nessa turma mistura homem e mulher, e que ele não sabe o que fazer. E pede perdão por não ter educado os filhos no caminho da fé e da Santa Madre Igreja, e pergunta o que fazer. É basicamente a primeira conversa.

Pela reação do padre ele faz uma primeira classificação. Os carismáticos reagem com severidade, dizem que o filho comete sacrilégio e está no caminho da perdição. Exigem que o obrigue a largar as más companhias. Os simpáticos aos utopistas desconversam, alguns se atrapalham, a maioria diz que os jovens são assim mesmo, que Cristo também se voltou contra os fariseus, e por isso foi crucificado, e que a própria Igreja já foi contra a cobrança de juros, nada disso é pecado, recomendam que traga os filhos à missa e absolvem sem prescrever penitência.

Tanto num caso como no outro, o passo seguinte é o contato com o delegado. Por causa disso a Kombi branca é boa. Se fosse só para confessar na Igreja podia ser em qualquer carro, até uma moto servia. Primeiro ele entrega ao delegado o envelope com a gratificação e pede visto na lista e a data. [...]

Todos os delegados estão no programa. Tem um ou outro que finge que colabora e não passa nada. A maioria ajuda, dá a ficha toda. É pelos delegados que ele fica sabendo se o padre é devasso, se foi acusado de pedofilia ou se tem caso com mulher.

Esses padres ele traz fácil, é só falar da ficha que eles se apavoram. (KUCINSKI, 2019, p. 99-100, grifo meu).

Compreensão e misericórdia eram os traços que Messias fora ensinado a reconhecer nos religiosos terroristas. Religiosos como D. Paulo Arns e como o Padre Júlio Lancellotti, conhecido pela ala tradicional da Igreja Católica como “rebelde”, e alguém que vai “contra o bom comportamento do cristianismo” (GESTEIRA; VIEIRA, 2020, s/p). Suas más ações incluem se dedicar, há mais de 35 anos, a apoiar pessoas vulneráveis. “Em sua trajetória, além de pessoas em situação de rua, já realizou trabalhos com a população LGBTQI+, pessoas com HIV e jovens encarcerados. Ativista dos direitos humanos, o presbítero é, constantemente, vítima de ameaças e já foi, até mesmo, processado pelo [então] presidente Jair Bolsonaro [...] por chamá-lo, durante discurso religioso, de ‘racista, machista e homofóbico’” (GESTEIRA; VIEIRA, 2020, s/p).

Em entrevista concedida à revista *Veja*, em 2020, Júlio Lancellotti afirmou que a eleição de Jair Bolsonaro à presidência fora um erro e disse que o discurso de moralidade utilizado por grande parte dos cristãos para defender seu voto em Bolsonaro não passava de “uma bela

desculpa para esconder o neofascismo, o autoritarismo e o rechaço aos pobres” (LANCELLOTTI, 2020 *apud* GESTEIRA; VIEIRA, 2020, s/p). Continua ele: “Se a pessoa diz ‘eu sou contra o aborto, mas não me importo que mate[m] os índios. Eu sou contra o aborto, mas não sou contra o genocídio da juventude negra. Eu sou contra o aborto, mas não sou contra a higienização racial’, tem alguma coisa de errada nisso. Se eu sou contra o aborto, eu sou contra toda a forma de violência, porque aquele que não foi abortado, agora é chacinado” (LANCELLOTTI, 2020 *apud* GESTEIRA; VIEIRA, 2020, s/p).

Em 2022, foi preciso que o Congresso derrubasse o veto do então presidente da República à Lei que levou o nome do padre. Com origem no PL 488/2021, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), a proposta pretendia dar fim à chamada arquitetura hostil das grandes cidades, cujo principal objetivo, a especulação imobiliária, necessitaria afastar dos centros os moradores de rua:

O nome da lei – Padre Júlio Lancellotti – é uma referência ao religioso que, desde 1986, promove trabalhos sociais na cidade de São Paulo. Coordenador da Pastoral do Povo de Rua, Lancellotti usou uma marreta para remover pedras pontiagudas instaladas sob um viaduto pela prefeitura dessa cidade. O gesto já foi repetido em outras ocasiões pelo padre, que usa sua página numa rede social para denunciar a arquitetura hostil em outras cidades. (AGÊNCIA SENADO, 2022, s/p).

Por sua postura de defesa de minorias, principalmente de pessoas pobres, e suas ações em favor da mesma causa, Padre Júlio Lancellotti tem sido alvo de Bolsonaro e seus seguidores já há alguns anos. Recentemente, ainda no começo deste ano de 2024, um dos fundadores do MBL⁴⁶, o vereador Rubinho Nunes, achou por bem coletar assinaturas de outros políticos para dar início ao que chamou de “CPI das ONGs”. Segundo ele, “o crescimento da população em situação de rua e a persistência da Cracolândia [se devem] à atuação de ONGs que prestam assistência aos desvalidos e dependentes químicos. Se não houvesse quem os alimentasse, certamente essa população não estaria mais lá, costuma repetir em suas redes sociais” (SERAFINI, 2024, s/p).

Escreve Mariana Serafini (2024) em matéria à *Carta Capital*:

Embora Lancellotti não tenha vínculos com qualquer uma das entidades mencionadas na justificativa para criar a comissão, Rubinho Nunes deixou claro que a investigação mira o líder religioso, frequentemente chamado de “cafetão da miséria” pelo parlamentar que se diz cristão. Autor de um projeto de lei que cria obstáculos para doações de alimentos aos desabrigados, o bolsonarista talvez não contasse com a intensa mobilização da sociedade civil em defesa do padre, a reunir personalidades como Fafá de Belém, Dira Paes e Glória Pires, além dos padres cantores Marcelo Rossi e Fábio de Melo. Diante da repercussão negativa, vários colegas retiraram as

⁴⁶ Movimento Brasil Livre.

assinaturas pela CPI, como Thammy Miranda, que diz ter sido ludibriado pelo propositor. “Em nenhum momento foi citado o nome do padre no requerimento”.

A insistência na perseguição de figuras como Padre Lancellotti e Dom Paulo e na tentativa de criminalizar suas ações parece calcada no fato de que elas representam tudo o que de mais oposto pode haver ao fascismo. E, se ao agirem como agem, esses homens atribuírem suas ações a Jesus, então competir com eles pelo lugar de representantes do divino pode se tornar tarefa mais difícil para os líderes fascistas. Ao passo que Dom Paulo e Padre Júlio dedicaram suas vidas ao trabalho social, escreve-nos Adorno (2015c) que “A tendência de pisar nos de baixo, que se manifesta de forma tão clara na perseguição [dos fascistas] das minorias fracas e desamparadas, é tão franca quanto o ódio [que dedicam] a quem está de fora” (p. 173).

O Messias de Kucinski (2019) decide revelar seu plano ao Padre Bartolomeu, confessar-lhe as más ações e mudar de vida. Sai da igreja em que o encontrara e joga fora o revólver que carregava consigo. Mais tarde, na *A nova ordem* que dá o nome de “Lei Antiterrorismo” à proibição de cursos supletivos e de alfabetização de adultos e que decide dar de comer aos que passam fome não comida, mas ração humana (p. 102), Padre Bartolomeu é preso e não sabemos o que lhe acontece em seguida. Torcemos, no entanto, para que *A nova ordem* tenha fim antes de poder destruí-lo.

Em seu encontro final com o arcebispo da Cúria Metropolitana, K. reflete sobre a ironia de estar sendo ajudado por um sacerdote da mesma Igreja que abrigara um Tomás de Toquemada, “inquisidor-geral dos reinos de Aragão e Castela que comandou o extermínio dos judeus convertidos, realizando cerca de 1200 autos de fé, fogueiras nas quais eram queimados os ‘hereges’” (KUCINSKI, 2016a, p. 125, nota de rodapé). Era uma autoridade da Igreja Católica quem, naquele momento, acolhia-o, “empenhada a fundo, com sinceridade, em encontrar sua filha, o quem nem os rabinos fizeram” (KUCINSKI, 2016a, p. 125).

Considero o tema dos padres um dos mais interessantes da obra de Kucinski, porque é onde mostra com clareza sua aversão ao maniqueísmo. Não se pode, na obra de Kucinski, julgar quem quer que seja sem que se lhe conheça as ações. Nomes e títulos não lhe são importantes. Daí que, sombra e reflexo da realidade, a obra de Kucinski pareça se entrelaçar nela: afirmamos que *A nova ordem* não incluía nenhum pastor em sua Operação Capela, provavelmente porque se esquecera da existência de pessoas como o Pr. Jaime Wright, que ajudou D. Paulo em seus propósitos entre 1979 e 1985, e o Pr. Henrique Vieira, odiado também por toda a ala conservadora de sua própria denominação.

Longe de mim também defender instituições religiosas, das quais, hoje, não faço parte e não guardo qualquer boa memória, mas é importante compreender a complexidade dos

apontamentos de Kucinski porque o lado que o autor escolhe, em seus livros, é sempre o da justiça, e tão somente dela.

Na contramão do padre Júlio, ouvimos os silêncios dos padres televisivos, Marcelo Rossi e Fábio de Melo, e, na contramão de Henrique Vieira, contemplamos, desgostosos, a crueldade e o esbanjamento de Silas Malafaia, Edir Macedo e André Valadão. É sintomático que Bolsonaro tenha escolhido para si o nome de Messias – detentor das boas-novas, da mudança, da verdade –, e que seus seguidores, por ignorância ou não, tenham decidido, em movimento nunca visto, abreviar seu título de presidente para “Pr.”. Pastor: aquele a quem devem seguir, cegamente, como ovelhas. Hoje, o mito de Jesus não é um em que eu acredite, mas acredito, sim, que os mitos existem por uma razão: para que aprendamos com eles, para que os compreendamos e para que não repitamos as experiências que lhes deram origem. A existência do “mito” Jair Messias Bolsonaro nos prova, cabalmente, que, se contemporâneo, o final do mito de Jesus Cristo seria o mesmo: humilhado, ele seria chamado de terrorista e crucificado, em nome de deus. Cada qual elege, afinal, para si o messias que lhe apraz seguir.



Disponível em: < <https://fratresinunum.com/2016/12/15/o-paulo-que-nao-foi-pedro/>>.
Acesso em: 14 jan. 2024.



Imagem: Renato Luiz Ferreira

Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/tiro-no-pe-3/>>.

Acesso em: 14 jan. 2024.



Disponível em: < <https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/silas-malafaia-reage-apos-ser-indiciado-pela-pf-e-safadeza/>>.

Acesso em: 14 jan. 2024.



Disponível em: < <https://aqui.uai.com.br/cidades/andre-valadao-e-flagrado-em-loja-de-luxo-da-louis-vuitton-dizimo-bem-empregado/>>.
Acesso em: 14 jan. 2024.

3.1.6 O poder (libertador ou destrutivo) da Psicanálise

No ano de 1964, Karl Weissman⁴⁷, psicanalista austríaco autodidata que viera para o Brasil no início dos anos 1920, publicou o livro *Masquismo e Comunismo: contribuições para a patologia do pensamento político*, em cujo “Preâmbulo”, propunha-se a apresentar o argumento geral de seu livro em 26 teses, as quais Rafael Alves Lima, em sua tese de doutorado *A Psicanálise na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985): histórica, clínica e política*, publicada em 2021, resume nos oito tópicos que seguem:

- 1) o comunismo é um masoquismo estatal institucionalizado, logo[,] o comunista é um masoquista social, ideológico, intelectual, idealista e de imaginação fértil, cujas aspirações estão voltadas para um futuro irreal; 2) o comunista celebra a derrota e o sofrimento, partilhados pelos pares comunistas igualmente masoquistas; 3) o amor comunista pela sua família é subjetivamente precário, uma vez que esta nunca está em primeiro plano nas suas prioridades de vida; 4) o comunista é como um religioso, só que mal sucedido; 5) **o comunista rico é um masoquista social cujo complexo de Édipo mal resolvido o leva a se voltar contra a propriedade privada como um sucedâneo do ódio ao pai**; 6) a supressão da propriedade privada e o projeto de uma sociedade sem classes sociais é a expressão da pulsão de morte e do desejo ao retorno a uma vida intrauterina e sem conflitos; 7) o comunismo se sustenta em um suspense

⁴⁷ Karl Weissmann (1910-1990), irmão do escultor Franz Weissmann, nasceu na Áustria e fez carreira no Brasil, para onde se mudou ainda criança, como psicanalista autodidata e hipnólogo. Foi “Apresentado à Psicanálise Freudiana por Gastão Pereira da Silva, um dos principais nomes da divulgação da psicanálise desde os anos 1930” (LIMA, 2021, p. 94), publicou alguns livros sobre o assunto, foi “Colunista do jornal *O Cruzeiro* [...] [e] um dos responsáveis pela vulgarização da psicometria na cultura popular brasileira. Exerceu a psicanálise na Penitenciária Agrícola de Neves, em Minas Gerais” (LIMA, 2021, p. 95). Seu livro *Masquismo e Comunismo: contribuições para a patologia do pensamento político* foi escrito entre os anos de 1963 e 1964 e publicado em 1964 pela Editora Martins. Além do “Preâmbulo” outrora citado, o livro contava com uma “Nota Prévia”, “em que o autor se desculpa[va] para com os seus amigos comunistas pelo conteúdo que vir[ia a seguir]” (LIMA, 2021, p. 95).

monótono, que se estrutura tal como um teatro hipnótico; 8) a psicanálise é a maior inimiga do comunismo, sendo que para lutar contra o comunismo não é preciso ser anticomunista, mas sim um “antimasoquista militante”. (Weissmann, 1964, p. 14). (LIMA, 2021, p. 95-96, grifo meu).

Inspirado ou não pelos escritos de Weissmann, o coronel Gonçalves de *A nova ordem* utiliza como argumento para justificar a punição de 500 jovens utopistas, filhos de famílias de classe média e formados em Ciências Sociais ou Filosofia, a alegação de que eles, quando nascidos na baixa classe média, teriam “estrutura psíquica semelhante à do criminoso comum, são movidos pela frustração e a inveja dos que possuem mais, ao passo que os nascidos em famílias tradicionais rebelam-se contra a autoridade do Estado, que para eles tem significação análoga à da autoridade paterna, em especial, porque estamos falando de famílias patriarcais” (KUCINSKI, 2019, p. 68). Quase como que citando diretamente o livro de Weissmann, o coronel continua: “**A raiz do delito político do utopista de família rica é edipiana; o poder do pai, que ele substitui pelo poder do Estado, precisa ser destruído pela ação revolucionária, para que a pátria, que ele identifica como a mãe, seja possuída**” (KUCINSKI, 2019, p. 68, grifo meu).

Para além dos argumentos do coronel Gonçalves, a (má) psicanálise é largamente aludida em *A nova ordem*. Isso porque o capitão Ariovaldo, uma das personagens principais do livro, elabora um plano de dominação das massas cujo propósito é capturar seus sonhos e, para tanto, acredita poder contar com o auxílio dos psicanalistas. Sua noção sobre os sonhos se apoia na interpretação freudiana dos sonhos como expressões do inconsciente e como lugar de realização de desejos: daí sua crença na possibilidade de conhecer o que de mais verdadeiro houvesse sobre as pessoas, acessando seus sonhos:

[...] se ele, Ariovaldo, revelara em sonho seu segredo mais bem guardado, o de ter colado na prova, e ainda delatara o amigo, por que não aplicar o mesmo método nos interrogatórios? Por que não induzir o utopista a sonhar e em seguida capturar o conteúdo dos seus sonhos?

Desde a mais remota antiguidade o homem desejou compreender os sonhos para lhes dar alguma utilidade. Pois ele faria isso, usaria o sonho do utopista preso para chegar aos seus cúmplices de subversão. [...]

Senta-se à escrivaninha, apanha uma folha e, metódico, divide o problema da captura de sonhos em etapas. **A primeira consiste em apoiar o processo natural de toda pessoa de enterrar bem fundo no inconsciente o que não suporta saber.** Deve ser possível levar a isso calibrando os suplícios. Claro que é preciso muita experimentação para definir a intensidade de cada dose e seu escalonamento.

Numa segunda fase, em vez de infligir mais dor, sem limites, deixando-se levar pelo sadismo ou pelo ódio, **como faz o Lucas, e fazem todos eles,** interrompe-se tudo e induz-se o preso a sonhar. Em seguida capta-se o conteúdo manifesto do sonho. Esse é o problema realmente difícil, quase insolúvel. Como capturar sonhos? **O capitão Ariovaldo é médico psiquiatra** e sabe que isso nunca foi feito, nem pelos métodos convencionais nem pela mediunidade. (KUCINSKI, 2019, p. 39-40. Grifos meus).

Os trechos grifados no excerto acima dizem respeito a três questões distintas: 1. O capitão Ariovaldo possui conhecimento psicanalítico, daí descrever o processo freudiano de recalçamento; 2. O capitão Ariovaldo se considera diferente dos demais militares torturadores: acredita que seu papel é o de cientista e que, por isso, não é movido pelo sadismo ou pelo ódio; e, por fim, 3. A especialidade médica de Ariovaldo é a psiquiatria. Todos esses pontos, além do claro papel que desempenha e almeja vir a desempenhar na tortura dos presos políticos, remetem-nos ao papel que, na realidade dos anos 70, Amilcar Lobo, tenente e médico psiquiatra, desempenhava junto ao DOI-Codi.

Para resumir a história de Amilcar Lobo junto ao sistema repressivo, cito artigo de 2013 publicado no site da organização de direitos humanos Justiça Global:

Amilcar Lobo, ex-médico e aspirante a psicanalista[,] não prestava simplesmente “serviço militar obrigatório no Exército”. Sabemos que somente pessoas de confiança da repressão tinham acesso ao DOI-CODI/RJ, centro unificado da repressão em nosso estado, nos anos de 1970. Amilcar Lobo era muito mais que [...] [mera “vítima da engrenagem”, como afirmou em sua autobiografia, publicada em 1989, *A hora do lobo, a hora do carneiro*⁴⁸]: era membro do aparato de terror, assessor de tortura, peça importante para o funcionamento desta máquina mortífera. Vamos aos fatos.

Em 1970, Cecília Coimbra, fundadora e atual Vice-presidente do GTNM/RJ, esteve presa por quatro meses no DOI-CODI/RJ. Naquele período, presenciou o papel desempenhado por Amilcar Lobo naquele centro de torturas. Um exemplo perverso de sua participação foi a preparação [para a tortura] que fazia de uma ex-presa política grávida — que se encontrava em sua cela —[,] quando, pessoalmente, ministrava soro em sua veia antes de [ela] ser levada para tortura com choques elétricos. Como os demais torturadores, [Amilcar Lobo] usava um esparadrapo [sobre seu nome] para impedir sua identificação. Entretanto, Cecília soube de seu nome através de um receituário esquecido por ele em sua cela. Ao sair, [Cecília] procurou pessoas a quem pudesse denunciá-lo. Conheceu[,] à época, a psicanalista Dra. Helena Besserman Vianna que, corajosamente e apesar de ser perseguida [por isso], conseguiu fazer a denúncia contra Amilcar Lobo no exterior ainda durante a ditadura em 1973.

Em 1981, a ex-presa política Inês Etienne Romeu denunciou publicamente a existência de uma casa clandestina de torturas ligada ao Centro de Informações do Exército, a “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), da qual foi a única sobrevivente. Apontou, na ocasião, a presença regular de Amilcar Lobo naquele local de torturas. No dia seguinte a esta denúncia, o advogado Dr. Modesto da Silveira, Cecília Coimbra e vários outros ex-presos políticos estiveram no consultório de Amilcar Lobo e, diante da imprensa (*Jornal do Brasil*[,] à época) confirmaram este ex-médico como sendo aquele que “atendia”, no DOI-CODI/RJ, os presos políticos para garantir sua sobrevivência antes, durante e depois das torturas. Naquele mesmo ano, a OAB/Federal tomou os depoimentos desses ex-presos políticos. Entretanto, os ministros militares do então governo Figueiredo pronunciaram-se contra o revanchismo de tais declarações que conseguiram furar a censura, que ainda existia, sendo publicados em alguns jornais, especialmente no *Jornal do Brasil*.

Somente em 1986, com os depoimentos desses ex-presos políticos enviados pela OAB/Federal, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro abriu processo contra Amilcar Lobo. Após longas investigações, por unanimidade, cassou[-se] o registro de médico de Amilcar por crimes contra a humanidade. Em 1988, também por unanimidade, o Conselho Federal de Medicina ratificou tal decisão. (DIAS, 2013, s/p).

⁴⁸ LOBO, Amilcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989.

No que tange à Psicanálise, Amilcar fez parte da SPRJ – Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro⁴⁹ – de 1968 – um ano antes de se formar em Medicina e dois antes de ser convocado a servir ao Exército – a 1973 – quando é denunciado por sua posição de torturador e decide renunciar –, embora nunca tenha chegado a concluir sua formação enquanto psicanalista. Nesses anos, foi analisando do psicanalista Leão Cabernite, presidente da SPRJ, num processo que então se chamava de psicanálise didática, a partir do qual, somado a uma formação teórica, o sujeito poderia se tornar psicanalista. Mediante as denúncias de que Amilcar faria parte das equipes de torturadores do DOI-Codi, a postura da SPRJ até o ano de 1981 foi de ignorá-las e, mais do que isso, acobertar Amilcar, já que este afirmou até a sua morte, em 1997, que Leão Cabernite tinha completo conhecimento de seu papel junto à repressão.

A primeira psicanalista a denunciar Amilcar Lobo, Helena Besserman Vianna, teve por anos seu requerimento de fazer parte de SPRJ como membro titular negado sem explicações satisfatórias, mesmo sendo ela associada da entidade desde 1970, e passou a sofrer perseguição política por parte da associação que “Ao invés de incriminar o médico-torturador-candidato a analista, transforma Helena em ré” (CARTA CAPITAL, 2014). Helena foi acusada pela SPRJ de ter “uma posição política conhecida e ser devidamente registrada no DOPS, desviando-se dos padrões éticos exigidos de ‘neutralidade’ no exercício profissional” (CARTA CAPITAL, 2014) e, quando decidiu ir à Londres pedir ajuda à direção da IPA, teve seu pedido ignorado pela associação que “covardemente prefer[iu] aceitar a versão de Leão Cabernite, [...], ‘de que tais acusações (contra o médico-torturador, analisando-torturador) não passa[va]m de interesses ocultos para denegrir a psicanálise’” (CARTA CAPITAL, 2014).

Em 1980, após divulgados os acontecimentos e discussões feitos no *Simpósio de Psicanálise e Política*, promovido pela Clínica Social de Psicanálise Anna Katrin Kemper – CSAKK –, na PUC-RJ, durante os dias 17 de setembro e 29 de outubro, a SPRJ decidiu expulsar os psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas da associação, sob a justificativa de que a primeira mesa do congresso presidido por eles teria – mais uma vez – buscado denegrir a psicanálise brasileira. Esta primeira mesa gerara o artigo “Os barões da psicanálise”, publicado pelo então jornalista e mais tarde também psicanalista Roberto Mello, que versava sobre a futilidade da psicanálise apolítica praticada no Brasil e era concluído com a frase: “a prática clínica, como toda prática social, é política” (MELLO, 1980 *apud* LIMA, 2021, p. 422).

⁴⁹ Entidade ligada a *International Psychoanalytical Association* – IPA.

Segundo o artigo “O Lobo, o Carneiro e a psicanálise”, publicado em 2014 no site da *Carta Capital*, os procedimentos de Lobo, metódicos como os de Ariovaldo, podiam ser divididos em três momentos diferentes:

Antes, faz “prevenção”: indaga sobre alguma doença, pergunta do coração, se há algum problema cardíaco, ausculta, tenta descobrir quais os limites do preso, qual o seu provável grau de resistência, quem sabe tente fazer um perfil psicológico – afinal, está fazendo formação para analista. Domina alguma coisa da alma humana, ou pretende dominar. Um laboratório, estranho laboratório para a formação de um analista.

Durante, testa até que ponto a vítima pode aguentar o suplício. Acompanha os choques, o pau-de-arara, a pancadaria, a selvageria. Olha com atenção o estado do preso: é assistente da tortura, em duplo sentido. Está fazendo sua formação para analista naquele laboratório do terror.

Depois, cuida dos farrapos saídos das torturas, prepara-os para nova rodada. Conversa com os farrapos, observa o estado de cada um deles. Objetos de seus estudos, certamente. Serve ao DOI-CODI, na rua Barão de Mesquita, onde tanta gente foi assassinada, e à “Casa da Morte”, em Petrópolis, de onde uma única presa saiu viva, Inês Etienne Romeu. A história macabra de Lobo é relativamente conhecida exatamente pelo corajoso testemunho de Inês. (CARTA CAPITAL, 2014, s/p., grifos do autor).

É Inês Etienne Romeu, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), presa em 1971 e solta apenas em 1979, após assinatura por parte do governo militar da Lei da Anistia, quem reconhece Amilcar pelo codinome – absolutamente xistoso – que usava enquanto torturador, a saber, “Dr. Carneiro”.

Para defender Amilcar Lobo das primeiras acusações que sofre mediante a IPA, a SPRJ “ped[iu] o testemunho do comandante do I Exército, general Sílvio Frota, um dos mais cruéis dirigentes da tortura no País, que naturalmente defende o seu assistente” (CARTA CAPITAL, 2014). Continua o artigo da *Carta Capital* dizendo que, em declaração enviada a SPRJ, Sílvio Frota afirmava pretender ““desfazer intrigas e aleivosias assacadas proposital e maldosamente por inimigos do regime e seus patronos’. [Além disso,] Destaca que Lobo ‘sempre teve procedimento digno e humano’” (CARTA CAPITAL, 2014). Como outrora afirmado, a IPA aceitou as explicações estapafúrdias da SPRJ, o que nos mostra como, à época, psicanálise e extrema-direita andavam de mãos dadas não somente no Brasil⁵⁰.

⁵⁰ Rafael Alves Lima (2021), em seu livro *Transferências cruzadas*, cita o exame feito por Daniel Kupermann da autobiografia de Amilcar Lobo para destacar o seguinte ponto: “1) A identidade entre as práticas do Exército e as encontradas na Sociedade Psicanalítica, não só na representação imaginária de Lobo, mas também de seus colegas de formação e até de alguns analistas didatas” (KUPERMANN, 2014, p. 170 *apud* LIMA, 2021, p. 439). Sobre essa semelhança entre as práticas do Exército brasileiro e da SPRJ, Lima escreve: “Quando Kupermann fala em ‘identidade’ de ‘práticas’, parece ficar subsumido que se trata[m] de práticas institucionais. Por um lado, a rígida hierarquia da SPRJ, avessa a reformas internas, comporta semelhanças com a hierarquia militar no que tange a prescrições de mando e obediência. Por outro lado, entendemos que nem toda hierarquia rígida é necessariamente militar. **Mais do que um espelhamento hierárquico, parece mais decisiva a identidade das práticas de arquivamento no interior de uma política do segredo pois, justamente, a desorientação quanto a verdades e**

O capítulo “A terapia”, de K., relata uma sessão de terapia de uma faxineira da Casa da Morte, que afirma estar deprimida e ouvir constantes gritos dentro da própria cabeça. Em dois momentos, Jesuína, a faxineira, faz referência a um médico que frequentava o local:

“Sempre que chegava um preso novo vinha o doutor Leonardo, um médico do Rio; quando o preso ficava mal durante o interrogatório, ele ia para aquela sala fechada e examinava. **Se o doutor Leonardo ia embora eu sabia que era o fim, já tinham terminado com aquele preso**, que logo levariam ele lá pra baixo...”. (KUCINSKI, 2016a, p. 121, grifo meu).

“O Fleury mandou eu descer e ficar de novo com a moça, para ver se ela falava mais alguma coisa. De madrugada chegou o doutor Leonardo. Lá de baixo eu adivinhei que era o médico e avisei baixinho, **quando vem o médico é porque vão maltratar, fazer coisa ruim**. Logo depois vieram buscar ela”. (KUCINSKI, 2016a, p. 122, grifo meu).

O doutor Leonardo sobre quem Jesuína fala é, como Amilcar Lobo, participante ativo das torturas: sua presença significa o suplício dos presos e sua ausência, o fato de que estes já não têm mais serventia, de que “já tinham terminado com [eles]” (KUCINSKI, 2016a, p. 121). Tornando a 1980 e ao *Simpósio Psicanálise e Política*, Ariovaldo, em *A nova ordem*, desenvolve o “plano Alfa”, que pretende capturar os sonhos de presos políticos, em dois anexos: “O anexo 1[...] propõe a criação de psicanalistas informantes. Ariovaldo julga ser essa a sua invenção mais importante. Por que não dizer genial? **Sabe que boa parte dos utopistas faz análise. Virou moda nas classes média e alta. Não admira. Desemprego, pais separados e droga**. O anexo 2 [...] propõe a instalação de um laboratório de salas próprias de suplício” (KUCINSKI, 2016a, p. 74, grifo meu).

Sobre a expansão da psicanálise durante os anos da ditadura e seu sucesso entre as classes média e alta brasileiras, em 1979, o sociólogo Luciano Martins publicou um artigo intitulado “A Geração AI-5”, no qual versava sobre a “‘cultura autoritária’ como forma de suspender a fronteira imaginária entre o Estado autoritário e a vida social geral” (LIMA, 2021, p. 418). Continua Lima (2021):

Para o autor [Luciano Martins], três fenômenos sociais do contexto carioca elucidam a cultura autoritária em vigência: o culto à droga, a desarticulação do discurso e o “modismo psicanalítico” (Martins L., 2004, p. 18⁵¹). [...] A articulação da “cultura autoritária” com as subjetividades das classes médias se resume na seguinte sentença: “O autoritarismo reprime as críticas por arrogância; a ‘Geração AI-5’ por fragilidade. Ambos se complementam na mesma tarefa de liquidação do pensamento crítico” (Martins L., 2004, p. 73). Quanto à ideia de “modismo psicanalítico”, proposta enquanto modelo de reflexão sobre o *boom* [da psicanálise no Brasil], Luciano Martins faz questão de sublinhar que sua crítica não se endereça à psicanálise propriamente dita – “até porque estou convencido de que a psicanálise

mentiras se condiciona à rigidez do sigilo dos arquivos institucionais – essa sim uma prática das sociedades oficiais em vigência até o presente momento” (p. 440, grifo meu).

⁵¹ MARTINS, Luciano. “A ‘Geração AI-5’: um ensaio sobre autoritarismo e alienação”. In: _____. *A Geração AI-5 e Maio de 68: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004. p. 11-115.

pode ser um instrumento de desalienação” (Martins L., 2004, p. 77) –, lembrando que ele mesmo fez análise no Brasil e na Europa, ainda que notasse diferenças entre as experiências. Ou seja, não se trata de um autor antipático à psicanálise, pelo contrário; no ensaio, trata-se de compreender os impactos sociais da presença da psicanálise na cultura das classes médias enquanto *mercado* específico. Nesse sentido, a psicanálise é configurada socialmente como uma panaceia no espectro do que ele denomina “sintomatologia ampliada”, causada pelo aumento da ansiedade na vida urbana, a qual se recorre dentro de uma lógica do “consumismo de prestígio” (Martins L., 2004, p. 84). Dois argumentos que justificam tal lógica são apresentados no ensaio [...]: o primeiro [...] articula o modismo psicanalítico a ansiedades pseudo-neuróticas, conduzindo a interpretação na direção da “alienação” e da “adaptação” do sujeito a uma realidade social doentia; e o segundo argumento [...] [versa sobre o] déficit da “formação de terapeuta” [...], [da] criação de condições mínimas para criar quadros de analistas “competentes” (Martins L., 2004, p. 92-93) [...]. Não obstante, esses dois argumentos alcançam uma conclusão interessante, que *desigual a expansão do mercado psicanalítico e o desenvolvimento da psicanálise*. (p. 418-419, grifos meus e do autor).

Rafael Alves Lima (2021) afirma que a expansão do mercado psicanalítico não corresponde ao progresso da psicanálise e nos lembra, como Benjamin (2012), da problemática que a própria ideia de progresso envolve. Por fim, Lima cita o psicanalista Christian Dunker, o qual, em seu livro *Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros* (2015), desenvolve o conceito de “transformação da gramática do sofrimento”, para dar conta dos problemas da psicanálise da “Geração AI-5”:

Por volta do final dos anos 1970, a retórica do desenvolvimento começa a ratear. O sincretismo diagnóstico com a psiquiatria e com a psicologia do desenvolvimento consiste em naturalizar a história no âmbito da pessoa, torná-la isomórfica à história social individualizada e, em seguida, propor o ideal de passagem empírico-transcendental da criança para o adulto. Está aqui a origem da polêmica que oporá, anos mais tarde, o adultocentrismo dos partidários da estrutura ao desenvolvimentismo dos partidários da autonomia da criança. (DUNKER, 2015, p. 151⁵² *apud* LIMA, 2021, p. 419-420).

Tanto para Luciano Martins quanto para Christian Dunker, parece haver uma relação entre a alienação da psicanálise dos anos 70 à história social e sua prática “incompetente”. É preciso lembrar aqui que essa alienação, embora não inerente à psicanálise, não era prática exclusiva do Brasil, já que, em 1949, quando do primeiro encontro da IPA após a Segunda Guerra Mundial, Ernest Jones, seu então presidente “e uma das figuras mais poderosas da psicanálise desde a morte de Freud” (LIMA, 2021, p. 114), baixou uma diretriz “que seria decisiva nos rumos da internacionalização da psicanálise no mundo” (LIMA, 2021, p. 114). Lima (2021) cita a historiadora Dagmar Herzog para sintetizar o ocorrido nesse encontro da IPA e sua importância:

⁵² DUNKER, Christian. *Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

Em 1949, o primeiro encontro das Associação Psicanalítica Internacional após a 2ª Guerra Mundial foi realizado em Zurique. Os eventos mundiais suspenderam os encontros da IPA por mais de uma década. Em Zurique, o neurologista e psicanalista Ernest Jones – galês de nascimento, radicado em Londres, um dos mais respeitados expoentes da psicanálise na Inglaterra, editor de longa data do *International Journal of Psychoanalysis*, e prestes a ser o biógrafo oficial de Freud – **se dirige à plateia com um pedido para que fiquem distantes não apenas de tudo o que pudesse ser interpretado como politicamente subversivo. Com efeito, ele suplicou para que eles se distanciassem de discussões de fatores extrapsíquicos de todo tipo.** (HERZOG, 2017, p. 2-3⁵³ *apud* LIMA, 2021, p. 115, grifos meus).

Em seu livro *Não conte a ninguém...-: contribuição ao histórico das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro* (1994), Helena Vianna escreve sobre o caráter de repetição que a rota filiatória e migratória das origens da SPRJ permite entrever. Vianna conecta “três camadas geracionais [do divã]: Werner Kemper, primeiro analista da história da SPRJ que chegara o RJ após participar do Instituto Göring, analisara Leão Cabernite, que por sua vez analisara Amilcar Lobo. [...] a atuação deste último nos centros de tortura, mediada por Cabernite, não deixaria de ser uma ‘repetição’ ou ‘retorno do recalado’ do nazismo alemão” (LIMA, 2021, p. 437). Rafael Lima cita Helena Vianna:

No Rio de Janeiro, a primeira geração de pioneiros de psicanalistas responsáveis pela formação das futuras gerações é produto do “crime” da II Guerra Mundial da má avaliação de [Ernest] Jones apoiando indicações tão díspares quanto a de [Mark] Burke [SBPRJ⁵⁴] e [Werner] Kemper [SPRJ] para se responsabilizarem pelo início da formação de psicanalistas no Rio de Janeiro. A segunda geração, representada por Leão Cabernite e seus colegas tanto da SPRJ quanto da SBPRJ, fez absoluto silêncio sobre o comprometimento de Kemper com o regime nazista durante seu trabalho no Instituto Göring, bem como sobre as supostas “loucuras” de Burke. A terceira geração é Amilcar Lobo e, de certa forma, os que o denunciaram. Burke era judeu que tinha vivido a guerra na Inglaterra. Kemper, que no início trabalhava em conjunto com Burke, vinha dos escombros do nazismo e de todas as atrocidades praticadas contra os judeus. Cabernite, que é também de origem judaica, faz análise com Kemper. Cabe discutir o que teria permanecido em “silêncio” nesta análise em função do comprometimento de seu analista com a “tortura” imposta pelos nazistas a judeus e comunistas. Amilcar Lobo, analisando de Cabernite, coloca “em ação” a tortura a presos políticos. (VIANNA, 1994, p. 166-167⁵⁵ *apud* LIMA, 2021, P. 437-438).

Embora essa reflexão a respeito da repetição passível de ser entrevista nos diferentes momentos da psicanálise no Rio de Janeiro me agrade, Rafael Lima (2021) aponta a importância da distinção entre ela e uma ideia fatalista. Notar a posteriori o modo como a tortura e o silenciamento se repetiram na constituição da psicanálise no Brasil não é o mesmo que prescrever que, porque Kemper foi um dos primeiros analistas a ser enviado para cá, não havia outro caminho para a nossa psicanálise. Sempre há outro caminho, os demais analistas citados

⁵³ HERZOG, Dagmar. *Cold War Freud: psychoanalysis in an age of catastrophes*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2017.

⁵⁴ Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

⁵⁵ VIANNA, Helena Besserman. *Não conte a ninguém...-: contribuição ao histórico das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

na história de Amilcar Lobo nos provam isso. Helena Vianna foi analisada por Zenaira Aranha, que, por sua vez, foi analisada de Mark Burke e, segundo Lima, nada tinha “a ver com o ‘pedigree’ d[e seus] analisandos” (2021, p. 438). Hélio Pellegrino, por sua vez, porta-voz da oposição a Lobo e à postura da SPRJ a seu respeito, foi analisado de Anna Katrin Kemper, esposa de Werner Kemper. Ressignificando seu sobrenome, foi o instituto Anna Kemper que organizou o *Simpósio Psicanálise e Política*.

Contrariando as diretivas de Ernest Jones em 1949, em 14 de janeiro de 1981, após terem sido expulsos da SPRJ através de uma carta que chamava a atenção para “o perigo representado pela inoculação sub-reptícia de ideologias alheias à psicanálise, em geral, e à SPRJ, em particular, através de movimentos que procuram aproveitar-se de justas reivindicações de parte de nossos associados” (LIMA, 2021, p. 425), Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas responderam à circular da SPRJ com uma carta que reiterava:

[...] um ponto a que Pellegrino era sensível pela própria experiência da prisão após o decreto do AI-5: “É preciso não esquecer que, apesar da propalada abertura política, a Lei de Segurança Nacional está, em nosso país, plenamente vigente. É preciso não esquecer também, em nenhum instante, que o anticomunismo irracional, como artefato ideológico a serviço da injustiça social e da violência repressiva, é o cerne dessa mesma Lei de Segurança”. (LIMA, 2021, p. 425).

Uma psicanálise apolítica é uma psicanálise fascista porque se torna psicanálise do silêncio. Porque a psicanálise **pode** ser subversiva, há muito a Nova Ordem fechara os cursos de psicanálise, de modo que, quando Ariovaldo decide colocar em prática seu plano, não existem mais psicanalistas para o fazerem. É quando o Estado Maior cria um MBA na Academia das Agulhas Negras que passa a credenciar psicanalistas em apenas oito meses. A base curricular desse MBA é o Behaviorismo de Skinner, que compreende os seres humanos como uma série de comportamentos que nada mais são do que respostas a estímulos que podem ser provocados e previstos, portanto, em ambiente controlado. Nada mais distante da psicanálise e das pulsões que preconiza. Não é de se admirar que o plano de Ariovaldo, como a existência mesma da sua psicanálise controladora, tenha dado absolutamente errado. Mas, sobre isso, discorrerei logo mais no próximo tópico.

3.2 O perigo da memória e a tentativa de Ariovaldo de captar sonhos

Analisando pessoas traumatizadas, Freud (2020a) percebeu que sua compulsão à repetição se dava como tentativa de dar conta do que ainda não havia sido elaborado por elas, retomando sobre situações a que foram expostas passivamente o controle. O repetir se dá, na

vida do sujeito, em relação àquilo de que ele não consegue se lembrar, mas, ao mesmo tempo, é o modo através do qual o sujeito pode vir a trazer à sua consciência lembranças recalçadas, tornando-se capaz, só então, de elaborá-las.

Em “O futuro de uma ilusão”, Freud (2020d), combatendo um interlocutor imaginário, diferencia sua esperança num futuro pacifista, em que as pessoas fossem mais apegadas aos fatos e à ciência do que aos mitos e em que um sistema que não provocasse tantas desigualdades fosse a regra, não a exceção, das ilusões religiosas, que explicam o mundo por meio de credices e imaginam uma existência após a vida. Segundo ele, seus anseios eram científicos e partiam de um mundo concreto, ao passo que a religião independe do mundo concreto e na maioria das vezes contradiz a ciência. Daí serem seus sonhos chamados esperanças, não ilusões.

Em *A nova ordem*, o regime que toma conta do país passa a chamar aqueles contrários a ele de utopistas, associando o desejo de viver num sistema diferente a uma ilusão inalcançável. É preciso, para que o governo se mantenha, que não aja insurreições e, para tanto, os utopistas são assassinados e os que sobrevivem, submetidos ao implante de um chip que lhes controla o comportamento. Mas não os desejos e os sonhos.

Deixando falar sua vaidade científica, o capitão médico Ariovaldo transforma em obsessão a ideia de ser capaz de capturar os conteúdos manifestos dos sonhos dos sujeitos, penetrando seus inconscientes e controlando-os mesmo nos aspectos de si sobre os quais sequer os sujeitos são senhores. Desenvolvido seu método, no entanto, não tarda para que as cobaias passem a lhe faltar. Mortos os utopistas, Ariovaldo tenta submeter os presos comuns a seu experimento, mas não obtém resultados. “Foi quando se deu conta de que ao suprimir desejos e paixões, as forças impulsionadoras dos sonhos, o chip de customização havia suprimido os próprios sonhos. Na Nova Ordem, as pessoas tinham deixado de sonhar” (KUCINSKI, 2019, p.275).

Sem esperança, as pessoas, na Nova Ordem, tornam-se incapazes de sonhar, mas, sem sonharem, não acessam suas lembranças recalçadas e se torna, para elas, impossível elaborar o que viveram. Um povo sem memória está fadado a repetir eternamente seu histórico de violências, mas não é possível que aceitemos que não existe esperança, ou deixaremos de sonhar e nossa memória jamais virá à tona. Nossas esperanças, no entanto, precisam ser feitas de ação e materialidade, ou estaremos iludidos, como os religiosos, a que não podemos nos dar o luxo. Os religiosos falam de uma vida não terrena, após a morte; nós queremos dar significado às mortes para que não se repitam, porque sabemos que a vida de que dispomos é finita e, por isso mesmo, desejamos garantir aos outros e a nós mesmos o cessar da violência que nos permita vivê-la.

4 Perlaborar: a busca árdua e consciente pela libertação

Veja como os mortos jamais se calam, ele disse, nem mesmo os que morreram há tanto tempo que é como se nunca tivessem existido, tal como profetizou o filósofo Vladimir Safatle: aqueles que o poder quis anular não só fisicamente, também no imaginário das pessoas, fazendo-os desaparecer, voltam-se contra esse mesmo poder com a força inaudita dos espectros. (KUCINSKI, 2023, p. 132-133)

Falando sobre o processo de análise de um paciente, Freud (2020c) escreve:

Então chegamos à conclusão de que o estar doente do analisando não pode terminar com o início de sua análise, **de que devemos tratar a sua doença não como um assunto histórico, mas como uma potência atual.** Peça por peça desse estar doente será colocada agora no horizonte e no raio de influência do tratamento, e enquanto o paciente vivenciar isso como algo real e atual, entramos com o trabalho terapêutico, que em boa parte consiste na **recondução do passado.** (p. 156-158, grifos meus).

Essa recondução do passado, a partir da qual seria possível ao analisando encontrar um caminho para a cura, para que se torne possível viver uma vida para além das reatuações e repetições, não é um momento, mas um processo. Luiz Alberto Hanns (1996a), em seu *Dicionário comentado do alemão de Freud*, conceitua o verbete “Elaboração, perlaboração: *Durcharbeitung*” como:

verbo alemão [...] habitualmente traduzido por “elaborar” ou “perlaborar”. Ambas as traduções [,no entanto,] se afastam em determinados aspectos do termo original.

Durcharbeiten expressa a ideia de “trabalhar-se através (*durch*) de alguma tarefa”, ou ainda “percorrer ou atravessar uma tarefa do início ao fim”.

Seu sentido dicionarizado é: 1 - estudar profundamente, examinar profundamente; 2 - trabalhar sem interrupção; 3 - superar dificuldades através do trabalho.

A conotação do termo evoca uma duração mais prolongada da ação e certo dispêndio de esforço, algo como “embrenhar-se tarefa adentro e atravessá-la por inteiro”.

Freud geralmente emprega o termo em relação com o trabalho e esforço a ser empenhado para vencer a resistência. (p. 198).

A perlaboração, portanto, exige, para que cessem as repetições, que se adquira consciência sobre a memória, ao que a resistência se opõe, só podendo ser vencida por meio de estudo profundo, dispêndio de esforço e trabalho. Perlaborar não significa deixar o passado para trás, esquecê-lo, mas, pelo contrário, apoderar-se dele para que seja possível reconduzi-lo e experienciar algo novo.

O processo é semelhante àqueles descritos por Adorno (2021a; 2021b) e Benjamin (2012) como possibilidade de desalienar os sujeitos: é preciso apoderar-se da história para que, por meio do trabalho árduo, consigamos deixar de repeti-la naquilo que de mais terrível a constitui. Vencer a resistência da narrativa única, da História progressista e linear, demanda esforço e reflexão, mas é possível, apesar de tudo.

Em sua relação complexa e profunda com a realidade circundante, tentei colocar a obra de Kucinski, aqui representada pelos livros *K.: relato de uma busca* e *A nova ordem*, no divã e demonstrar, mimetizando-os na estrutura do trabalho, o passo a passo analítico que ela nos permite ler em direção à cura. Nesta quarta e última parte deste trabalho, pretendo dar mais alguns passos no que tange às possibilidades miméticas de uma obra como a de Kucinski, e apontar nela e na dialética de sua relação com a realidade algo que se assemelha à perlaboração e à tentativa (ânsia?) de alcançá-la.

A literatura não tem obrigação de dizer nada e, por isso mesmo, pode dizer tudo. Creio poder afirmar que, em suas sabidas ficcionalizações, Kucinski conseguiu nos dizer algo muito próximo da verdade.

4.1 A literatura ultrapassando a realidade: um passeio entre a Casa da Morte, em Petrópolis, a Torre de Marfim da USP e as notas de rodapé de um Brasil futurista

À jornalista Mônica Bérghamo, da *Revista Veja*, Bernardo Kucinski afirmou, em entrevista de 1993:

Minha irmã e seu marido, Wilson Silva, foram presos na tarde do dia 22 de abril de 1974, pelo agente do DOI-CODI de codinome Paulo da Silva Júnior, quando voltavam para sua residência. O verdadeiro nome desse agente é José Rodrigues Gonçalves, cabo reformado do Exército. Minha irmã e meu cunhado foram levados na madrugada do mesmo dia para Petrópolis pelos policiais Ênio Pimental da Silveira e Sérgio Paranhos Fleury, ambos já mortos. O senhor Paulo [Henrique] Sawaya [Filho], na condição presumida de agente do serviço de repressão, informou-me em 3 de janeiro de 1975 que minha irmã efetivamente havia sido presa pelos órgãos de segurança em São Paulo e transferida da jurisdição do II Exército. Ficou de me dar detalhes no dia seguinte, quando, assustado, negou tudo. (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?a], s/p).

Mais tarde, em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 2012, o ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto⁵⁶, que trabalhou no DOI-CODI e fez parte do Centro

⁵⁶ “[Marival Dias Chaves do Canto] é tido [atualmente] como um dos principais delatores das torturas e assassinatos cometidos pelos aparelhos de repressão que [de fato] atuou dentro de algum desses órgãos no período. [...] Em 2012, colaborou com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), quando repetiu com detalhes a versão que antes havia contado à imprensa. No depoimento, disse não ter dúvidas de que o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra era ‘senhor da vida e da morte’ porque escolhia quais presos políticos deveriam viver ou morrer.

de Informações do Exército (CIE) durante a ditadura, “explicitou que Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva foram levados à Casa da Morte ainda vivos” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?a], s/p). Por meio de seu livro *Memórias de uma guerra suja* (2012), o ex-delegado da Polícia Civil do Espírito Santo, Cláudio Guerra, “afirmou ter participado da incineração de corpos de presos políticos na Usina Cambahyba, em Campos (RJ), que pertencia ao ex-deputado federal e ex-vice-governador do estado do Rio de Janeiro, Heli Ribeiro Gomes” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?a], s/p). Sobre Ana Rosa e Wilson, Cláudio Guerra afirmou:

Eu me lembro muito bem do casal, Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, por conta de um incidente no caminho entre a rua Barão de Mesquita e a usina. Eu e o sargento Levy, do DOI, fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordida no corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano. (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?a], s/p).

Nenhuma informação confirmada, todas impossíveis de averiguar. Sobre a Casa da Morte sabemos o que uns poucos desertores aposentados falaram a seu respeito anos depois. Sobre os mortos, sabemos haver cadáveres nos quais seus assassinos sequer prestavam muita atenção, como o afirma também em seu livro Cláudio Guerra (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?a], s/p). Não há como saber ao certo o que acontecia nos chamados porões da ditadura. Não há registros, não há provas. É um período cuja realidade, em muito, foi também transformada num sumidouro de gente e de fatos. A literatura não se importa muito com isso.

Em *K.*, enquanto escritor de literatura, Kucinski dá conta do que nenhum jornalista poderia dar: o outro lado. Não podendo fazer mais do que conjecturar sobre aquelas pessoas, aqueles lugares e aqueles momentos, Kucinski inventa. Aqui, há o subjetivo, mas há também deliberada força criadora que se apropria da narrativa dos algozes e lhes atribui crimes escondidos, escarnece de sua força e de sua inteligência. Como acontece no capítulo décimo, “A cadela”, em que lemos a voz narrativa de um subordinado militar, indignado com a postura de seu chefe quanto à cadelinha de A. e seu marido, presa com eles:

O que fazer com a cadela? Com o casal tudo deu certo, do jeito que o chefe gosta, sem deixar rastro, sem testemunha, nada, serviço limpo, nem na casa entramos, para não correr risco com os vizinhos, casa muito colada nas outras; pegamos os dois no beco, de surpresa; uma sorte, aquela saída lateral do parque, meio escondida, quando os dois se deram conta, já estavam dentro do carro e de saco na cabeça, só a cadela latiu, mas

Afirmou, além disso, que a repressão da ditadura contou com o apoio financeiro de muitas empresas e empresários simpáticos ao regime. Contou também que, desde que começou suas denúncias, passou a receber cartas com ameaças de morte” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?c], s/p).

já era tarde. Agora essa maldita cadela, filha da puta, não para de incomodar. Não tínhamos pensado na cadela. O Lima levantou tudo – o danado, até o nome da cachorrinha, Baleia, nome besta para uma cadelinha miúda e peluda pra caralho. De onde é que tiraram esse nome? Chequei com o Lima se era isso mesmo. Ele garantiu e ainda falou: como está no informe – o filho da puta quis tirar um sarro. Mas não adianta chamar pelo nome, a cachorra não reage, não come desde o dia em que chegou, de vez em quando lambe a água e só; já são seis dias, não come e nem morre, fica ali, aplastrada, de orelhas caídas, fingindo de morta, se a gente chega perto, rosna, cachorra filha da puta, como se estivesse acusando, como se soubesse de tudo; só se mexe quando a porta abre. [...] Devia estar no informe que o casal levava a cadela nas caminhadas, como é que a gente ia adivinhar? **O Lima esqueceu de colocar, essa é que é a verdade, ele diz que não esqueceu nada, que era só somar dois mais dois, se está lá que o casal tem uma cachorrinha e faz caminhada toda tarde, é claro que a caminhada é para a cachorrinha, para ela relaxar e fazer o cocô dela, nós é que somos burros, ele falou, sempre tirando sarro, o filho da puta.** Também não falou que a cadela era uma luluzinha de raça, parece cachorrinha de madame; **não entendo o que dois terroristas faziam com uma cachorrinha assim, vai ver não eram terroristas coisa nenhuma, não combina [...].** O pior é à noite: essa filha da puta chora sem parar, parece de propósito para a gente não dormir, ganindo a noite toda; **eu não entendo o chefe, durão, mas quando falo que sobrou a cadela, que é perigoso, faz que não escuta. Sempre perguntando se deixamos alguma pista, se alguém viu, querendo saber de tudo, para ter a certeza de que nunca vão saber que nós sumimos com os caras; falo que tem a cadela, que pode nos delatar, que algum amigo deles pode reconhecer a cadela e foder com tudo, ele faz que não escuta.** Quando eu disse que ela não comia desde que chegou, ele botou a culpa em mim, disse que demos comida ruim para a cadelinha, ainda mandou comprar essa ração de trinta paus o quilo, mais cara que filé-mignon; **o pior foi ontem, quando eu falei em sacrificar a cadela, levei o maior esporro, me chamou de covarde, que quem maltrata cachorro é desumano e covarde; quase falei pra ele: e quem mata esses estudantes coitados, que têm pai e mãe, que já estão presos, e ainda esquarteja, some com os pedaços, não deixa nada, é o quê?** Ainda bem que não falei. (KUCINSKI, 2016, p. 60-62, grifos meus).

Muitas coisas me chamam a atenção nesse capítulo e, por isso, a extensão do excerto que optei por transcrever. Em primeiro lugar a forma do capítulo, primeiro narrado em primeira pessoa no livro, a qual mimetiza um modo de pensamento pouco organizado. Na versão de 2016 publicada pela Companhia das Letras, o capítulo ocupa três páginas do livro e aborda diversos pontos: desde o incômodo do oficial com a cadela cujo choro não o deixa dormir, até o que de fato foi feito com o casal constituído por A. e seu marido, a relação entre o oficial e seu colega Lima, cujo trabalho critica e por quem é chamado de burro, as ordens do chefe para manter viva a cachorrinha e lhe comprar uma ração mais cara do que filé mignon, sua indignação com a proposta do oficial de sacrificar a cadela, chamando-o por isso, de covarde, o modo como o oficial, por fim, reflete sobre o conceito de covardia e estranha a humanidade atribuída por seu chefe à cachorrinha e não aos estudantes “coitados, que têm pai e mãe” (KUCINSKI, 2016a, p. 62) e são assassinados, esquartejados, têm seus pedaços desaparecidos. Todos esses pontos, como tentei eu mimetizar também acima, atropelam-se uns aos outros em apenas um parágrafo, com poucos pontos finais, como que numa associação livre. O capítulo narrado pelo oficial demonstra seu menor domínio da língua em relação à voz narrativa que guiava o livro até então:

linguagem e pensamento são indissociáveis; já na forma do capítulo, o autor diminui intelectualmente o oficial – representação do – assassino.

O trecho em que o narrador descreve o esquecimento de Lima, seu colega, de elencar no informe sobre o casal a existência da cadela e sua presença nos passeios feitos por eles no fim da tarde demonstra o apaspalhamento dos temidos membros do DOI-CODI: de um lado um relator que não sabe escrever relatórios, que mantém de fora informações relevantes, julgando que seus leitores devem inferi-las com base em outras informações elencadas por ele; de outro, um oficial que, de fato, não sabe “somar dois mais dois” (KUCINSKI, 2016a, p. 61) e não conclui que donos de cachorros que vão caminhar numa praça todos os dias no mesmo horário, muito provavelmente o fazem com o cachorro, para que este possa fazer as próprias necessidades. Os oficiais brigam entre si e se ofendem com xingamentos e palavrões, de modo quase infantil. As interações entre os assassinos são risíveis.

Por fim, o chefe, durão, que chama de covarde o oficial que conjectura dar cabo de um cachorro, mas é quem manda matar estudantes e esquartejar-lhes os corpos e sumir com os pedaços. A preocupação do tal chefe com a cadelinha é irônica justamente porque faz desse sujeito capaz de sentir empatia: se não sente pelos estudantes a quem manda assassinar é por escolha deliberada, porque os têm como absolutamente inferiores a si – e aos animais –, num lugar em que não merecem sua misericórdia e cujas mortes, tampouco, fazem-no sentir culpado.

O oficial que narra o capítulo demonstra, apesar de tudo, lampejos de lucidez: pergunta-se se de fato o casal era composto de terroristas e pensa em questionar o chefe sobre a covardia das próprias ordens – o que, por fim, atribui à depravação de sono provocada pelos ganidos da cachorra durante a noite. Cachorra chamada Baleia. Mais humana do que Fabiano podia ser em *Vidas Secas* (1938) e mais humana do que seus assassinos permitiram a A. e seu marido serem no relato da busca de K.

4.1.1 Algozes inesperados

Em seu texto “Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas”, Roberto Schwarz (2014) nos conta sobre a apatia dos intelectuais e artistas nos primeiros anos da Ditadura. Segundo o autor, à época, nossa esquerda dominava já os “santuários da cultura burguesa” (p. 8), dentre eles – e talvez principalmente – as universidades federais, mas dava-se como uma esquerda em que “posta de lado a luta de classes e a expropriação do capital [impossíveis de serem levados adiante sem que se fale em revolução], restava do marxismo uma tinta rósea que

aproveitava ao interesse de setores (burguesia industrial? burocracia estatal?) das classes dominantes” (p. 13).

Nossos intelectuais professavam “um marxismo especializado na inviabilidade do capitalismo, e não nos caminhos da revolução” (SCHWARZ, 2014, p. 14-15) e, como não detinham os meios de produção, “[sua] teoria não se transpôs para a sua atividade profissional, embora [fizesse] autoridade e orient[asse] a sua consciência crítica” (p. 15).

Afirma-nos Schwarz (2014) que essa esquerda que falava para si, cujo anticapitalismo não revolucionário estava encastelado nas universidades, não incomodou os militares até que seu discurso se fez práxis, ao, inadvertidamente, inspirarem seus alunos, que decidiram partir para a ação, levando a ditadura a pensá-los como massa politicamente perigosa e concluir, só então, que seria necessário “liquidar a própria cultura viva do momento” (p. 9), a qual incluía as universidades:

Em suma, [de 1964-1968], nos santuários da cultura burguesa a esquerda da[va] o tom [...].

[...] Com altos e baixos essa solução de habilidade durou até 1968, quando nova massa havia surgido, capaz de dar força material à ideologia [dos artistas, intelectuais e professores]: os estudantes, organizados em semiclandestinidadade. Durante esses anos, enquanto lamentava abundantemente seu confinamento e a sua impotência, a intelectualidade de esquerda foi estudando, ensinando, editando, filmando, falando etc., e sem perceber contribuíra para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anticapitalista. (p. 8-9).

Inesperado dizer que os inimigos da ditadura se tornariam os filhos estudantes da pequena burguesia, cuja tentativa de dar força material à ideologia dos artistas, intelectuais e professores de sua época, incomodaria os militares, mas também o marasmo da condição de proteção em que se encontravam os sagrados catedráticos.

Ainda, no âmbito das investigações efetuadas pela CNV, realizou-se uma oitiva com o ex-chefe da Assessoria Regional de Segurança e Informação do Ministério da Educação (MEC) em São Paulo, Arminak Cherkezian, no dia 1º de setembro de 2014 na cidade de São Paulo. Ao ser interpelado sobre Ana Rosa Kucinski, afirmou não se lembrar do caso. [...] No entanto, em pesquisas realizados nos livros de entrada do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), foi encontrado registro, datado de 23 de abril de 1974, um dia depois do desaparecimento de Ana Rosa, da entrada do chefe da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na USP, Krikor Tcherkezian, irmão de Arminak. Antes do dia 23, ainda no ano de 1974, o livro do DOPS registrou cinco entradas de Krikor, todas elas com rápida duração. No dia 23 de abril, Krikor ficou 1h30 naquela delegacia. Posteriormente, foram registradas mais cinco entradas do chefe da AESI/USP, todas rápidas, com exceção da visita de duas horas no dia 22 de maio de 1974. Krikor não foi localizado pela CNV. **Bernardo Kucinski, em termo de declarações prestado à Comissão de Justiça e Paz em 20 de setembro de 1990, disse haver encontrado um cidadão de nome “Krikov” no Quartel General do II Exército, em janeiro de 1975, que se apresentou como “assessor do reitor da USP”. Ele declarou nada saber sobre o paradeiro de Ana Rosa e Wilson, mas manifestou insatisfação com as delongas no andamento do processo administrativo que levaria à demissão de Ana Rosa**

pelo abandono de seu emprego como professora da USP, em outubro do mesmo ano. (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [201-?a], s/p, grifos meus).

Não encontrado pela Comissão da Verdade, não soubemos de Krikor (ou Krikov), assessor do então reitor da Universidade de São Paulo, onde Ana Kucinski dava aulas no departamento de Química, o porquê de sua insatisfação com a demora de um processo de cunho unicamente burocrático – o desligamento de Ana Rosa por abandono de seu emprego –, mesmo sendo informado da possibilidade – sobre a qual afirmou nada antes saber – de ter sido a professora vítima de uma prisão e possível assassinatos políticos.

Kucinski toma para si também a narrativa dos catedráticos, cuja atuação covarde expõe numa sátira de ata de reunião de Colegiado a que intitula “A reunião da Congregação”. Sagrados – em todos e quaisquer sentidos que o termo possa carregar – professores da USP, ilustres professores da USP. Reúnem-se todos “Em torno da mesa de mogno, longa, pesada, de bordas entalhadas, **como deve ser a mobília de uma universidade**” (KUCINSKI, 2016a, p. 141, grifo meu). O autor continua:

Esta é a quadragésima sexta reunião mensal da Congregação, órgão supremo do Instituto [de Química]. Estamos no dia 23 de outubro de 1975. Passaram-se dezenove meses desde o desaparecimento da filha de K., lotada nos quadros da universidade como professora assistente doutora. Na ordem do dia consta o processo 174 899/74 da reitoria pedindo a rescisão do seu contrato “por abandono de função”, conforme inciso IV do artigo 254 do Regimento. Outro item da ordem do dia é a proposta de recontração do professor Henrique Tastaldi, por coincidência um dos três membros da comissão processante que pede a demissão da professora.

Este relato foi imaginado a partir da ata da reunião, transcrita nos trechos citados a seguir. Muitos anos depois, a reitoria anunciaria de público a injustiça da demissão da professora. Mas nunca admoestou nenhum dos envolvidos, nunca resgatou suas dívidas com a família. Os presentes a esta reunião da Congregação nunca se desculparam. (p. 142, grifo meu).

É um dos – senão o – capítulos mais ácidos de *K*. Escrito quase ao modo machadiano, dialoga com o leitor, avisa-nos que se trata de uma invenção e com base em que foi pensada, confere adjetivos gordos e exagerados aos presentes na reunião, nomeia-os, cita-lhes os prestígios acadêmicos, mas os trata como farsantes, interesseiros, bajuladores. Kucinski (2016a) transcreve trechos da ata da tal reunião, mas acrescenta a ela o que supõe terem sido os pensamentos dos professores seus partícipes. Expõe-lhes o ridículo das performances calculadas, medidas para agradar os ouvidos dos chefes e de possíveis leitores da posteridade. Kucinski grita que o rei está nu e dançando a Macarena sobre a talhada mesa de mogno da Congregação uspiana:

Preside a reunião o diretor do Instituto, professor Ernesto Giesbrecht, patriarca da química brasileira, membro da Academia Brasileira de Ciências, comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, discípulo e orientando do próprio Rheinboldt.

Giesbrecht já morreu. Não sabemos o que passou pela sua cabeça durante a reunião, podemos apenas imaginar.

Vai ser uma reunião penosa, espero que passe rápido. Afinal, foi um ultimato. Se o Heinrich estivesse vivo, não acreditaria. Ele que fugiu da Alemanha por causa da família judia de sua mulher. Tenho a certeza de que agiria como eu; afinal, ele fundou o departamento de química e não gostaria de ver tudo destruído por causa de uma única pessoa, além disso uma professora comum, apenas com o grau de doutor. Se fosse um titular, um livre-docente, mas uma mera professora doutora... Química é liderança, temos que preservar as lideranças. Ainda bem que a votação é secreta, assim ninguém se expõe, ninguém vai saber quem aprovou a demissão. É claro que pelo mesmo motivo podia dar o oposto, por isso mesmo combinei tudo antes. Espero que dê certo.

O que ele disse está na ata:

É grande minha satisfação em receber pela primeira vez como membro da Congregação o Professor Doutor Otto Richard Gottlieb, recentemente empossado no cargo de Professor Titular junto ao departamento de química fundamental, é uma honra este colegiado poder contar com sua colaboração. Tendo sido aprovada por unanimidade a ata da 44ª reunião, passemos à ordem do dia, que tem como primeiro item a recontração do Professor aposentado Henrique Tastaldi.

[...]

Passemos agora ao próximo item da pauta, a proposta de rescisão de contrato da professora. Esclareço ao plenário que a professora doutora a partir de 23 de abril de 1974 deixou de comparecer ao Instituto. A ocorrência foi levada aos órgãos competentes da reitoria, que, consultados como proceder no caso, em face da legislação vigente, mandaram abrir processo administrativo. Da comissão processante participavam, além do doutor Cássio Raposo do Amaral, membro do corpo de advogados da consultoria jurídica, os Professores doutores Henrique Tastaldi e Geraldo Vicentini, tendo essa comissão proposto a dispensa da docente por abandono de função, devendo ser votado por essa Congregação nos termos da legislação vigente.

Giesbrecht se mexe na cadeira, como por desconforto; continuemos a imaginar o que pode ter pensado nessa etapa da reunião:

*Reunião desagradável esta. É verdade que nunca fui com a cara dessa menina e nem ela era brilhante, mas era séria, muito esforçada; sua pesquisa do molibdênio para o doutorado não foi das mais fáceis e ela deu conta. Mas que alternativa temos? Dizem que o telefonema da reitoria foi claro. Vocês têm até o final da semana para cumprir o regulamento e demiti-la. Estava até demorando este ultimato. Sei que já saiu até no jornal que ela foi desaparecida mas não há prova. O governo nega. É claro, se eles a desapareceram tinham que negar. Mas vai saber em que se meteu. O regulamento é claro e taxativo. E mais, como diretor do Instituto, se não demitir posso ser acusado de prevaricação, isso se não for acusado de coisa pior, de cumplicidade com subversivos ou coisa parecida. **Sempre o nosso dever, como cientistas, é o de preservar a instituição.** Não dar pretexto a uma intervenção ou cassações. **Afinal, essa menina não tinha o direito de pôr em risco uma instituição importante como a nossa.** (p. 142-146, grifos meus e do autor).*

Kucinski (2016) continua, tentando demonstrar, por meio da transcrição de pensamentos que, a priori, declara inventados, humanidade por parte dos ilustres professores doutores que, em suas falas, não demonstram mais do que inclinação por fazer cumprir as legislações, não pondo em risco tão importante instituição como a de que fazem parte. Tudo o que se entrevê de verdadeiro, no texto do capítulo, foi inventado. A realidade crua dos fatos, lê-se em seus últimos parágrafos:

O professor Giesbrecht explica a todos os presentes que a comissão decidiu segundo o conjunto probatório, como está no relatório, e deu maior peso à declaração do ministro Armando Falcão de que não consta registro de a professora ter sido presa.

Passou-se à votação secreta do relatório propondo a demissão da professora. Foi aprovado por treze votos favoráveis e dois votos em branco e assim encaminhado ao magnífico reitor, Orlando Marques de Paiva. Dois dias depois o desligamento da

professora foi publicado no *Diário Oficial* por ato do senhor governador do estado, Paulo Egidio Martins, outro que nunca se desculpou. (KUCINSKI, 2016, p. 148).

4.1.2 A distopia e a possibilidade de se antever o futuro

No final do capítulo 8 de *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, “Do revisionismo ao negacionismo: pensando uma escrita da história crítica como resistência ao apagamento”, Seligmann-Silva (2022) se propõe uma breve análise de *A nova ordem*, na qual afirma o livro futurista de Kucinski como espécie de “diário da dor” da Nova Ordem que enfrentávamos na realidade, já possível na literatura apenas oito meses depois de se ter iniciado. Escreve ele: “Portanto, esse texto que estou chamando aqui de ‘diário da dor’ é paradoxal, pois funde as características da inscrição distópica do futuro e a escrita do diário com seu forte teor testemunhal” (p. 234). Como, no entanto, testemunhar algo que ainda não acontecera? Seligmann-Silva continua:

Evidentemente, encontramos também nessa prosa elementos que fazem lembrar a ditadura de 1964-1985, pontuada pela onipresença de militares nas altas rodas do poder e por um projeto distópico para o país. Mas esse projeto que Kucinski apresenta agora tem as características de nosso presente. Não se trata mais de um desenvolvimento baseado em uma industrialização construída graças à repressão dos trabalhadores com sua máxima exploração. O momento econômico-político é outro. Trata-se de um projeto de agronegócio (compartilhado pelas mineradoras, eu acrescentaria) que pretende fazer do Brasil um mero exportador de *commodities*, modelo esse calcado na destruição das florestas, dos rios e do que resta da natureza intacta do país, associado a um plano tanatopolítico de genocídio da população considerada excedente a esse projeto. (p. 234).

O tal projeto descrito por Kucinski (2019) na *nova ordem* era, como tentei demonstrar nas partes anteriores deste trabalho, antevisão do que de fato Bolsonaro e aqueles a quem representava tentariam fazer com o Brasil. O desprezo pela cultura, o assassinato dos professores, a proibição dos livros, a adoção do evangelicalismo como regra de fé e prática da nação: de tudo isso *A nova ordem* nos avisou, porque tudo era possível prever, se com um olhar atento.

Na esteira do pensamento aqui desenvolvido dessa memória prospectiva da *nova ordem* como provocadora do momento de *Das unheimliche*, Seligmann-Silva (2022) afirma que “a técnica literária de Kucinski nessa obra consiste em duplicar a realidade para provocar estranhamento” (p. 237). Escreve ainda que:

O que lemos em suas notas, a sucessão de éditos absurdos, é a transcrição, quase literal em alguns casos, dos decretos-lei ou das propostas que circulam na esfera do poder em Brasília. **A duplicação irônica permite um distanciamento crítico, estranhar o estranho, ou seja, criticar a naturalização da barbárie.** No âmbito da construção

narrativa, a história evidentemente envereda pelo ficcional com mais soltura, mas os fatos igualmente absurdos aí narrados não deixam de duplicar novamente o que ocorre em volta de nós, hoje, mesmo que com tons talvez mais acentuados. **Não estamos diante da alegoria, mas de um tipo de realismo decantado de uma situação histórica ela mesma marcada pela repetição, na forma da farsa**, para falar com Marx. Isso, evidentemente, só traz mais combustível para a máquina literário-irônica do autor. (p. 237, grifos meus).

O modo como as notas da *nova ordem* se figuram como espaço do *Das unheimliche*, o lugar do quase literal da transcrição da realidade para a obra ficcional também tentei eu demonstrar aqui anteriormente, mas, da reflexão de Seligmann-Silva (2022) aproveito-me aqui para propor *A nova ordem* como perlaboração: mais do que ficção, *A nova ordem* é ato, daí que sua existência interfira sobre a realidade que representa, apontando-lhe a farsa e “permitindo um distanciamento crítico, estranhar o estranho, [...] criticar a naturalização da barbárie” (p. 237).

Do resgate da memória, compreendemos, dependem todos os passos posteriores no caminho das pedras da cura psicanalítica e, por que não dizer?, adorniana e benjaminiana, mas não do resgate plácido, saudosista ou mesmo melancólico. A memória precisa levar os sujeitos à ação, o absurdo do passado deve provocar revolta que instigue à luta e ao impedimento da reatuação de sua farsa num palco sobre o qual poucos atores possuem agência.

Ao, em 2019, prever o que aconteceria no Brasil dos anos posteriores, Kucinski (2019) nos dá duas chances: impedir que sua previsão se concretize ou, a posteriori, ao vê-la concretizada, refletir sobre o modo como foi possível fazê-la e por que, portanto, é preciso que estejamos atentos para que ainda outras repetições, cada vez mais absurdas e cruéis, não se sigam a ela. O convite da *nova ordem* é o de que sejamos nós, seus leitores, os historiadores materialistas-dialéticos de Benjamin (2012): “Essa obra é um ‘abalo’ que, no mínimo, pode nos despertar do sonho diurno que tende a naturalizar esse pesadelo que vivemos durante o governo Bolsonaro” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 243).

4.2 A literatura suturando a realidade: o velório de corpos ausentes

Por sua ascendência judaica, K. decide procurar um rabino e pedir-lhe a colocação de uma lápide simbólica para a filha “ao lado do túmulo de sua mulher, no cemitério israelita do Butantã” (KUCINSKI, 2016a, p. 73). O rabino considera o pedido de K. absurdo, e, em tom professoral, explica a K. que ““Não há nenhuma palavra em todo o Tamuld⁵⁷ nem nos catorze

⁵⁷ “O livro compilado pelos rabinos que traz os preceitos religiosos para o cotidiano da vida judaica” (KUCINSKI, 2016, p. 73, nota de rodapé).

livros da Mishné Torá⁵⁸ que fale em *matzeivá*⁵⁹ sem que exista um corpo' [...]. 'Sem corpo não há rito, não há nada [...]. Não há *tahará*, a purificação do corpo. E por que lavamos o corpo? Porque só os corpos purificados podem ter seu jazigo no cemitério judaico...'” (p. 73-75, grifos do autor).

A K. é negada a verdade – de propósito os militares tentam enganá-lo com informações falsas e telefonemas anônimos porque sua busca e contato com autoridades internacionais os incomodava –, é negado saber o que foi feito de A., se está morta e desde quando. Quando, dolorosamente, decide abrir mão da esperança, é-lhe negado o corpo de A., saber o que foi feito com ela, velar-lhe, dar-lhe destino digno. Aceitando que não lhe resta caminho senão uma lápide simbólica, K. evoca a lápide em memória dos mortos do holocausto, debaixo da qual não há nenhum corpo. Busca assim convencer os religiosos a lhe concederem algum acalento. A. foi morta pela polícia assim como os judeus no holocausto nazista. Se alguém poderia compreender sua dor, esses seriam os seus irmãos de ascendência e história. K. enganara-se:

“O que você quer na verdade é um monumento em homenagem à sua filha, não é uma lápide, não é uma *matzeivá*; mas ela era terrorista, não era? E você quer que a nossa comunidade honre uma terrorista no campo sagrado, que seja posta em risco, por causa de uma terrorista? Ela não era comunista?”

A mesma acusação na forma de pergunta, exatamente com as mesmas palavras, havia sido formulada um mês antes pelo judeu milionário dono da rede de tevê e amigo de ex-presidentes e generais.

K. o havia procurado por indicação de outro patrício também importante. Contara a história da filha na esperança de obter dele alguma informação junto aos generais seus amigos. O judeu milionário escutou impaciente e perguntou, como quem justifica o acontecido e com isso encerra a conversa: “Mas ela não era comunista?”. K. então respondera na lata: “Ela era professora universitária na USP”. (KUCINSKI, 2016, p. 77).

Desolado, K. decide compor um livrinho em homenagem à memória da filha e do genro, como de vez em quando também se fazia na Polônia, “embora sem substituir a *matzeivá*” (KUCINSKI, 2016a, p. 78). Compõe, então, “um folheto de umas oito ou dez páginas, com fotografias e depoimentos de suas amigas, [decide imprimir] cem cópias e as entrega[r] de mão em mão para toda a família, os conhecidos e as amigas; mandaria aos parentes em Eretz Israel” (p. 78).

Ao deixar o folheto na gráfica, K. retorna no dia seguinte para saber do orçamento e do prazo:

Foi recebido quase aos gritos pelo jovem [dono da gráfica]:

⁵⁸ “Obra do filósofo Moisés Maimônides (1138-1204) que aprofunda a interpretação dos preceitos do Tamuld” (KUCINSKI, 2016, p. 74, nota de rodapé).

⁵⁹ “[...] lápide colocada no túmulo, em geral um ano após o sepultamento” (KUCINSKI, 2016, p. 73, nota de rodapé).

“Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para a minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa. Onde já se viu, material subversivo, uma desaparecida política, uma comunista. Ela não era comunista?”. (KUCINSKI, 2016a, p. 78).

Ana Rosa Kucinski Silva era comunista, filiada à Ação Libertadora Nacional (ALN), e professora da USP. Apesar das declarações do ex-delegado Cláudio Guerra sobre sua morte e posterior traslado de seu corpo para ser incinerado nos fornos da Usina da Cambahyba, em Campos, no Rio de Janeiro, a perícia realizada pela Comissão da Verdade sequer foi capaz de encontrar evidências concretas do uso dos fornos da Usina para os fins declinados, devido ao tempo transcorrido desde os fatos. Sobre isso, lê-se no artigo do Portal Memórias da Ditadura, que a versão de Cláudio Guerra foi considerada plausível “diante de dois elementos principais: a) tamanho dos fornos; b) data de construção dos fornos, em 1974” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [202-?a], s/p).

Como conclusão de seu relatório sobre Ana Rosa Kucinski Silva, a Comissão Nacional da Verdade declara que:

Diante da privação de liberdade, da suposta morte e da ausência de identificação de seus restos mortais, a CNV entende que Ana Rosa Kucinski, até a presente data, permanece desaparecida.

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Ana Rosa Kucinski desapareceu em 22 de abril de 1974, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964. Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos. (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [202-?a], s/p).

Para os familiares de Ana, que a perderam, nunca houve possibilidade de sutura: não houve término, não houve respostas, não houve corpo – esse foi o golpe desferido pela ditadura sobre os que deixaram vivos, atestando o prazer sádico que lhes regia as ações. A., em K., no entanto, é morta. Seu pai, K., não sabe disso, mas nós, leitores, sabemos, como fica registrado no início do capítulo “A cadela”, já citado aqui: “Com o casal deu tudo certo, do jeito que o chefe gosta, sem deixar rastro, sem testemunha, serviço limpo” (KUCINSKI, 2016a, p. 60), e, depois, ao final do capítulo “A abertura”, quando, na voz de outro militar, lemos:

Sabe quem me procurou? O cara da CIA, Mineirinho, o Robert, nem mais nem menos. O filha da puta do velho conseguiu virar alguém da CIA lá dos esteites pro lado dele. O Robert disse que veio ordem de Washington para achar a filha e o marido. Ordem dos esteites, Mineirinho. [...] Ainda bem que o Robert me avisou. Mineirinho, ele queria um acordo, a gente entrega a moça e o marido e eles limpam o nosso nome de todos os documentos que eles têm lá. [...] Entregar a moça, onde é que o cara tem a cabeça? Mesmo que eles estivessem vivos, como é que ia entregar, depois de tudo o que aconteceu? Não é para acabar com as provas? Pois nós acabamos. Muito antes de eles mandarem. (KUCINSKI, 2016, p. 72).

A *mimesis*, característica de todo texto literário, segundo Luiz Costa Lima (1981), permite ao texto literário ir além da realidade, criando sobre o real do sujeito que escreve, mas permite também que o texto literário aja sobre a realidade, falando ao real dos leitores que recepcionarão o texto.

O texto literário é ação.

O livro diz basta, concede às famílias de Ana Rosa e Wilson o direito de enterrarem seus corpos, permite aos mortos descansar em paz. Mas, porque representação e não cópia, o livro vai além.

As personagens em *K.* não recebem nomes próprios; antes, são identificadas por suas iniciais, o que as desassujeita, como o fazem as ditaduras, mas também as despersionaliza, de modo a possibilitar que se reflitam nelas histórias nunca escritas de outras vítimas desta e de tantas outras ditaduras. *K.* é a produção intelectual e artística de um sujeito que teve a família e a própria história vitimadas pela ditadura. Apresenta-se, no entanto, como repositório dos anseios de outros sujeitos também com histórias inconclusas cuja concretude do texto não permitiria nomear a todos. Sem nenhum nome, deixa-se espaço em branco para que o leitor nomeie seus mortos, tornando-se o livro simulacro para outras dores, como processo estilizado de luto de outros sujeitos.

4.3 A literatura a serviço da realidade: quando o autor se percebe sujeito do e no mundo, faz-se o narrador benjaminiano

Em B. Kucinski, entidade narradora de Bernardo Kucinski em *K.: relato de uma busca e A nova ordem*, temos o narrador por excelência de Walter Benjamin (2020).

Cito Jeanne Maria Gagnebin (2009), em seu texto “Não contar mais?”, parte de seu livro *História da narração em Walter Benjamin*:

[...] Para compensar a frieza e o anonimato sociais criados pela organização capitalista do trabalho, ela [a burguesia] tenta recriar um pouco de calor e de *Gemütlichkeit* através de um duplo processo de *interiorização*. No domínio psíquico, os valores individuais e privados substituem cada vez mais a crença em certezas coletivas, mesmo se essas não são nem fundamentalmente criticadas nem rejeitadas. A história do *si* vai, pouco a pouco, preencher o papel deixado vago pela história comum [...]. O indivíduo burguês, que sofre de uma espécie de despersionalização generalizada, tenta remediar esse mal por uma apropriação pessoal e personalizada redobrada de tudo que lhe pertence no privado: suas experiências inefáveis (*Erlebnisse*), seus sentimentos, sua mulher, seus filhos, sua casa e seus objetos pessoais. (p. 59, grifos da autora).

A autora (GEGNEBIN, 2009) continua apontando a crítica de Walter Benjamin à substituição das narrativas coletivas por histórias individuais. Essa passagem, dos mitos

alegóricos ou das historietas morais narradas de boca em boca para transmitir aos membros de dada comunidade sabedoria para um melhor viver aos romances de costumes e, ainda posteriormente, aos romances psicológicos é, para Benjamin, reflexo do sistema capitalista e da lógica burguesa na produção da arte e da cultura. É a “história de *si*” (p. 59) preenchendo “o papel deixado vago pela história comum” (p. 59).

Creio ser possível pensarmos a escolha feita por Kucinski (2016a) de não dar nome às suas personagens em *K.*; antes, codificá-las pelo uso apenas de iniciais, a partir dessa perspectiva benjaminiana: *K.*, *A.* e tantos outros foram despersonalizados pela ditadura, mas, na pena de Kucinski, são generalizados, expandidos. *K.* é o relato de uma busca, mas narra outras tantas buscas acontecidas nesta e em outras ditaduras. É uma história que ultrapassa o *si* de Kucinski e mesmo os de sua irmã, seu cunhado e seu pai: é a história coletiva do horror e do silêncio impostos sobre sujeitos desassujeitados, desaparecidos, calados.

A nova ordem, por sua vez, é a tentativa de criação do mito moralizante, a metáfora que pretende provocar à ação, por meio de um ensinamento parabólico. É ação “Contra o programa totalitário de higienização da memória” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 243) e age sobre a realidade porque gera “nos leitores um germe de revolta” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 243). Ao apontar as reminiscências do passado em nosso presente tão presente, que, em suas notas de rodapé, somos atropelados por ele que se adianta a nós e chega primeiro ao futuro que viveríamos, Kucinski nos abre os olhos para o engodo de uma história progressiva em que fatos se sucedem uns aos outros: lembra-nos do passado, para mostrá-lo reencenado e nos fazer despertar para o fato de que “Se temos que nos defender de golpes [esses, sim] que se sucedem, nossa perspectiva temporal é esmagada e reduzida ao presente. A vida reduz-se à sobrevivência” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 243).

K. não é a conclusão factual de uma história deixada em aberto; antes, é o escovar a contrapelo dessa história, e assim também podemos ler *A nova ordem*, que escova a história não só a contrapelo, mas justamente ao metaforizá-la no futuro, em movimento surpreendente em que “A futurologia é transformada em diário e inscrição da dor do presente” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 242), dor essa a que talvez só ali, na literatura, fosse possível dar corpo, e à qual talvez só ali, na literatura, fosse possível propor síntese e compreensão.

Nada do que existe no mundo é concebido sem que haja relação com o mundo. Mesmo em atos de absoluta criação ficcional, a consciência criadora que lhes concebe se constituiu em relação com o mundo e a ele se relaciona, portanto, quando cria e no que cria. Mais tarde, quando criada a obra, esta existirá no mundo, e será recepcionada por outros sujeitos, que a lerão a partir de suas experiências com e no mundo. É uma relação inescapável, que pode, no

entanto, ser ou não consciente por parte de quem produz a obra – ou, mais especificamente, em nosso caso, o texto literário.

O narrador benjaminiano – e também o historiador materialista-dialético – é o autor consciente dessa relação. É aquele que assume o compromisso de falar a outros sujeitos quando escreve, sabendo que, independentemente do que e de como escreva, seu texto reverberará no mundo. Desse modo, o narrador benjaminiano decide conscientemente dotar seu texto de intenção. Embora não possa controlar as reverberações de seu texto, pode escrevê-lo sabendo o que pretende com ele e imaginando suas possibilidades.

Porque o fascismo que deu origem ao golpe militar de 1964 no Brasil ainda não foi extinto, no país, faz-se preciso falar dele e, talvez, apenas dele. Cito novamente excerto de Adorno (2021a), que afirma que “o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas” (p. 53). Em ensaio posterior (ADORNO, 2021b), também já citado neste trabalho, o autor escreve ainda que “o perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão” (p. 136) e afirma que toda a educação, em todos os seus níveis, só deveria, após Auschwitz, falar sobre Auschwitz. “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica” (p. 132).

A escritura de livros como *K.* e *A nova ordem* são atos perlaboradores, sua existência, instrumento de perlaboração, e sua consequente leitura, possibilidade de memória e justiça negadas pelo Estado brasileiro. No posfácio de *O congresso dos desaparecidos*, “Desaparecer, verbo transitivo”, Kucinski (2023) escreve que “Embora sempre tenham existido *desaparecidos políticos*, a expressão só passou a definir um ente no imaginário social depois que esse sinistro método de extermínio de dissidentes políticos foi adotado no Sul das Américas, entre os anos sessenta e setenta do século passado” (p. 135, grifo do autor). Mais adiante, Kucinski continua:

A expressão *desaparecido político* tornou-se, nas Américas Central e do Sul, a expressão símbolo do mal absoluto, assim como o Apocalipse na narrativa bíblica, e Auschwitz na Europa moderna. Tempos depois, gerará um campo cognitivo focado na reivindicação de justiça e o desaparecido político adquirirá um estatuto político e uma personalidade jurídico-penal.

Até então, nenhuma das dezenas de acepções do verbo *desaparecer* listadas pelos dicionários da língua portuguesa servia ao estado de coisas e o estado de espírito da cínica definição de Videla. As gramáticas não prescreviam a regência do verbo *desaparecer* no modo transitivo e os dicionários não listavam o particípio passado *desaparecido* como substantivo. Até que, transcorridos trinta anos, o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa acrescentou ao pretérito perfeito do verbo *desaparecer* mais este significado: *Desaparecido – substantivo – diz-se do indivíduo cujo paradeiro se desconhece ou cuja morte se presume, embora não se tenha descoberto o cadáver.* [...]

O verbo *desaparecer* é intransitivo de sentido completo. Tal como morrer, dispensa complemento. No entanto, fala-se *foi morto* e não se fala *foi desaparecido*. Na regência relativa, como em *desapareceu da cidade*, não se fala como isso se deu. **Será preciso romper os limites da gramática.** [...]

[...] é necessário atribuir ao verbo *desaparecer* também a função transitiva, a polícia *desapareceu fulano* e a decorrente voz passiva *fulano foi desaparecido*. A locução verbal *foi desaparecido* exerce essa função, remete à existência de um agente oculto da ação, e ao recurso da violência. **E pela estranheza que eventualmente causa, remete também ao efeito perturbador dos desaparecimentos no inconsciente coletivo.** (p. 138-139, grifos meus e do autor).

Ao propor nova regência ao verbo “desaparecer”, Kucinski, em sua obra, age sobre a realidade, obrigando a linguagem a se curvar à memória da história de nosso país, a se fazer revolta e a materializar a verdade que as negativas militares e os corpos destruídos buscavam ocultar: o Estado brasileiro é assassino e, se não vemos diante de nós os despojos de seus massacres, é porque, ativa e sistematicamente, eles *têm sido desaparecidos*.

Assim existe a linguagem em toda a obra de Kucinski: lançando luz às sombras e fazendo voltar a existir, ao menos no imaginário de seus leitores, “aqueles que o poder quis anular não só fisicamente” (KUCINSKI, 2023, p. 133), mas completamente. Os fantasmas do *congresso dos desaparecidos* nos convocam nominalmente à luta, mas também os fazem os fantasmas de *K.* e aqueles não corporificados, mas anunciados da pandemia e do genocídio yanomami em *A nova ordem*. A obra de Kucinski não existe para ser apreciada ou somente discutida, porque ela **pede que vamos à luta**. Obra pungente, emaranhada na realidade e no que há de mais verdadeiro sobre a história do Brasil, os livros de Kucinski, **porque ficcionais**, apresentam-se-nos com a força dos testemunhos, mas também com a coragem dos manifestos.

Post Scriptum

No dia 1 de abril de 2024, completaremos 60 anos do golpe que deu início ao período da Ditadura Cívico-Militar Brasileira. Ano em que começamos a dar voz de prisão àqueles que tentaram novo golpe no início de 2023, em que caminhamos para a solução do caso Marielle, em que nos pensamos, depois dos distópicos anos do governo Bolsonaro, mais perto de alcançar a tão anunciada democracia brasileira. Segundo ano do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da república eleito após anulação da sentença arbitrária de prisão que o impediu de concorrer ao cargo em 2018 – situação comemorada largamente pelas entidades militares que, desde então, apoderaram-se de mais e mais cargos políticos e ministeriais, infiltraram-se nas igrejas evangélicas e formaram para si um poder paralelo que anseia por novas anistias para crimes mais recentes do que os cometidos entre 1964-1985.

Neste ano, em que esperávamos ansiosos por uma reabertura dos infernos para que, enquanto sociedade, pudéssemos começar nosso processo de perlaboração, fomos lembrados de que os infernos nunca foram fechados e de que não há elaboração ou cura possível enquanto não houver justiça e enquanto o tom da sociedade e dos governos brasileiros para com seu Exército permanecer sendo de conciliação e submissão.

Afirmou o Correio Brasiliense, em matéria datada de 7 de março de 2024, que, numa tentativa de não “criar novas arestas com os militares” (ÉBOLI, 2024), o presidente “Lula esta[ria] diretamente envolvido [nas] tratativas para impedir manifestações [d]o governo em alusão ao golpe de 1964” (ÉBOLI, 2024). Segundo o jornal, a pasta do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, coordenada, hoje, por Sílvio Almeida, “tinha programação extensa prevista para lembrar a data [do golpe]” (ÉBOLI, 2024), o que estava sendo revisto “diante do posicionamento do presidente” (ÉBOLI, 2024).

No ano passado, o Ministério da Justiça, então coordenado por Flávio Dino, anunciou a criação do Museu da Memória e da Verdade, que seria inaugurado no próximo dia 31 de março, “mas o projeto, até segunda ordem, não vai sair do papel” (ÉBOLI, 2024). Decepcionante, mas não surpreendentemente, em entrevista dada à Rede TV:

Lula afirmou que não quer ficar “remoendo” esse passado e que é preciso “tocar o país para a frente”. E se disse mais preocupado com a tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023.

“O que eu não posso é não saber tocar a história para frente, ficar remoendo sempre, remoendo sempre, ou seja, é uma parte da história do Brasil [sobre o] que a gente ainda não tem todas as informações, porque tem gente desaparecida ainda, porque tem gente que pode se apurar. Mas eu, sinceramente, eu não vou ficar remoendo e eu vou tentar tocar esse país para frente”, completou. (ÉBOLI, 2024).

Na esteira de José Sarney, Lula afirma não querer remoer o passado, como se fosse possível, assim, findar um capítulo desagradável, mas já terminado de uma história linear. Enquanto sobre sua mesa repousa o projeto de reabrir a extinta Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, extinta ao final do governo de Jair Messias Bolsonaro, no dia 24 de março de 2024, foram presos, como suspeitos de mandar assassinar Marielle Franco, em março de 2018, “Domingos Brazão, atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Chiquinho Brazão, deputado federal do Rio de Janeiro, e Rivaldo Barbosa, ex-chefe de Polícia Civil do Rio” (G1, 2024).

Sociedade, governo, Exército, Polícia Civil, milícias e, por que não dizer, a Academia brasileiras mancomunadas num esforço de silenciamento e perpetração de um estado de absoluta violência, injustiça e desumanização que, no Brasil, não é, prova-nos a postura mais recente de Lula, de forma alguma, uma exceção. A ditadura encerrada em 1985 permanece tão recente e de dentes tão arreganhados que dita ainda as ações dos governantes que lhe são contrários, que ainda anistia bandidos, que ainda decide sobre o que se pode ou não falar no Brasil. E não se pode falar sobre isso.

Daí que, assim mesmo, sem floreios, como um corte seco que deixa para trás uma ferida aberta e purulenta, sejamos obrigados a nos lembrar de que, em 2024, sessenta anos após iniciada a ditadura, ainda só existe um lugar em que é possível buscar uma verdade a seu respeito: na literatura. E na literatura, nos parece, a realidade da ditadura será ainda por muito tempo prenunciada como ficcional, como na obra de Kucinski, porque o tempo e os poderes continuam se dedicando a garantir que os fatos nunca sejam trazidos à tona e que as distopias nos pareçam, portanto, cada vez mais, obras testemunhais que nos falam sobre algo que já sabemos, estranho, inquietante, pungente, desagradável, cretino porque tão absolutamente familiar.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. “A Psicanálise revisada”. Tradução de Verlaine Freitas. In: ADORNO, Theodor W. *Ensaaios sobre Psicologia Social e Psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015a. 1 ed. p. 43-69.
- ADORNO, Theodor W. “Sobre a relação entre sociologia e psicologia”. Tradução de Verlaine Freitas. In: ADORNO, Theodor W. *Ensaaios sobre Psicologia Social e Psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015b. 1 ed. p. 71-135.
- ADORNO, Theodor W. “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”. Tradução de Verlaine Freitas. In: ADORNO, Theodor W. *Ensaaios sobre Psicologia Social e Psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015c. 1 ed. p. 153-189.
- ADORNO, Theodor W. “O que significa elaborar o passado?”. Tradução de Wolfgang Leo Maar. In: ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz & Terra, 2021a. 3 ed. rev. p. 31-53.
- ADORNO, Theodor W. “Educação após Auschwitz”. Tradução de Wolfgang Leo Maar. In: ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz & Terra, 2021b. 3 ed rev. p. 129-149.
- AGAMBEN, Giorgio. “O que é o contemporâneo?”. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 55-73.
- AGÊNCIA SENADO. “Congresso derruba veto de Bolsonaro à Lei Padre Júlio Lancellotti”. *Senado Federal, Senado Notícias, Congresso, Brasília – DF*, 16 dez. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/16/congresso-derruba-veto-de-bolsonaro-a-lei-padre-julio-lancellotti>>. Acesso em: 13 jan. 2024.
- ANDES. “Decreto de Bolsonaro abre caminho para privatizações do SUS”. *Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*, 28 out. 2020. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/decreto-de-bolsonaro-abre-caminho-para-privatizacao-do-sUS1>>. Acesso em: 3 jan. 2024.
- AMADO, Guilherme; BARRETTO, Eduardo. Jair Bolsonaro critica combate ao trabalho escravo: Em evento com empresários, Jair Bolsonaro atacou atuação do MPT; presidente também fez comentário homofóbico. *Metrópoles, Colunas Guilherme Amado*, 7 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/jair-bolsonaro-critica-combate-ao-trabalho-escravo>>. Acesso em 2 out. 2023.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017. 2 ed.
- AVELAR, Idelber. “Pastiche e repetição”. In: AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. Tradução de Saulo Gouveia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 159-190.
- BAL, Mieke. *Narratologia: introdução à teoria da narrativa*. Tradução de Elizamari Rodrigues Becker [et. al.]. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

BARTHES, Roland. “A morte do autor”. Tradução de Mário Laranjeira. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. 3 ed. p. 57-64. (Coleção Roland Barthes).

BARROSO, Jean. “Bolsonaro é condenado por discurso racista, veja o que ele já disse contra os negros”. *Esquerda Diário*, Bolsonaro racista, s/d. Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=18579>. Acesso em: 13 jan. 2024.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012. 8 ed. rev. Obras escolhidas, v. 1.

BENJAMIN, Walter. “O contador de histórias: reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov”. Tradução de João Barrento. In: BENJAMIN, Walter. *Linguagem, tradução, literatura (filosofia, teoria e crítica)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 139-166.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova as consolidações das leis do trabalho. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1943. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#art545p>. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das funções públicas federais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm#art240c>. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. Medida Provisória Nº 873, de 1º de março de 2019. Altera a consolidação das Leis do Trabalho, aprovadas pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv873.htm>. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *COVID-19 no Brasil: dados até 29/07/2023*. [Brasília]: Ministério da Saúde, 29 jul. 2023. Disponível em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CARTA CAPITAL. “O Lobo, o Carneiro e a psicanálise: *Essa é uma história de horror. Uma estranha mistura de envolvimento de um médico candidato a psicanalista com a tortura, e mais a conivência, cumplicidade e covardia de entidades psicanalíticas*”. Sociedade, 12 fev. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-lobo-o-carneiro-e-a-psicanalise-169/>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CARVALHO, Igor. “Bolsonaro soube da tragédia yanomami, mas ignorou; parlamentares reagem: ‘Crime de lesa-pátria’: *Para Juliano Cardoso e Sâmia Bonfim, ex-presidente deve ser preso por se omitir e negar socorro aos yanomami*”. *Brasil de Fato*, Direitos Humanos,

Genocídio, São Paulo, 12 mai. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/12/bolsonaro-soube-da-tragedia-yanomami-mas-ignorou-parlamentares-reagem-crime-de-lesa-patria>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CHAVES, Leandro. “Bolsonaro cortou orçamento do Ibama, ICMBio e Inpe, órgãos-chave para combate ao desmatamento: *Institutos deferais foram financeiramente desmantelados anos a ano desde 2019. Como resultado, a devastação da Amazônia atingiu o maior patamar em 15 anos. Presidente de associação dos servidores ambientais denuncia intimidações e aparelhamento das instituições por policiais militares*”. *InfoAmazônia*, Plena Mata, 25 out. 2022. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2022/10/25/bolsonaro-cortou-orcamento-do-ibama-icmbio-e-inpe-orgaos-chave-para-combate-ao-desmatamento/>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

COMPAGNON, Atoine. “O mundo”. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. In: COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 2 ed. p. 95-135.

CONGRESSO EM FOCO. “Bolsonaro: ‘quilombola não servem nem para procriar’”. *UOL*, 5 abr. 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. “NOTA PÚBLICA: Frente Pela Vida considera gestão de Bolsonaro ‘show de horrores’”. *Ministério da Saúde*, Últimas Notícias, 25 out. 2021. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2114-nota-publica-frente-pela-vida-considera-gestao-de-bolsonaro-show-de-horrores>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

CRISTINA, Ane. Memorial relembra membros da USP vítimas da ditadura militar: Idealizado pelo Núcleo de Estudos da Violência, obra está com várias pichações. *Jornal da USP*, Cultura, São Paulo, 10 jan. 2028. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/memorial-da-ditadura-e-o-esquecimento-do-passado/>>. Acesso em: 3 out. 2023.

DA REDAÇÃO. “Deixa a molecada trabalhar”, diz Bolsonaro ao defender trabalho infantil: Organização Internacional do Trabalho define como trabalho infantil aquele que priva as crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade. *Exame*, 10 set. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/deixa-a-molecada-trabalhar-diz-bolsonaro-ao-defender-trabalho-infantil/>>. Acesso em 2 out. 2023.

DERRIDA, Jacques. “O que é uma tradução ‘relevante’?”. Tradução de Olívia Niemeyer Santos. In: *Alfa*: revista de linguística. Edição especial: Tradução, desconstrução e pós-modernidade. v. 01, n. 44. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. p. 13-44.

DIAS, Aline. “Amilcar Lobo: O ‘médico’ da ditadura, o assessor de tortura”. *Justiça Global*, Notícias, Rio de Janeiro, 24 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.global.org.br/blog/amilcar-lobo-o-medico-da-ditadura-o-assessor-de-tortura/>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

DURKHEIM, Emile. “Representações individuais e representações coletivas”. Tradução de J. M. de Toledo Camargo. In: DURKHEIM, Emile. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Forense, 1970. 1 ed. p 13-42.

ÉBOLI, Evandro. “Lula determina cancelamento de atos em memória aos 60 anos do golpe militar: *O presidente não só orientou como tem conversado pessoalmente com integrantes de seu governo e recomendado que não façam solenidades ou produzam materia[is] alusivos aos anos de chumbo*”. *Correio Brasiliense*, Brasília, 9 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/03/6815977-lula-determina-cancelamento-de-atos-em-memoria-aos-60-anos-do-golpe-militar.html>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

FERNANDES, Augusto. “‘Famílias que cuidem de seus idosos’, diz Bolsonaro sobre abrir comércios: *Segundo o presidente da República, apenas idosos devem se resguardar em meio à pandemia. ‘Cada família tem que botar o vovô e a vovó lá no canto e é isso’, afirmou*”. *Estado de Minas Nacional*, Coronavírus no Brasil, Belo Horizonte – MG, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/04/08/interna_nacional,1137022/familias-que-cuidem-de-seus-idosos-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em 3 jan. 2024.

FREUD, Sigmund. “Além do princípio de prazer”. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. In: IANINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (Orgs.). *Além do princípio de prazer [Jenseitz des Lustprinzips]*. Edição bilíngue, comemorativa do centenário (1920-2020). Belo Horizonte: Autêntica, 2020a. 1 ed. p. 57-220. Obras incompletas de Sigmund Freud.

FREUD, Sigmund. “Considerações contemporâneas sobre a guerra e a morte”. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. In: IANINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (Orgs.). *Cultura, Sociedade e Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b. 1 ed. p. 99-135. Obras incompletas de Sigmund Freud.

FREUD, Sigmund. “Lembrar, repetir e perlaborar”. Tradução de Claudia Dornbusch. In: IANINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (Org.). *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020c. 2 ed. p. 151-164. Obras Incompletas de Sigmund Freud, v. 6.

FREUD, Sigmund. “O futuro de uma ilusão”. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. In: IANINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (Orgs.). *Cultura, Sociedade e Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020d. 1 ed. p. 233-297. Obras incompletas de Sigmund Freud.

FREUD, Sigmund. “O infamiliar”. Tradução de Gilson Ianini e Pedro Heliodoro Tavares. In: IANINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (Orgs.). *O infamiliar e outros escritos: Das Unheimliche* (Sigmund Freud). Belo Horizonte: Autêntica, 2020e. 1 ed. p. 27-115. Obras incompletas de Sigmund Freud, v. 8.

G1. “Bolsonaro diz que política de cotas é ‘equivocada’ e que política de combate ao preconceito é ‘coitadismo’: Candidato do PSL concedeu entrevista a uma TV do Piauí e prometeu também projetos de lei para aumentar a produtividade e dar paz ao homem do campo. *Eleições 2018*, 24 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/24/bolsonaro-diz-ser-contra->

cotas-e-que-politica-de-combate-ao-preconceito-e-coitadismo.ghtml>. Acesso em: 3 out. 2023.

G1. “Bolsonaro diz que não tomará vacina; ciência recomenda imunização de quem já teve Covid: *Presidente deu a declaração em entrevista à rádio ‘Jovem Pan’*. Bolsonaro disse em outros momentos que poderia ser o último brasileiro a receber o imunizante”. *Política*, Brasília, 13 out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/13/bolsonaro-diz-que-nao-tomara-vacina-ciencia-recomenda-imunizacao-de-quem-ja-teve-covid.ghtml>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

G1. “PF prende supostos mandantes do assassinato de Marielle: veja repercussão política: *PF prendeu irmãos Brazão e Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio, como supostos mandantes. Investigação continua; entenda o que acontece até uma eventual condenação*”. *Política*, Brasília, 24 mar. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/24/pf-prende-supostos-mandantes-do-assassinato-de-marielle-veja-repercussao-politica.ghtml>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GALINDO, Rogério. Os sete pecados de Bolsonaro contra as universidades federais: Governo Federal vem investindo contra as instituições públicas de ensino superior. Veja como. *Plural Curitiba*, Caixa Zero, Curitiba – PR, 28 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/os-sete-pecados-de-bolsonaro-contra-as-universidades-federais/>>. Acesso em: 3 out. 2023.

GESTEIRA, Thais; VIEIRA, Maria Clara. “‘Eleger Bolsonaro foi um erro’, diz padre processado pelo presidente: *Considerado ‘rebelde’ pela ala conservadora da Igreja Católica, Júlio Lancellotti acredita que ‘ninguém deve votar pensando somente em si’*”. *Veja*, Religião, 2 set. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/religiao/eleger-bolsonaro-foi-um-erro-diz-padre-processado-pelo-presidente?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=eda_veja_audiencia_institucional&gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAhomtBhDgARIsABcaYylk7bLEuk1TLu3js7A5clul0C741vG4EDeBqZSWUN1SmquqwjnyLkaAjQyEALw_wcB>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. 2 ed.

GUALANDI, Alberto. “Lyotard – Col. Figuras do Saber – vol. 19”. *Estação Liberdade*, Estação Liberdade Corpo. Disponível em: <<https://estacaoliberalidade.com.br/livraria/lyotard>>. Acesso em: 3 out. 2023.

GUEDES, Octavio. “Bolsonaro já lamentou que o Brasil não dizimou os indígenas: *Presidente foi condecorado nesta quarta-feira (16) com medalha do mérito indigenista; em 1998, quando era deputado federal, ele homenageou a Cavalaria Americana por matar indígenas e não ter mais ‘esse problema em seu país’*”. *G1*, Política, Blog do Octavio Guedes, 16 mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2022/03/16/bolsonaro-ja-lamentou-que-o-brasil-nao-dizimou-os-indigenas.ghtml>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

HANNS, Luiz Alberto. “Elaboração (2), Perlaboração: *Durcharbeitung*”. In: HANNS, Luiz Alberto. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. Série Analytica. p. 198-204.

HANNS, Luiz Alberto. “Estranho, Lúgubre, Inquietante, Macabro: *das Unheimliche*”. In: HANNS, Luiz Alberto. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. Série Analytica. p. 231-239.

IANINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro. “Freud e O Infamiliar”. In: IANINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro. (Org). *O Infamiliar e outros escritos: Das Unheimliche* (Sigmund Freud). Belo Horizonte: Autêntica, 2020. 1 ed. p. 7-25. Obras incompletas de Sigmund Freud, v. 8.

IDOETA, Adamo. *Homeschooling* e eleições: por que Bolsonaro se alia a pais que querem ensinar filhos em casa. *BBC News Brasil*, Londres – UK, 18 set. 2022. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62905295>>. Acesso em: 3 out. 2023.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. “Quem é Marielle Franco? *Conheça a história da vereadora do Rio de Janeiro que se tornou gigante e transbordou fronteiras*”. S/d. Disponível em: <<https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. “Ana Rosa Kucinski Silva”. *Memórias da Ditadura*, [201-?a]. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/ana-rosa-kucinski-silva/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. “Carlos Brilhante Ustra (Major Tibiriçá)”. *Memórias da Ditadura*, [201-?b]. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>>. Acesso em: 2 out. 2023.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. “Comissão Nacional da Verdade”. *Memórias da Ditadura*, [201-?c]. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. “Dilma Rousseff”. *Memórias da Ditadura*, [201-?d]. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/>>. Acesso em 2 out. 2023.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. “Dom Paulo Evaristo Arns”. *Memórias da Ditadura*, [201-?e]. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/dom-paulo-evaristo-arns/>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. “Marival Chaves do Canto”. *Memórias da Ditadura*, [201-?f]. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/marival-chaves-canto/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. “Sobre o projeto Portal Memórias da Ditadura”. *Memórias da Ditadura*, [201-?g]. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

KUCINSKI, Bernardo. “Tortura, ontem e hoje”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 15

dez. 1993. p.1.

KUCINSKI, Bernardo. *K.: relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

KUCINSKI, Bernardo. *Os visitantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b. 1 ed.

KUCINSKI, Bernardo. *A nova ordem*. São Paulo: Alameda, 2019. 1 ed.

KUCINSKI, Bernardo. *O colapso da nova ordem*. São Paulo: Alameda, 2022. 1 ed.

KUCINSKI, Bernardo. *O congresso dos desaparecidos*. São Paulo: Alameda, 2023. 1 ed.

L'HARMATTAN: AU CARREFOUR DES CULTURES. “*Hélène Piralian-Simonyan*”, [s/d]. Disponível em: <<https://www.editions-harmattan.fr/index.asp?navig=auteurs&obj=artiste&no=4006>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

LIMA, Luiz Costa. “Representação social e *mimesis*”. In: LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 216-236.

LIMA, Rafael Alves. *A Psicanálise na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985): história, clínica e política*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. URI: <<https://doi.org/10.11606/T.47.2021.tde-12082021-220350>>. Acesso em: 6 jan. 2021.

MAIA, Gustavo. “Placa de Marielle foi quebrada para restaurar a ordem, diz Flávio Bolsonaro”. *UOL*, Política, Eleições 2018, Rio de Janeiro, 4 out. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/04/placa-de-marielle-foi-quebrada-para-restaurar-a-ordem-diz-flavio-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MARANHA, Fernanda. IQ reconhece erro e homenageia Ana Kucinski. *Jornal do Campus*, São Paulo, 7 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/05/iq-reconhece-erro-e-homenageia-ana-kucinski/>>. Acesso em: 3 out. 2023.

MARIN, Denise Chrispim. “Erro da ditadura foi torturar e não matar”, disse Hitler ou Bolsonaro?: Publicações francesas de humor escracham o presidente brasileiro em suas edições deste mês. *Veja*, Mundo, 16 ago. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/erro-da-ditadura-foi-torturar-e-nao-matar-disse-hitler-ou-bolsonaro>>. Acesso em: 3 out. 2023.

MARQUES, Hugo. “Governo Bolsonaro sepulta de vez regularização de terras de quilombolas: *Incra revoga licitação que contrataria empresas que identificariam e delimitariam propriedades rurais onde vivem as comunidades de descendentes de escravos*”. *Veja*, Brasil, 9 jan. 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/governo-bolsonaro-sepulta-de-vez-regularizacao-de-terras-de-quilombolas>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MAZUI, Guilherme. Eduardo Bolsonaro diz que, ‘se a esquerda radicalizar’, resposta ‘pode ser via um novo AI-5’: Medida seria adotada na hipótese de haver sequestros de aviões e autoridades e mortes de policiais em protestos de rua. *GI*, Política, Brasília, 31 out. 2019.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-diz-que-se-esquerda-radicalizar-resposta-pode-ser-via-um-novo-ai-5.ghtml>>. Acesso em 2 out. 2023.

MORAES, Maria Lygia Quartin de. “Pós-Modernismo, marxismo e feminismo”. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, v. 2, 2003, p. 95-111.

MOSCOVICI, Serge. “O fenômeno das representações sociais”. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. 5 ed. p. 29-109.

MOTA, Erick. “Bolsonaro sobre Coronavírus: ‘alguns vão morrer, lamento, essa é a vida’”. *UOL*, Congresso em Foco, Governo, 28 mar. 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-sobre-coronavirus-alguns-vaomorrer-lamento-essa-e-a-vida/>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

MOTORYN, Paulo. “Racismo: Bolsonaro volta a dizer que negros são pesados em arrobas, e PT entra com ação na PGR: *Deputadas protestam contra mais uma declaração de teor racista do presidente; ‘Inaceitável’, diz Benedita da Silva*”. *Brasil de Fato*, Política, Brasília – DF, 13 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/racismo-bolsonaro-volta-a-dizer-que-negros-sao-pesados-em-arrobas-e-pt-entra-com-acao-na-pgr>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

OLIVEIRA, Cida de. Universidades federais não terão dinheiro para pagar conta de luz e água este mês: O governo Bolsonaro bloqueou mais R\$ 344 milhões. Isso ocorreu seis horas após o MEC liberar o uso da verba. Em junho, havia bloqueado R\$ 438 milhões. A UFABC, no ABC paulista, perdeu agora R\$ 7 milhões, deixando a universidade em situação inédita em 16 anos de instituição. *Rede Brasil Atual*, Educação, 5 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/universidades-federais-nao-terao-dinheiro-para-pagar-conta-de-luz-e-agua-este-mes/>>. Acesso em 3 out. 2023.

OP SIS. *História UFG/RC*. [Goiânia]: Universidade Federal de Goiás, [s/d]. Disponível em: <<https://historia.catalao.ufg.br/p/5707-opsis#:~:text=OP%20SIS%20C%20A%20um%20termo%20grego,confiado%20ao%20olhar%20C%20A%20observa%20C%20A%20o.>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

PAJOLLA, Murilo. “Com Bolsonaro, política ambiental chegou ao ‘fundo do poço’, diz ex-presidente do Ibama: *Suely Araújo prevê mais retrocessos até o fim do mandato, mas diz que é possível mudar o rumo do setor a partir de 2023*”. *Brasil de Fato*, Geral, Entrevista, Lábrea – AM, 7 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/07/com-bolsonaro-politica-ambiental-chegou-ao-fundo-do-poco-diz-ex-presidente-do-ibama>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PAJOLLA, Murilo. “Por que os povos indígenas acusam Bolsonaro de genocídio: *Retrospectiva traz a estratégia de destruição do governo e a reação dos povos originários*”. *Brasil de Fato*, Geral, Show de horrores, BdF explica, Lábrea – AM, 19 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/19/bdf-explica-por-que-os-povos-indigenas-acusam-bolsonaro-de-genocidio>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PEREZ, Beatriz. Teatro no Leblon fecha as portas e vira igreja: Venda do espaço foi lamentada por personalidades do mundo artístico; irmã de Marília Pêra, atriz que batiza sala,

desabafa: ‘Vergonha pelo Rio’. *O dia*, Rio de Janeiro, 27 abr. 2023. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/04/6621322-teatro-no-leblon-fecha-as-portas-e-vira-igreja.html>>. Acesso em 5 out. 2023.

PODER360. Bolsonaro defende tortura para quem ficar em silêncio em CPI, em maio de 1999. YouTube, 18 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VRzVMcOdK1I>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

PREVENT SENIOR. “Quem somos”. São Paulo, [s/d]. Disponível em: <<https://www.preventsenior.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

PT. “Bolsonaro sabota o SUS [,] prejudicando 150 milhões de brasileiros: *Sob o pretexto do teto de gastos, a cada ano o Executivo desvia mais recursos do setor e terceiriza responsabilidades via emendas parlamentares*”. *Saúde*, 7 out. 2022. Disponível em: <<https://pt.org.br/bolsonaro-sabota-o-sus-prejudicando-150-milhoes-de-brasileiros/>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

REDAÇÃO BRASIL DE FATO. “Relembre fatos que ligam Bolsonaro a milicianos do caso Marielle: quem mandou matar vereadora? *No aniversário de quatro anos do assassinato, Brasil de Fato relembra relações de família presidencial com criminosos*”. *Brasil de Fato*, Política, Teia do presidente, Brasília, 14 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/14/relembre-fatos-que-ligam-bolsonaro-a-milicianos-do-caso-marielle-quem-mandou-matar-vereadora>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

REDAÇÃO RBA. “Vítimas da Prevent Senior na pandemia acionam a Justiça contra arquivamento da CPI da Covid: *Pacientes da operadora privada de saúde foram utilizados como ‘cobaias’ dos medicamentos defendidos pela postura ideológica, não científica e negacionista promovida pelo governo Bolsonaro*”. *Rede Brasil Atual*, Saúde e Ciência, 3 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/vitmas-prevent-senior-acionam-justica-contr-arquivamento-cpi-covid/>>. Acesso em: 3 ago. 2022.

RÊSES, Erlando da Silva. “Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais”. *Sociedade e cultura*, Goiás, v. 6, n. 2, jul./dez., 2003, p. 189-199.

RIBEIRO, Wandy. “Cartão de vacinação de Bolsonaro está sob sigilo de 100 anos”. *ICTQ Pós-Graduação*, Política Farmacêutica, Anápolis – GO, [s/d]. Disponível em: <<https://ictq.com.br/politica-farmacautica/2469-cartao-de-vacinacao-de-bolsonaro-esta-sob-sigilo-de-100-anos>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

RICUPERO, Bernardo. “O que foi o 8 de janeiro?”. *Jornal da USP*, Artigos, São Paulo, 8 jan. 2024. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/o-que-foi-o-8-de-janeiro/>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

RODRIGUES, Douglas. Governo propõe fim da estabilidade para parte dos novos servidores: PEC foi apresentada nesta 5ª [e o] impacto fiscal ainda não foi calculado. *Poder 360*, 3 set. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/governo-propoe-fim-da-estabilidade-para-parte-dos-novos-servidores/>>. Acesso em: 2 out. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 2 ed. (Coleção contemporânea: Filosofia, literatura e artes).

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

SERAFINI, Mariana. “Tiro no pé: A CPI para intimidar o padre Júlio Lancellotti tem tudo para se voltar contra os bolsonaristas que a propuseram”. *Carta Capital*, Política, 11 jan. 2024. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/tiro-no-pe-3/> >. Acesso em: 13 jan. 2024.

SINDICATO DOS SERVIDORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA DO GFD. “Bolsonaro tentou acabar com os sindicatos”. 27 set. 2022. Disponível em: < <http://sindsascgdf.org.br/post/4105> >. Acesso em: 2 out. 2023.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. “Nova Lei Antiterrorismo é aposta de Bolsonaro para reprimir protestos sociais no país”. 1 abr. 2021. Disponível em <[https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/nova-lei-antiterrorismo-e-aposta-de-bolsonaro-para-reprimir-protestos-sociais-no-pais1#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20\(PL,ser%20garantido%20pelo%20Estado%20brasileiro.>](https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/nova-lei-antiterrorismo-e-aposta-de-bolsonaro-para-reprimir-protestos-sociais-no-pais1#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20(PL,ser%20garantido%20pelo%20Estado%20brasileiro.>). Acesso em: 2 out. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “A tradução como cultura”. Tradução de Eliana Ávila e Liane Schneider. In: *Ilha do desterro*: Revista de Língua Inglesa, Literaturas em Inglês e Estudos Culturais. n. 48. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 41-64.

SUELY ARAÚJO. *Jota*, [s/l], [s/d]. Disponível em: <<https://www.jota.info/autor/suely-araujo>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

TODOROV, Tzvetan. “A herança metodológica do formalismo”. Tradução de Leyla Perrone Moisés. In: TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2013. Coleção Debates, v. 14. p. 27-52.

UNICAMP. “Maria Lygia Quartim de Moraes”. *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, São Paulo, [s/d]. Disponível em: < <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/colaboradores/sociologia/11755/Maria-Lygia-Quartim-de-Moraes>>. Acesso em: 2 jan. 2024.

UNITED STATES HOLOCAUST MUSEUM. “Governo e controle nazista”. *Enciclopédia do Holocausto*. [s/d]. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nazi-rule#:~:text=Nos%20primeiros%20meses%20como%20chanceler,ter%20um%20maior%20controle%20nazista.>>. Acesso em: 02 out. 2023.

VADE MECUM BRASIL. “Ato institucional”. [s/d a]. Disponível em: < <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/ato-institucional>>. Acesso em: 5 out. 2023.

VADE MECUM BRASIL. “Decreto-lei”. [s/d b]. Disponível em: < <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/decreto-lei>>. Acesso em: 5 out. 2023.

VADE MECUM BRASIL. “Édito”. [s/d c]. Disponível em: <
<https://vademecumbrasil.com.br/palavra/edito>
>. Acesso em: 5 out. 2023.

VADE MECUM BRASIL. “Medida provisória”. [s/d d]. Disponível em: <
<https://vademecumbrasil.com.br/palavra/medida-provisoria>>. Acesso em: 5 out. 2023.